A Conferência de Lancaster House: da Rodésia ao Zimbábue

A Conferência de Lancaster House: da Rodésia ao Zimbábue

Clodoaldo Hugueney Filho

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - FUNAG
INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IPRI

Brasília
1993

O presente texto foi originalmente apresentado pelo autor no Curso de Altos Estudos (CAE) em 1982 do Instituto Rio Branco. As opiniões contidas no trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor, não coincidindo necessariamente com as posições do Ministério das Relações Exteriores.

O CAE, instituído pelo Decreto-Lei nº 79.556, de 20 de abril de 1977, no âmbito de qualificação para promoção do Ministério das Relações Exteriores, é organizado pelo Instituto Rio Branco, constituindo-se num dos requisitos para promoção de Conselheiro para Ministro de Segunda Classe dentro da Carreira de Diplomata. Os trabalhos apresentados ao CAE, submetidos à consideração de banca especializada, composta de funcionários diplomáticos e professores universitários, são dossiês diplomáticos, onde os autores têm tratado de temas da política externa brasileira e da conjuntura internacional, baseados em suas experiências profissionais ou interesses intelectuais e acadêmicos.

© Clodoaldo Hugueney Filho

C 672 Clodoaldo Hugueney Filho

A Conferência de Lancaster House: da Rodésia ao Zimbábue / Clodoaldo Hugueney Filho. - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.

120 p. - (Coleção Relações Internacionais ; 19)

1. Brasil - Fronteiras. 2. Cooperação Fronteiriça. I. Título. II. Série.

CDU 341.222(81)

ÍNDICE

Prefácio 7

Capítulos

1. Breve discussão metodológica à guisa de introdução 9
   - 1.1 Os antecedentes 9
   - 1.2 A Conferência de Lancaster House 13
   - 1.3 Conclusões 14

2. O insucesso das iniciativas anteriores 15
   - 2.1 A Constituição de 1961 15
   - 2.1.1 Os antecedentes da Conferência de Salisbury 16
   - 2.1.2 A Conferência de Salisbury e a Constituição de 1961 17
   - 2.1.3 As conseqüências da Constituição de 1961 e o interregno até a Declaração Unilateral de Independência 19
   - 2.2 As iniciativas do Governo Wilson e o acordo Smith-Home 24
   - 2.2.1 As negociações no HMS Tiger e no HMS Fearless 24
   - 2.2.2 O acordo Smith-Home e a Comissão Pearce 27
   - 2.2.3 A situação no movimento nacionalista 29
   - 2.2.4 Sanções econômicas contra a Rodésia: uma pequena digressão 31
   - 2.3 Da Conferência de Genebra ao acordo interno 33
   - 2.3.1 O panorama regional e internacional 33
   - 2.3.2 A Conferência de Genebra 38
   - 2.3.3 O interregno entre Genebra e Lancaster House: a iniciativa anglo-americana e o acordo interno 44

3. A transição da Rodésia para o Zimbábue 49
   - 3.1 A posição do Partido Conservador: da oposição ao Governo 50
   - 3.2 A fase preparatória: as consultas e a reunião de Lusaca 52
   - 3.3 A Conferência de Lancaster House 54
   - 3.3.1 As questões táticas 57
   - 3.3.2 A Constituição 60
   - 3.3.3 O período de transição 63
   - 3.3.4 O cessar-fogo 66
   - 3.4 Os acordos de Lancaster House em execução 68
   - 3.4.1 O estabelecimento do cessar-fogo 68
   - 3.4.2 A campanha eleitoral 71
   - 3.4.3 As eleições 73

4. Algumas indagações sobre o sucesso de Lancaster House 74

4.1 Lições do insucesso de iniciativas anteriores 74
4.2 O contraste com Lancaster House 77
4.2.1 Dos elementos internos:a tática e a substância 77
4.2.2 Dos elementos externos:a constelação de forças 81
4.2.3 Elementos externos e internos: a combinação certa 86
"Post Scriptum": as possíveis implicações de Lancaster House sobre a questão da Namíbia 89
Bibliografia Citada 93
Siglas Utilizadas 99

PREFÁCIO

O Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), através de seu Diretor Ministro Sérgio Nabuco, recordou-se de trabalho que eu havia escrito para o CAE sobre a independência do Zimbábue e resolveu publicá-lo. Essa publicação se deve, pois, à bondosa lembrança do Ministro Nabuco e a seus insistentes pedidos para que eu revisse o texto.

Minha resistência a encetar essa revisão se devia ao fato de que creio reduzido o interesse no tema, para justificar uma publicação de um trabalho escrito há mais de dez anos. Além disso, a versão da tese que defendi no CAE tinha inúmeros erros de impressão, fruto das dificuldades que tive em concluí-la em meio ao trabalho no setor político da Embaixada em Londres.

O trabalho de revisão só foi possível com a ajuda de Lilian Saban Hazan, excepcional funcionária e amiga, que se dispôs a redatilografar todo o texto, passando-o para um computador. Concluído esse trabalho foi possível, com o apoio de Maria do Carmo Strozzi Coutinho, concluir a revisão do texto.

Para tanto, contei com os valiosos comentários de dois leitores anônimos, aos quais o IPRI solicitou que avaliassem o trabalho para efeitos de publicação. Desejo deixar registro de meus profundos agradecimentos a esses leitores, não só por suas recomendações coincidentes no sentido da publicação do trabalho, como pelos comentários cuidadosos e inteligentes que teceram sobre a tese, localizando erros e omissões e discutindo interpretações. Procurei incorporar a grande maioria de seus comentários, só não o fazendo em um ou outro caso por discordar de suas conclusões.

Creio que duas menções específicas são necessárias por se referirem a aspectos mais substanciais do trabalho. Os dois leitores propuseram que fosse retirado o "post scriptum" sobre a Namíbia ou que ele fosse atualizado. Um dos leitores sugeriu que a introdução fosse inteiramente refeita e encurtada para dela eliminar considerações metodológicas. Discordei nos dois casos e dou as razões. Quanto à introdução, creio que ela reflete o essencial do trabalho e o pouco de original que ele contém ao sugerir uma certa organização dos períodos e temas. Além disso, não é tão grande assim. Quanto ao "post scriptum" é verdade que ele está ultrapassado e que muitas de suas predições não se realizaram. Decidi mantê-lo, contudo, porque creio que nem tudo que ali se diz está errado e porque todo o trabalho é um trabalho datado. Além do mais, como disse Francis Bacon, "predictions ought to serve but for wintertalk by the fireside". É possível, portanto, que as predições finais, mesmo que incorretas

em vários casos, possam, se vistas no contexto do trabalho como um todo, provocar alguma discussão sobre seu conteúdo.

Quanto à possibilidade de rever o texto mais profundamente, optei por não fazê-lo. Primeiro, porque há algum tempo estou afastado das questões nele tratadas. Segundo, porque o texto reflete minha forma de pensar à época e hoje eu não o teria escrito assim. Finalmente, porque ao relê-lo não o considerei nem tão ultrapassado, nem tão mal escrito, que não merecesse ser publicado.

1. Breve discussão metodológica à guisa de introdução

1.1 Os antecedentes

Antes de iniciar a parte propriamente expositiva do trabalho, parece conveniente deixar assentados alguns parâmetros analíticos e metodológicos que orientarão a exposição. Embora esse tipo de discussão seja útil para deixar claras opções subjacentes à análise, em trabalho da natureza do que aqui se pretende desenvolver, onde o rigor acadêmico não é fator determinante da exposição, não parece necessário estendê-la além do mínimo indispensável, ou aprofundá-la além da superfície do problema, o que provavelmente contará com o favor da maioria dos leitores.

Dentro dessas proporções reduzidas, o problema metodológico será abordado não através de uma discussão metodológica como tal em suas dimensões de investigação e exposição, mas sim através da discussão da questão da periodização.

Dentro dessa ordem de idéias, a evolução das negociações sobre a questão rodesiana que culminou na independência do Zimbábue poderia ser assim dividida:

a) um primeiro período corresponderia a uma diplomacia britânica de persuasão cujo objetivo era evitar uma radicalização da situação rodesiana;

b) no segundo período, a questão, apesar da resistência britânica e dos esforços do Reino Unido por mantê-la num plano bilateral, assume crescentes conotações internacionais, sendo o Reino Unido levado à busca de uma estratégia mais efetiva de negociação pela combinação de sanções e concessões;

c) num terceiro período, a questão rodesiana se torna uma das principais áreas de tensão no mundo e se inscreve mais claramente numa política internacional de *détente* com o envolvimento crescente dos EUA;

d) o quarto período corresponde à preparação e realização da Conferência de Lancaster House, objetivo próprio deste trabalho.

Da mesma forma que o último período se identifica com uma iniciativa diplomática concreta, os três anteriores também estão ligados a esforços negociadores específicos. No primeiro período, a negociação se centra em torno da dissolução da Federação Centro-Africana e da redação da constituição rodesiana de 1961 e suas conseqüências. No segundo período, as negociações se dividem em duas fases: as discussões a bordo do HMS Tiger, prolongadas no HMS Fearless, e o acordo Home-Smith. No terceiro período, lança-se a iniciativa anglo-americana após o insucesso da Conferência de Genebra.

Essa periodização envolve evidentemente um certo grau de arbítrio. Existem, porém, a despeito da continuidade em certos elementos centrais da questão, diferenças entre as posições dos principais protagonistas nas distintas fases do conflito que parecem justificar um esforço de classificação. Tal periodização se refere ao que se poderia considerar como a história diplomática da questão rodesiana, com as diferenças entre as fases correspondendo a modificações na postura negociadora das forças envolvidas. Esse enfoque diplomático parece natural no contexto de um trabalho que procura apenas analisar as negociações internacionais que levaram, em Lancaster House, à independência do Zimbábue.

Embora as limitações impostas ao trabalho centrem-no forçosamente na evolução das negociações internacionais em torno da questão rodesiana, uma tentativa de explicação do sucesso de Lancaster House e, por extensão, do insucesso de experiências anteriores, redundaria insatisfatória caso se restringisse à dinâmica interna do processo negociador.

Dois outros fatores de ordem mais geral e profunda têm que ser levados em consideração: a evolução política interna rodesiana e o quadro internacional. Sem a permanente inserção destes dois fatores no universo da análise, essa se tornaria em grande medida estéril e relegada ao contexto restrito da hermenêutica de textos e dos equívocos de liderança. Posições assumidas nas negociações ou se tornariam inexplicáveis, ou teriam explicação insatisfatória.

A evolução das negociações diplomáticas terá, portanto, que ser cotejada com as transformações nos quadros políticos nacional rodesiano e internacional. No primeiro caso, um fator assume imediatamente grande relevância: a evolução da luta contra o regime segregacionista na Rodésia, sobretudo a partir do momento em que essa luta se transforma em luta armada. No segundo, tratar-se-ia de acompanhar o quadro regional das forças em conflito e a forma de inserção da questão rodesiana nos planos dos relacionamentos Leste-Oeste (centrado, nos anos setenta, numa política de *détente*) e Norte-Sul.

No plano político interno rodesiano, para efeitos da presente análise, interessa sobretudo considerar a correlação de forças entre os dois lados em conflito e, subsidiariamente, os conflitos internos de cada lado.

No quadro regional, a ênfase estará em determinar como evoluiu no sul da África a balança de poder na oposição entre o racismo branco e as aspirações do nacionalismo africano. Essa visão se completa ao ser a questão rodesiana inserida na perspectiva mais ampla do relacionamento Leste-Oeste — com suas dimensões de apoio socialista a movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo e de esforços das potências ocidentais de contenção do expansionismo soviético — e do relacionamento Norte-Sul, entendido este não em seus termos econômicos, mas sim como busca, pelos países do Terceiro

Mundo, de uma postura própria no cenário internacional independente da problemática leste-oeste.

A análise, portanto, prosseguirá em três planos que se interpenetram: o da negociação diplomática, o do processo político rodesiano e o da evolução das tensões regionais e internacionais. Posto que a princípio se discutia periodização, poder-se-ia esboçar, dentro do enfoque triédrico acima, duas periodizações que, aceitando-se uma certa violência analítica, por motivos didáticos e expositivos, poderiam constituir, juntamente com a periodização esboçada no início, as três faces do prisma.

No plano da evolução política rodesiana, teríamos:

a) o período que antecede a Declaração Unilateral de Independência, durante o qual a supremacia branca é total e a oposição negra pouco efetiva;

b) o período que compreenderia a fase de ascensão do "Rhodesian Front", quando se assiste ao começo da luta armada e das crescentes dissensões no nacionalismo africano;

c) o período de redução das opções brancas e da cooptação de certos líderes negros, e de intensificação da luta armada, transformada agora numa guerra total de guerrilhas;

d) o período do acordo interno e da instalação do Governo Muzorewa e do colapso deste Governo frente à investida político-militar da Frente Patriótica.

No plano regional e internacional, os acontecimentos poderiam ser repartidos nas seguintes fases:

a) numa primeira fase, assiste-se ao desmantelamento razoavelmente pacífico dos impérios coloniais na África, mantidos os vínculos entre ex-colônias e metrópoles, permanecendo todavia o colonialismo português e parecendo garantida a supremacia branca no sul do continente. A área não é uma área prioritária de tensão, nem de confrontação leste-oeste;

b) no segundo período, tornam-se patentes as limitações do colonialismo português e o esquema de poder na região começa a sofrer importantes modificações com maior envolvimento das superpotências e tentativas de afirmação de um nacionalismo africano no plano internacional;

c) a terceira fase corresponde à ruptura do império colonial português, com a conseqüente completa reformulação do esquema de forças na região e as implicações decorrentes do estabelecimento de dois estados socialistas na área;

d) finalmente, na última fase, assiste-se ao completo desenvolvimento das forças envolvidas no conflito que culmina com as negociações em Lancaster House e o sucesso da Conferência.

Num esforço de síntese, poder-se-ia fazer corresponder a cada um dos três planos em que se desenrolará a análise um movimento prioritário:

a) no plano da negociação diplomática, o movimento será no sentido de uma crescente internacionalização da questão rodesiana;

b) no plano interno rodesiano, o movimento compreenderá uma dupla radicalização, da população branca e do nacionalismo africano, e terá como resultante a perda paulatina e constante de poder pela minoria branca;

c) no plano internacional, o movimento corresponderá a uma perda relativa de poder por parte das potências ocidentais frente ao bloco socialista e à afirmação crescente dos países do Terceiro Mundo no cenário internacional.

Tentar traçar a evolução da questão rodesiana nos três planos em que a análise pretende desenrolar-se de forma exaustiva e seguindo passo a passo a evolução dos acontecimentos ultrapassaria os limites do presente trabalho. Não só isso, como poderia ser desnecessário ou até mesmo metodologicamente questionável. Assim, combinar-se-ão na análise e exposição do tema cortes temporais significativos com mudanças em determinados elementos que serão identificados como relevantes para o tratamento do tema. Tratando-se de análise política conjuntural, cortes temporais e elementos relevantes terão que ver com o tom menor da análise.

Primeiro, a questão do tempo histórico e da narrativa. O primeiro período identificado na análise iria desde a criação da Rodésia, no bojo do movimento de expansão do capitalismo inglês de final do século XIX, até aproximadamente o ano de 1965, quando se produziu a ruptura entre o Reino Unido e a Rodésia em virtude da Declaração Unilateral de Independência. Para efeitos desse trabalho, a análise se concentrará nos últimos anos do período (60-65), e mais especificamente no período imediatamente anterior à Declaração Unilateral de Independência, em novembro de 1965, como conseqüência do insucesso das negociações entre o Reino Unido e a Rodésia. O segundo período corresponderia aos anos de 1966 a 1973, e sua análise se centraria nas negociações entre Wilson e Smith (1966 a 1968) e no acordo de 1971, entre Home e Smith, e os resultados da Comissão Pearce em 1972. O terceiro período compreenderia os anos de 1974 a 1978, e sua análise poderia estar centrada no insucesso da Conferência de Genebra e no lançamento da iniciativa anglo-americana por Owen (fins de 76 e o ano de 1977). Finalmente, no quarto período, se focalizaria a Conferência de Lancaster House.

Problema muito mais complexo é o de definição de quais os elementos relevantes para o tipo de análise de conjuntura e de história diplomática que se pretende desenvolver. A omissão de elementos poderá falsear a análise, ou a inclusão de elementos supérfluos sobrecarregá-la desnecessariamente. Talvez os três movimentos acima identificados como constituindo a essência de cada plano auxiliem na identificação dos elementos relevantes à análise.

O primeiro movimento em direção a uma crescente internacionalização da questão rodesiana está correlacionado com a projeção do poderio britânico na Rodésia. Esse elemento do poder britânico e seu declínio, que no caso da Rodésia levou ao dilema tão caro aos políticos britânicos em suas alocuções sobre o tema da "responsabilidade sem poder", deve ser um dos elementos a serem levados em conta.

O segundo movimento tem a ver com a correlação de forças internamente na Rodésia, e seus dois pólos parecem constituir elementos centrais para a análise da crise rodesiana: o nascimento e ascensão ao poder do "Rhodesian Front", e a marcha do nacionalismo africano, de um movimento pacífico e embrionário, a uma alternativa de poder na Rodésia.

Finalmente, o terceiro movimento permitiria identificar três áreas centrais de preocupação: o desenvolvimento da correlação de forças no sul da África; o envolvimento das superpotências na região; e o desenvolvimento de uma consciência terceiro-mundista que se afirma progressivamente em foros como a ONU, a Commonwealth, a OUA, e que tem como algumas de suas expressões o Comitê de Liberação da OUA e a constituição do grupo dos chamados Países da Linha de Frente.

Ao longo da exposição, procurar-se-á seguir o esquema acima esboçado: no contexto de cada corte temporal, procurar-se-á identificar as modificações ocorridas nos elementos considerados relevantes, com vistas a compor um painel impressionista nos três planos da análise. O objetivo é finalmente explicar a transição da Rodésia para o Zimbábue, transição que culminou com a negociação e implementação dos acordos de Lancaster House. Em cada uma das fases do processo de gestação do Zimbábue, certos elementos terão maior relevância que outros, certos planos serão privilegiados na tentativa de análise. Por outro lado, esboçadas, mesmo que imperfeitamente, estas questões de método, não se voltará a elas nem explícita, nem implicitamente.

1.2 A Conferência de Lancaster House

O cerne do trabalho continua a ser a Conferência, seus antecedentes imediatos e suas possíveis lições e conseqüências. Dentro da perspectiva mais ampla que o trabalho assumiu, a Conferência agora, contudo, passará a ser vista mais como um momento numa cadeia, cujos elos centrais terão sido examinados na primeira parte, e não como um evento isolado ou uma brusca ruptura com o passado. Essa disposição não retirará significação da Conferência de Lancaster House e nem da importância dos acordos nela obtidos, mas talvez permita explicar melhor as razões do sucesso da Conferência, em última instância, o objetivo principal do trabalho.

Dentro dessa ótica, o período que vai da ascensão do governo onservador no Reino Unido em maio de 1979 até a transferência do poder na Rodésia de Soames para Mugabe representará uma conjuntura na qual se roduziu uma confluência de fatores nos três planos anteriormente apontados, evando à transição da Rodésia para o Zimbábue.

No plano das iniciativas diplomáticas, a Conferência retoma idéias e conceitos utilizados anteriormente, mas também inova em relação às iniciativas anteriores tanto em matéria de substância, como em termos da coordenação e organização dos trabalhos. Uma visão comparativa com as iniciativas anteriores e uma breve análise dos textos permitirá elucidar algumas questões. No plano da política interna do Zimbábue, a Conferência revela a maturidade da Frente Patriótica e a falta de alternativas para os que defendiam a supremacia branca. Smith, na Conferência, fica reduzido a uma atitude patética de rejeição sistemática de todas as propostas, mas não tem mais condições de evitar um acordo. Finalmente, no plano internacional, a Conferência confirma a relevância da mobilização de países do Terceiro Mundo em torno da questão rodesiana, em especial através da Commonwealth, da OUA e no contexto do grupo dos Países da Linha de Frente.

Também na fase da Conferência de Lancaster House, serão utilizados, portanto, os parâmetros analíticos que orientarão a discussão dos antecedentes da Conferência. Nessa parte, contudo, a análise será retocada com maior atenção aos pormenores da negociação e com uma exposição mais detida dos fatos. Idealmente, esse arranjo permitirá apresentar a Conferência de Lancaster House ao mesmo tempo como um momento singular num processo e como desfecho de um período de transição.

1.3 Conclusões

Idealmente, também as conclusões do trabalho a serem expostas em sua última parte brotarão sem dificuldades da análise contida nas duas partes anteriores. A expectativa, contudo, é que o trabalho não se converta em um estudo completo e fechado, mas sim permaneça aberto no sentido de levantar mais questões do que as que pretende responder.

As especulações finais sobre o sucesso de Lancaster House e a possibilidade de sua repetição em outras circunstâncias históricas, pretendem dar ao trabalho uma dimensão de relevância funcional e utilidade como subsídio para o serviço diplomático brasileiro. Tal dimensão não estará, espera-se, tampouco ausente das partes mais históricas do trabalho ou mesmo desta introdução com sua digressão metodológica. Dentro de suas modestas possibilidades, e relevadas as imperfeições da análise em favor de uma tentativa de incentivo à discussão, espera-se que o presente trabalho contribua para a

afirmação de uma política externa brasileira na África plenamente comprometida com a liquidação dos resquícios de racismo e colonialismo no continente africano.

2. O insucesso das iniciativas anteriores

Lancaster House é a culminação de um processo de negociação diplomática que se estende por um período de cerca de vinte anos. Durante esse período, várias vezes se acreditou que o sucesso estava garantido e que uma solução duradoura e universalmente aceita para a questão rodesiana seria alcançada. Opções as mais diversas foram consideradas, tanto em termos constitucionais, como em termos diplomáticos; reuniões foram dramaticamente realizadas a bordo de navios de guerra e de trens estacionados na ponte sobre as cataratas de Vitória; assistiu-se a uma guerra civil extremamente brutal na qual pereceram milhares de pessoas, tanto na Rodésia, quanto nos países vizinhos, e durante a qual muitos outros milhares tornaram-se refugiados; houve um crescente envolvimento da comunidade internacional na questão, transformando-se o problema rodesiano num dos principais focos de tensão internacional. É esse processo que se desenrola no período que vai de aproximadamente 1960 até 1979 que se procurará descrever nesta primeira parte do trabalho.

2.1. A Constituição de 1961

A convocação pelo Reino Unido de uma Conferência Constitucional para a Rodésia, em 1961, em Salisbury, no contexto do movimento de dissolução da Federação Centro-Africana, marca a primeira instância de um processo negociador que se estenderá até Lancaster House. Nesse sentido, um exame da Conferência de Salisbury talvez permita identificar alguns dos aspectos centrais da questão rodesiana, tanto no que respeita às dificuldades encontradas em dar solução jurídica a graves conflitos políticos, quanto no que se refere à atuação dos principais protagonistas, uma vez que na Conferência estiveram representados o Reino Unido, o Governo rodesiano e a oposição africana.

A Conferência constitui um ponto focal das tensões que se estavam acumulando em torno do problema rodesiano, na maré de descolonização que cobre de ponta a ponta a África e que as potências coloniais pretendem conduzir de forma a preservar os laços entre as ex-colônias e as metrópole. Mais que isso, porém a Conferência parece representar um elemento catalisador das forças em atuação no cenário político rodesiano. É no contexto do processo

desencadeado pela aprovação da constituição de 61 que se assistirá à radicalização do eleitorado branco rodesiano e à cisão do movimento negro.

2.1.1 Os antecedentes da Conferência de Salisbury

Ao final dos anos cinqüenta, com o avanço do processo de descolonização na África, torna-se patente ao Reino Unido que uma solução terá que ser encontrada para a Federação Centro-Africana, organização ideada pelo Reino Unido e a Rodésia, no princípio dos anos cinqüenta, como forma de fortalecer a dominação britânica na África Central e o regime rodesiano[1]. A Federação esteve sempre sob o domínio dos políticos brancos rodesianos, que, através dela, conseguiram transferir para a Rodésia recursos das duas outras regiões ao norte, em especial, parte substancial da receita das minas de cobre, para financiar o *boom* econômico rodesiano. Do ponto de vista político, a Federação também representou um fortalecimento da Rodésia, pois em favor dela o Reino Unido abdicou de várias de suas prerrogativas constitucionais[2]

A Federação permitiu, contudo, maior arregimentação da oposição africana na Rodésia. Nos dois outros territórios, o tema da Federação e sua dominação pela minoria branca rodesiana constituiu uma importante bandeira para o nacionalismo africano. Políticos como Kaunda e Hastings Banda firmaram-se na liderança dos movimentos negros na Rodésia do Norte e em Niassalândia, através do combate à Federação como uma forma de questionar o poder branco através do fortalecimento da maioria negra pelo apoio das populações das duas outras áreas[3]. Logo ficou patente, porém, ao movimento negro rodesiano que a Federação, cuja capital foi estabelecida em Salisbury e cujo Primeiro-Ministro foi o rodesiano Godfrey Huggins[4], seria manobrada pelos brancos rodesianos para atender a seus interesses.

O Reino Unido, confrontado com a posição intransigente de Salisbury favorável à manutenção da Federação a qualquer preço, percebe que todo seu projeto de descolonização e de criação de uma Comunidade Britânica de nações independentes se verá ameaçado, caso contemporize com a minoria branca rodesiana. A manutenção da Federação significaria não só manter a Rodésia sob governo minoritário, mas seguir permitindo que duas colônias, onde o nacionalismo africano havia criado condições para um Governo de maioria, seguissem sendo manipuladas por Salisbury para seus desígnios próprios. Nessas duas colônias, a população branca era nitidamente mandatária da Rodésia, não tendo condições de opor-se a um governo majoritário, uma vez dissolvida a Federação. Torna-se, portanto, clara a necessidade de dissolução da Federação, com cada uma de suas partes seguindo caminho autônomo. Niassalândia e Rodésia do Norte tornam-se independentes em 1964, como

Malawi e Zâmbia. O processo da independência do Zimbábue só termina em 1980.

O Governo de Macmillan reconhece a inevitabilidade da dissolução, mas ao mesmo tempo verifica a impossibilidade de dar independência à Rodésia sem que haja garantias mínimas de que o país tenderá para um governo de maioria. Os brancos rodesianos, conscientes de que o Reino Unido está decidido, não só a dissolver a Federação, mas também a dar independência às colônias do norte, procuram também cortar seus laços com Londres, a fim de evitar que a política britânica de transferência de poder para um governo majoritário seja aplicada à Rodésia. A população negra, sob a liderança do "African National Congress" e, banido este, do "National Democratic Party" (NDP), vê, na interferência britânica na Rodésia, sua única possibilidade de alcançar o poder. Esse é o clima em que se abre a Conferência de Salisbury.

2.1.2 A Conferência de Salisbury e a Constituição de 1961

A transferência de poder nas ex-colônias britânicas sempre se dera para um governo majoritário. No caso da Rodésia, contudo, o Governo britânico estava disposto a reconhecer a especificidade da situação, onde se combinavam uma população branca numerosa com um regime de autogoverno que datava de 1923. O objetivo britânico na Conferência Constitucional de 1961 será, portanto, obter, em troca da cessão de certos poderes ainda detidos por Londres[5], concessões em termos do avanço da população africana na direção de um governo de maioria. Note-se que, desde o início, o Reino Unido abdica da tentativa de impor à Rodésia um regime constitucional de maioria, não tendo, portanto, objeções em transferir o poder para uma minoria branca, desde que certas condições mínimas de proteção aos "nativos" estejam garantidas.

Do lado do Governo rodesiano, liderado pelo Primeiro-Ministro Edgar Whitehead, a preocupação será garantir o máximo de liberdade, e preferentemente a independência, com o mínimo de sacrifícios para as prerrogativas da população branca[6].

Os nacionalistas africanos, que estarão representados na Conferência por Nkomo e Sithole, os líderes do NDP, estarão interessados em obter um governo de maioria, a exemplo do que vinha ocorrendo em todas as outras possessões britânicas. Nkomo, inclusive, viaja para Nova Iorque para tentar obter apoio da ONU para a plataforma do NDP baseada no princípio de "one man one vote". A atuação dos nacionalistas na Conferência será, todavia, indecisa. Pressionados entre o desejo britânico de alcançar uma solução de compromisso e a resistência rodesiana a ceder na transferência de poder, mesmo que a longo prazo, os nacionalistas acabaram aceitando a constituição de 1961 para logo após reverter sua decisão [7]. Tal gesto enfraqueceu o NDP,

tornou questionável a liderança de Nkomo e terminou por cindir definitivamente o movimento negro na Rodésia.

A Constituição de 1961 é vista diferentemente como um "massive achievement"[8], ou como "diabolical and disastrous"[9]. O principal negociador britânico, o Secretário da Commonwealth, Duncan Sandys, considerou a aceitação da Constituição pelos nacionalistas um "milagre". Os principais dispositivos da Constituição de 61 poderiam ser assim classificados:

a) salvaguardas contra o segregacionismo e a discriminação racial: a Constituição incorporava uma Declaração de Direitos protegida por direito de apelação que, em última instância, permitia recurso ao Conselho Privado no Reino Unido. Adicionalmente, criava-se um Conselho Constitucional para fiscalizar a implementação da Declaração de Direitos. O Conselho, no entanto, só tinha poderes consultivos;

b) sistema de voto: o sistema ideado era complexo, baseado numa limitação do direito de voto por renda e educação, e compreendendo duas listas: a lista A, com qualificações mais elevadas, dominada pelo voto branco, e a lista B, onde uma parte da população africana teria direito a voto;

c) sistema de Governo: mantinha-se o sistema parlamentar com uma Assembléia composta de 65 membros, 50 eleitos pelos votos da lista A e 15 eleitos pela população africana. Havia igualmente a possibilidade de voto cruzado em um sistema que visava a garantir a eleição de candidatos moderados;

d) emendas à Constituição: havia dispositivos constitucionais que requeriam procedimentos especiais (maioria de 2/3 e realização de um *referendum* ou aprovação britânica) para serem emendados. Tais dispositivos incluíam os relativos à Declaração de Direitos, ao Conselho Constitucional e ao direito de voto.

Em troca dessas concessões da minoria branca, o Governo britânico reduzia drasticamente seus poderes de interferência em assuntos internos rodesianos. O passo final da independência, contudo, não era dado: a Constituição continuava sob a autoridade do Parlamento britânico. A Constituição foi aprovada em *referendum* por ampla maioria da população branca.

Examinando um pouco mais de perto os principais dispositivos constitucionais, verifica-se que o avanço representado pela Constituição não era suficiente para garantir um governo de maioria negra, senão após muitas décadas, dadas as qualificações exigidas para os eleitores da lista A e a óbvia intenção do Governo rodesiano de evitar que a população africana obtivesse tais qualificações. Por outro lado, a declaração de direitos contida na Constituição só se aplicava à legislação futura. Entre 1923 e 1961, havia-se assistido, sobretudo ao final do período, quando o movimento nacionalista tornara-se mais atuante, à passagem de todo um arsenal de leis discriminatórias e referentes à

segurança pública que compunham um quadro de violação dos Direitos do Homem[10].

A Constituição de 1961 redundou na realidade em enorme equívoco: os britânicos, que pensavam com ela desvencilhar-se do problema rodesiano, viram-se a ele definitivamente atrelados; o Governo rodesiano, que buscava a independência nas negociações com os britânicos, viu seus intentos frustrados, o que terminou por produzir a queda de Whitehead; os nacionalistas africanos foram os maiores perdedores: sua fé nos britânicos não se justificou, pois suas possibilidades de ascensão ao poder foram relegadas ao futuro remoto, e, além disso, saíram da Conferência divididos e sem qualquer estratégia para questionar o poder branco.

2.1.3 As conseqüências da Constituição de 1961 e o interregno até a Declaração Unilateral de Independência.

Conforme dito acima, a Constituição de 1961 foi devidamente aprovada por um *referendum* entre a população branca, por maioria de 2 a 1. Esse fato obscureceu, a princípio, o sentimento prevalecente entre a população branca com respeito ao resultado das negociações. As concessões incorporadas na Constituição eram o máximo que os brancos estavam dispostos a ceder em suas prerrogativas, caso este fosse o preço a pagar pela ruptura total de laços com o Reino Unido. Os gestos de Whitehead no sentido de abrandar a legislação segregacionista e, sobretudo, sua tentativa de preparar o caminho para a revogação do "Land Apportionment Act" levam diretamente ao surgimento de movimento de oposição ao "United Federal Party": o "Rhodesian Front"(RF)[11]. Como indica Elaine Windrich: "The dilemma for the Whitehead Government was that they were obliged to convince the Europeans of their determination to suppress the African opposition and to assure the British Government of their intention of implementing a policy of "partnership" with the Africans as a basis for an independent Southern Rhodesia".

Criado em 1962 para disputar as eleições gerais naquele mesmo ano, o "Rhodesian Front" tinha uma estratégia clara: contra a política de Whitehead de rendição era preciso opor uma política de preservação "do europeu e de sua civilização, em suma, de tudo o que ele colocou no seu país" [12].

O RF conseguiu rapidamente radicalizar o eleitorado branco rodesiano, o que, aliado a um efetivo boicote nacionalista das eleições de 62, levou à queda de Whitehead e à instalação de um governo do RF, com Winston Field como Primeiro-Ministro. Este se mostrará incapaz de levar avante a luta pela independência da Rodésia e logo será substituído por Smith.

Da eleição de 62 à Declaração Unilateral de Independência em 65,

assiste-se a um grande número de tentativas de negociação entre o Reino Unido, a princípio sob governo conservador e depois de 64, com o Gabinete Wilson, e a Rodésia[13]. Apesar da sucessão de reuniões e das tentativas britânicas de encontrar saídas legais para um impasse político, as negociações revelam exclusivamente a incapacidade britânica em levar o Governo rodesiano a fazer concessões. Este, sob a liderança de Smith, só tem uma preocupação: a obtenção da independência, vista como única forma de garantir o futuro da Rodésia, ao desvinculá-la de uma potência decadente, e a manutenção do governo de minoria branca, afastando a possibilidade de intromissão britânica. A questão da independência não tem, contudo, um sentido meramente simbólico, como se poderia depreender do fato de que os poderes em mãos do Reino Unido, após a aprovação da Constituição de 1961, tinham sido considerados pelo próprio negociador britânico, Duncan Sandys, como "trifling". Embora não se possa subestimar o elemento de mobilização ideológica do eleitorado através da causa da independência[14], sua defesa pelo RF tinha também conseqüências práticas. A confiança da população branca na Rodésia tinha ficado abalada pela insistência britânica em só conceder independência após a introdução de novas medidas que favorecessem a população africana. Mais ainda, tal confiança se ressentia da campanha de violência desencadeada pelo movimento nacionalista que, embora pouco efetiva, introduziu o primeiro elemento de alerta em relação à possibilidade de uma luta pelo poder na Rodésia. Em 1961, 62 e 63, ocorrem saldos negativos no balanço da migração branca para a Rodésia (no ano de 1963, o número de saídas supera em 16.000 pessoas o de entradas). A independência significava, portanto, não só uma declaração de maioridade frente à metrópole, como também a possibilidade de rejeição da Constituição de 1961 e a instalação definitiva de um regime opressivo e racista na Rodésia, com todo o aparato legal correspondente. Era esse o tão almejado "first prize" de Smith[15].

As negociações entre britânicos e rodesianos, de 1961 a 1965, esbarram em vários obstáculos. Os britânicos não tinham intenção de forçar uma solução, o que retirava credibilidade de suas ameaças. Por outro lado, o Reino Unido havia utilizado grande parte de seu poder de barganha em troca das concessões contidas na Constituição de 61. O prêmio da independência por via de negociação torna-se supérfluo quando fica claro ao RF que a via da Declaração Unilateral de Independência (DUI) poderá ser impunemente seguida. Nesse sentido, tanto conservadores quanto trabalhistas seguem insistindo nos cinco pontos[16], definidos durante o Governo Home, para a concessão da independência, mas sua insistência cai no vazio por não estar respaldada na disposição de, em última instância, usar a força para evitar uma DUI. Wilson deixa isso perfeitamente claro ao indicar, em 30 de outubro de 1965, ao final de sua visita a Salisbury, numa das muitas iniciativas para romper o impasse, que: "If there are those who are thinking in terms of a thunderbolt hurtling from the

sky and destroying their enemies, a thunderbolt in the shape of the RAF, let me say that thunderbolt will not be coming, and to continue in this delusion wastes valuable time, and misdirects valuable energies"[17]. Em matéria de poupar tempo, a declaração de Wilson não poderia ter sido mais eficaz: a 11 de novembro, Smith declara a independência da Rodésia, eliminando definitivamente qualquer dúvida quanto aos rumos que o RF pretendia imprimir ao país e mostrando a futilidade dos esforços anteriores. Na realidade, a DUI só não veio antes porque Smith habilmente alimentou e deixou crescer o clamor popular por tal gesto. A ascensão de um governo trabalhista ao poder no Reino Unido também ajudou na tarefa de convencer a opinião pública da "perseguição britânica" movida contra a Rodésia[18]. Note-se que tais interpretações, se interessantes como armas de mobilização da opinião pública, nada tinham a ver com a realidade. Ninguém transigiu mais na busca de uma solução para a Rodésia que o governo Wilson[19].

A frustração dos esforços por encontrar uma solução negociada para a Rodésia deveu-se também, e talvez substancialmente, à ausência do terceiro termo da equação: o movimento negro. Em 1961, os líderes do NDP tinham sido convidados a sentar-se à mesa de negociações para preencher uma formalidade. Entre 1961 e 1965, os líderes negros são às vezes ouvidos mas ainda não conquistaram sua presença à mesa de negociações. Smith pode até mesmo pretender que os chefes tribais são os verdadeiros representantes da população africana, no famoso episódio da "indaba", convocada para pedir independência com base na Constituição de 1961[20].

O movimento nacionalista encontra-se dividido e sem estratégia de luta. As manobras de Nkomo, em especial sua tentativa de criação de um governo rodesiano no exílio, contra a vontade, não só dos demais líderes negros rodesianos, mas também da OUA, acabou por tornar inevitável a cisão no movimento nacionalista. Para opor-se à Zimbabwe African People's Union (ZAPU), é criada, sob a liderança de Sithole e Mugabe, a Zimbabwe African National Union (ZANU). Configura-se, portanto, o quadro de oposições e partidos no movimento nacionalista que vigorará à época de Lancaster House[21].

Para tal divisão no movimento nacionalista contribuiu muito a infeliz liderança de Nkomo. Há que considerar, porém, que a própria falta de alternativas estava na base da indecisão de Nkomo e da cisão do movimento. Sem força interna, o nacionalismo negro busca em sua primeira fase o apoio externo (britânico e de organizações internacionais, tais como a ONU e a OUA) para se impor. Tendo falhado tal estratégia, o movimento negro tem que se voltar para o interior da Rodésia no momento em que a repressão no país, controlado pelo RF, é mais severa. As prisões de toda a liderança do movimento, os freqüentes banimentos dos partidos políticos, em suma, a aplicação de toda uma legislação de exceção, inclusive com a imposição da pena de morte,

colocam em xeque o movimento negro[22]. Nessas circunstâncias, é comum a movimentos políticos cindirem-se em facções.

A princípio, não havia maior distinção entre ZAPU e ZANU além de diferenças de personalidade. Rapidamente, porém, os dois movimentos começam a distanciar-se em termos de programas, apoio interno e externo, contribuições para a luta armada, assumindo as diferenças entre ZAPU e ZANU, inclusive, conotações tribais[23]. É um sinal da falta de liderança efetiva e do grau de perplexidade em que estavam os movimentos o fato de que os dois lados embarcam numa campanha de violência indiscriminada e de ataques mútuos que servirão para consolidar definitivamente a divisão no movimento negro. Tal divisão enfraquecerá ainda mais o movimento, tanto no plano interno, onde, por exemplo, não será possível até praticamente o final da luta na Rodésia coordenar as ações das duas facções, como no plano internacional, onde Smith poderá sempre escudar-se atrás da divisão do movimento negro para, numa primeira fase, indicar aos ingleses que não há interlocutor válido no movimento nacionalista, e que, portanto, os chefes tribais são os representantes autênticos da população negra; e, numa segunda fase, cooptar uma parcela do movimento nacionalista para sua "solução interna", transferindo o poder para um governo majoritário dócil, com Muzorewa. Nesse momento, contudo, a correlação de forças internamente e no plano internacional será completamente diferente, inviabilizando a solução Muzorewa.

A estratégia nacionalista de busca de apoio externo não teve maior resultado. Por um lado, o Reino Unido, não só não estava disposto a exercer pressão efetiva sobre a Rodésia, como até permite que o governo Smith se fortaleça significativamente. No contexto do processo de dissolução da Federação Centro-Africana, que termina em 1963, a Rodésia adquire a quase totalidade do equipamento militar da Federação, apesar dos protestos internacionais[24]. Os outros pontos de apoio externo para a causa nacionalista eram as organizações internacionais, em particular a ONU e a OUA. A Assembléia Geral aprova uma série de resoluções recomendando a ab-rogação da Constituição de 1961 e a convocatória de uma conferência constitucional de todos os partidos na Rodésia. A intervenção da ONU é, entretanto, dificultada pela posição britânica de considerar o caso da Rodésia como assunto de jurisdição interna e de recusar ações no contexto do capítulo VII da Carta, alegando que o problema não constitui ameaça à paz e à segurança internacionais.

O Reino Unido sofre também as pressões dos países da Commonwealth. A reunião de Chefes de Governo dos países da Commonwealth realizada em Londres, em junho de 1965, recomenda ao Reino Unido que convoque uma conferência constitucional para a Rodésia, ao invés de prosseguir com negociações bilaterais com Salisbury. As propostas da Commonwealth são rejeitadas por Londres, que mantém a atitude de que o problema da Rodésia

é de responsabilidade britânica.

Na OUA, onde o movimento nacionalista negro vai tentar obter apoio, a posição de Nkomo, favorável à proclamação de um governo no exílio, é rejeitada. A Organização recomenda o prosseguimento da luta política dentro da Rodésia. Após a cisão do movimento nacionalista, a organização reconhecerá, tanto a ZAPU, quanto a ZANU, embora no começo a maior parte da ajuda se concentre na ZAPU de Nkomo[25].

Até a Declaração Unilateral de Independência, a questão rodesiana não se havia ainda convertido em foco de tensão internacional. Embora se assista, em 1964, à primeira ação armada do movimento nacionalista na Rodésia, que resulta na morte de um fazendeiro branco, essa operação assume praticamente características de um incidente isolado. As ações guerrilheiras que se seguem são rapidamente desbaratadas pelas forças de segurança rodesianas, e o movimento guerrilheiro na Rodésia só assumirá características de maior gravidade ao final de 1972, com o ataque à fazenda de Altena por guerrilheiros da ZANU. Durante todo o período que está sob análise (até 1965), o problema da segurança na Rodésia está sob controle, sendo total a supremacia das forças brancas[26].

Essa supremacia interna do RF encontra respaldo na presença do exército português em Moçambique e na África do Sul. No plano regional, portanto, a constelação de forças é bastante favorável a Salisbury. Alguns países africanos, porém (Gana, Tanzânia, Zâmbia, entre outros), dão treinamento e acolhida aos guerrilheiros da ZAPU e da ZANU, que também recebem cursos de treinamento na URSS, na China e em alguns outros países.

O envolvimento das superpotências na questão é, todavia, reduzido. A ajuda que os movimentos negros obtêm é pequena e, no primeiro momento, concentra-se em cursos de treinamento de guerrilhas e de doutrinação ideológica. Tais movimentos não têm tampouco uma clara definição ideológica, representando mais movimentos nacionalistas comprometidos com a obtenção de um governo majoritário para a Rodésia. Mesmo a opção pela luta armada é um processo paulatino e decorre do insucesso das negociações e da total inflexibilidade do Rhodesian Front.

Às vésperas da Declaração Unilateral de Independência, a Rodésia parece ser um país onde a dominação branca está assegurada. Nas eleições de 1965, o RF ganhou todas as cinqüenta cadeiras da população branca no Parlamento, liquidando definitivamente a oposição branca liberal na Rodésia. É com confiança que Smith define a DUI como "blow for the preservation of justice, civilization and Christianity"[27].

2.2 As iniciativas do Governo Wilson e o acordo Smith-Home

Em certo sentido, existe uma grande continuidade entre os esforços de negociação que precedem e sucedem a Declaração Unilateral de Independência da Rodésia. Desde 1961, o curso seguido pelo Reino Unido é o de uma paulatina mas constante capitulação ante as exigências irredutíveis do Governo rodesiano. Esse processo culmina com o acordo de 1971 entre Smith e Home, através do qual o Reino Unido cede, em praticamente todos os pontos relevantes, às exigências rodesianas.

Desde um outro ângulo, contudo, a DUI representou uma ruptura com o estilo das negociações anteriores. Ao pôr a nu as reais intenções do Governo rodesiano e ao retirar-lhe qualquer resquício de legitimidade, a DUI força o Reino Unido a adotar, embora a contragosto, medidas punitivas contra a Rodésia que finalmente redundarão na adoção de sanções mandatórias pelo Conselho de Segurança. Esse curso de ação leva ao isolamento internacional da Rodésia e torna inacessível a legitimidade que o Rhodesian Front pretendia alcançar pela via da DUI.

Internamente, a DUI forçará o regime rodesiano a uma linha de crescente radicalização. Cortados os laços com o Reino Unido e afastada a Constituição de 1961, o Governo rodesiano pode dar vazão ao pleno desenvolvimento de sua ideologia racista alicerçada num estado ditatorial. A Constituição de 1969 dá forma legal a essas tendências. Paralelamente, a DUI e as concessões britânicas ao regime ilegal rodesiano deixam patente ao movimento nacionalista que a eventual conquista de um regime majoritário para a Rodésia não poderá depender da ação britânica, mas terá que ser conquistada internamente na Rodésia. A rescisão do acordo Home-Smith e a retomada da luta armada marcam o início da ascensão do movimento negro.

2.2.1 As negociações no HMS Tiger e no HMS Fearless

A fragilidade da posição negociadora do Governo britânico foi tornada clara, no período anterior à DUI, quando, apesar das concessões de Wilson para aplacar a intransigência de Smith[28], este abandonou as negociações em Londres e retornou a Salisbury para declarar, dentro de um mês, a independência da Rodésia. As primeiras reações britânicas pareciam indicar que o Reino Unido adotaria uma atitude resoluta para pôr fim à rebeldia de Salisbury[29]. Logo ficou patente, no entanto, que o Reino Unido pretendia não só dosar cuidadosamente suas medidas punitivas, reduzindo com isso o impacto das sanções sobre a economia rodesiana (a hipótese de intervenção militar já havia sido há muito tempo eliminada), como também re-encetar negociações com Salisbury na primeira oportunidade.

Teoricamente, a posição do Partido Trabalhista nas negociações sobre a Rodésia estava baseada na cláusula chamada, por sua sigla inglesa, NIBMAR: "no independence before majority African rule"[30]. As negociações no período anterior à DUI, contudo, já haviam revelado que o Governo trabalhista reconhecia a impossibilidade de negociar com base em tal princípio com um governo liderado por Smith, que não se cansava de repetir: "no majority rule in my lifetime"[31]. Na prática, o Governo de Wilson sempre se mostrou pronto a transigir, em seu afã de livrar-se da questão rodesiana.

E de transigir se tratava. A partir da recusa em estabelecer negociações com um regime ilegal, passou-se à fase de conversações "informais" na qual, de acordo com a posição britânica, não se estava negociando, mas simplesmente verificando se havia uma base para negociações[32], para terminar na reunião a bordo do HMS Tiger. A flexibilidade britânica não ocorria só no plano tático. Após uma atitude dúbia na questão das sanções, o Reino Unido demonstra no HMS Tiger que estava disposto a fazer significativas concessões a Smith em relação às posições mantidas antes da DUI e ao cumprimento dos chamados cinco princípios[33]. Com efeito, os termos acordados na reunião entre Wilson e Smith envolviam, em troca de concessões pouco significativas em matéria de direito de voto e representação africana no Parlamento, um afastamento, até o final do século, da possibilidade de um governo de maioria[34]. Apesar das concessões britânicas, o Governo de Smith rejeitou o acordo, alegando que a previsão nele contida para a instalação de um governo de transição, sob controle britânico, era uma ingerência inaceitável na Rodésia.

Essa alegação rodesiana não representava mais que um subterfúgio para encobrir o fato de que o Governo rodesiano não tinha intenções de entabular reais negociações. Absorvido o impacto inicial das sanções, o clima de radicalização no RF exigia, não negociações, mas sim uma ruptura definitiva com o Reino Unido[35].

A rejeição por Smith e seu Gabinete das propostas do Tiger não significou uma ruptura nas negociações. O Reino Unido seguiu adotando a mesma tática, a combinação de pressão limitada com a abertura de contatos com vistas a chegar a um acordo. Após uma série de sondagens levadas a efeito em Londres e Salisbury, é decidida a realização de uma nova reunião a bordo do HMS Fearless. O acordado no Fearless representa novas concessões por parte dos ingleses. As propostas do Fearless compreendiam a eliminação do que aparentava ser o principal obstáculo rodesiano ao acordo do Tiger: a instalação de um governo de transição fora do controle do RF[36].

Eliminado este obstáculo, o Governo rodesiano, a esta altura claramente decidido a adotar uma nova Constituição transformando o país numa república, apega-se a outra cláusula do acordo (a que permitia recurso ao

Conselho Privado em Londres sobre emendas a cláusulas constitucionais) para rejeitá-lo, alegando novamente derrogação da soberania rodesiana. A disposição britânica de ceder neste e em outros pontos e a manutenção da rejeição rodesiana ao acordo revelam que a objeção de Smith era meramente acessória, resultando sua não aceitação das propostas do "Fearless" de razões mais profundas.

Embora o Governo britânico mantivesse sobre a mesa as propostas do "Fearless", o Governo rodesiano adota por *referendum*, em 20 de junho de 1969, uma nova Constituição que, nas palavras do próprio Smith, representaria "the death knell of majority rule in Rhodesia"[37]. A aprovação da Constituição de 1969 marca a ruptura do processo negociador com o Governo trabalhista britânico.

Durante todo o período em que se processavam as negociações acima descritas, a pressão internacional sobre o Reino Unido era crescente. No âmbito da Commonwealth, o Governo Wilson se havia comprometido, a contragosto, com a convocatória de uma conferência constitucional de todos os partidos na Rodésia. O perpétuo adiamento da convocatória da conferência, a atitude complacente britânica para com a DUI e a realização de conversações com o Governo rebelde produzem críticas iradas no seio da Commonwealth, que culminam com a reunião de Primeiros-Ministros (setembro de 1966), na qual se aprova um novo plano para solucionar a questão rodesiana que, como os anteriores, será ignorado pelo Reino Unido. A partir de então, a atuação da Commonwealth no quadro da questão rodesiana perderá significação ante a impossibilidade de a maioria de seus membros levar o Reino Unido a adotar uma postura mais decidida. A reunião de Chefes de Governo da Commonwealth seguirá, contudo, sendo um foro de debate para a questão rodesiana, e em várias oportunidades o Reino Unido se verá confrontado com a oposição da maioria dos países da Commonwealth à política britânica e com a necessidade de fazer algum tipo de concessão, ou levar a um rompimento da Commonwealth.

As pressões sobre o Reino Unido eram intensas também no âmbito da ONU, onde, por oposição britânica, só em 16 de dezembro de 1966 foram aprovadas sanções mandatórias contra a Rodésia. Na Assembléia Geral de 1966, foram aprovadas duas resoluções condenando as aberturas britânicas em relação à realização de negociações com o regime de Salisbury[38].

A pressão da ONU prossegue durante todo o período, embora sua efetividade seja limitada. Em março de 1970, o Governo britânico é forçado a utilizar pela primeira vez o poder de veto no Conselho de Segurança contra uma resolução do bloco afro-asiático condenando o Reino Unido e estendendo as sanções a Portugal e à África do Sul.

No âmbito da OUA, são aprovadas, em abril de 1969 e em 1971, duas declarações que fixam a posição africana em relação à luta nacionalista

no sul do continente. A Declaração de Lusaca, seguida pela Declaração de Mogadiscio, contém uma grave advertência: ou os países de governo de minoria se dispõem a negociar para a transição eventual para um governo majoritário, ou haveria uma intensificação da luta armada[39]. Essas duas declarações fixam o que se manterá, em grande medida, como a posição africana, em especial dos países da África austral, nos conflitos da região: a combinação de apoio aos movimentos de libertação nacional, criando condições para a luta armada e aumentando a influência sobre tais movimentos, com a manutenção da porta aberta a negociações para uma transição pacífica. Essa tática permite combinar a pressão sobre os regimes minoritários para cederem em suas prerrogativas, com a pressão sobre os movimentos guerrilheiros para, dadas as condições, negociar.

Essa tática política está apoiada numa estratégia de liberação escalonada dos países do sul da África adotada na Conferência da OUA em Rabat em 1972 e confirmada pela Declaração de Acra de 1973[40].

2.2.2 O acordo Smith-Home e a Comissão Pearce

Com a subida dos conservadores ao poder nas eleições de 1970, chega sua vez de tentar de novo um acordo na Rodésia. O Partido Conservador tinha se mantido crítico em relação aos esforços do Governo Wilson por encaminhar uma solução para a questão rodesiana, especialmente em duas áreas: na questão das sanções, onde os conservadores mantinham uma clara linha de oposição às sanções, em especial às sanções mandatórias da ONU (o que não impede que, quando alcançam a maioria no Parlamento, sigam mantendo as sanções que exigiam aprovação anual para continuarem vigentes), e na questão da tática negociadora, onde os conservadores culpam as exigências de Wilson pelo fracasso das negociações[41].

Nos primeiros dias do Gabinete conservador, são iniciados contatos, por intermédio da África do Sul, com o Governo rodesiano. Smith mostra-se interessado, uma vez que sua expectativa, fundada na atuação do Partido Conservador quando na oposição, é no sentido de novas concessões britânicas. As expectativas rodesianas se confirmam, com a atitude britânica de negociar com a Rodésia em pé de igualdade, tratando-a como uma república independente. Este fato tem graves implicações, pois indica "ab initio" a aceitação britânica da Constituição racista de 1969 como base de negociação.

As intenções britânicas despertam oposição em vários foros e na Conferência de Chefes de Governo da Commonwealth, reunida em Cingapura em janeiro de 1971, o Governo britânico, para evitar "presiding over the liquidation of the Commonwealth", nas palavras de Wilson, agora na oposição[42], aceita uma reafirmação do princípio de que qualquer acordo sobre a

Rodésia deveria contar com o respaldo da maioria da população rodesiana. Inadvertidamente, Heath e Home assinam a sentença de morte do acordo que ao final do ano seria negociado em Salisbury.

O acordo negociado por Home representou uma completa capitulação ante as exigências de Smith. Não só a possibilidade de um governo de maioria era adiada para o próximo século (2035, segundo estimativas de Claire Palley), como grande parte do aparato legal repressivo e discriminatório na Rodésia, inclusive a própria Constituição de 1969, permanecia intata ou sofria apenas pequenas emendas[43]. A melhor caracterização do acordo está nas palavras de um de seus principais negociadores, Lord Goodman: "The agreement is not a sell out. The African had been sold out long before"[44].

Mesmo conservadores como Hudson encontram dificuldade em defender o acordo. Hudson termina por indicar que "The main argument for the agreement was that the Rhodesian Front Government has accepted a change of direction"[45]. Hudson pretendia, com essa frase, indicar o fato de que Smith abandonava a idéia de paridade incorporada à Constituição de 1969 e aceitava o princípio do governo de maioria. A aplicação desse princípio, contudo, ficaria a critério do RF, caso o acordo não tivesse sido rejeitado pela população africana.

Tendo cedido na substância, ignorando os princípios que orientavam a posição britânica[46], o Governo inglês não podia, ao mesmo tempo, furtar-se a um teste de aceitabilidade dos acordos. O fato de que Home, enquanto negociava o acordo com Smith, tinha recebido manifestações de opinião totalmente contrárias ao acordo dos líderes nacionalistas não retirou dos ingleses o otimismo de que o acordo seria aprovado. Talvez os conservadores britânicos tivessem acabado por ser contagiados pela paranóia de Smith, que não se cansava de declarar que a Rodésia tinha "the happiest Africans in the world". Tal felicidade só era perturbada pelas maquinações do comunismo internacional.

A Comissão, chefiada por Lord Pearce e encarregada de dar um veredito sobre a aceitabilidade do acordo, ouviu grande número de pessoas (cerca de 6% da população) e formou um claro juízo sobre a situação: "In our opinion the people of Rhodesia as a whole do not regard the proposals as acceptable as a basis for independence"[47]. Entre a população negra, a rejeição era total. Não só o movimento nacionalista sob a bandeira do recém-criado African National Congress (ANC) rejeitava os acordos, mas até mesmo os parlamentares negros rodesianos e os chefes tribais a eles faziam restrições.

No plano internacional, a oposição ao acordo também foi generalizada. Na ONU, a Assembléia Geral condenou o acordo e, no Conselho de Segurança, o Reino Unido teve que usar seu veto contra uma resolução que solicitava que o Reino Unido não transferisse a soberania para a Rodésia[48]. A

OUA classificou o acordo como "an outright sell-out for generations" e exortou o povo do Zimbábue a "take matters into their own hands"[49].

O acordo Home-Smith significa o final de um período, em vários sentidos. A tentativa britânica de negociar com a Rodésia a partir de uma posição de debilidade leva a seguidas concessões e o acordo negociado por Home é o ponto final dessa linha de capitulações. Daí sua aceitação por Smith. As negociações diretas entre o Reino Unido e a Rodésia, à revelia da população africana, terminam por produzir um acordo que, em última análise, não tinha a menor condição de ser aplicado. Caso imposto à população negra, o acordo, em vez de alcançar o objetivo de Lord Goodman de evitar uma "horrible and violent insurrection", simplesmente daria maior força a tal insurreição. Uma das conseqüências benéficas do acordo foi a mobilização da população negra para rejeitá-lo. Os nacionalistas não mais poderão ser ignorados nas negociações futuras e, assim, começam a ter direito a sentar-se à mesa de negociações.

2.2.3 A situação no movimento nacionalista

O período que vai desde a DUI até 1972 se caracteriza por uma completa supremacia branca, com as esporádicas operações guerrilheiras sendo desbaratadas facilmente[50]. Os movimentos negros se apresentam crescentemente divididos. Tanto ZAPU quanto ZANU são vítimas de lutas internas que levam à criação de facções rivais e a disputas de liderança. No caso da ZAPU, a luta entre Chikerema e Moyo, que tem como uma de suas causas as diferenças entre os dois sobre a tática a ser seguida na luta armada, acaba por levar a ZAPU ao imobilismo[51]. Esse imobilismo é reforçado pelo insucesso das operações guerrilheiras levadas a cabo pela ZAPU, inclusive em aliança com o African National Congress (ANC) da África do Sul[52].

Na ZANU, as querelas internas também se sucediam. Durante esse período, porém, a ZANU, tendo presentes os processos da ZAPU e os seus próprios nas operações guerrilheiras através do Zambezi, vai procurar rearticular sua tática de luta, abandonando as incursões armadas em favor de um trabalho de infiltração e doutrinação. Esse trabalho de preparação do terreno para a luta guerrilheira determinará em grande medida o sucesso da ZANU em expandir suas operações na Rodésia, a partir do momento em que se ingressa na nova fase da luta de guerrilhas com o ataque à fazenda Altena, em 1972.

Divididos internamente, os dois movimentos não conseguem tampouco reaproximar-se, apesar dos esforços de líderes africanos como Kaunda, exasperados com as lutas dentro do movimento nacionalista na Rodésia[53]. As tentativas de criação de um comando guerrilheiro comum fracassam, como também fracassa a tentativa de criação de uma terceira força (a Frente para a Libertação do Zimbábue - FROLIZI), que, a princípio, aparecia

como uma possibilidade de superação das dissensões entre ZAPU e ZANU.

Todavia, nem tudo foi negativo para o movimento negro na Rodésia. A possibilidade criada pela Comissão Pearce em sua tarefa de auscultar a população rodesiana sobre a aceitabilidade do acordo Smith-Home é explorada pelos nacionalistas, que, pela primeira vez, têm condição internamente de promover um trabalho de mobilização da população, apesar das medidas repressivas do Governo rodesiano, na campanha pela rejeição das propostas. É neste contexto que surge o African National Council (ANC) e aparece como líder a figura do Bispo Abel Muzorewa. A insofismável resposta negativa dada pelos africanos à sondagem da Comissão Pearce marca o início da ascensão do movimento nacionalista na Rodésia e deixa claro que, a partir desse momento, tal movimento não mais poderá ser ignorado na busca de uma solução para a Rodésia.

O fato de que o African National Council (ANC) aparece como a organização mais visível de oposição ao regime rodesiano, uma vez que ZAPU e ZANU eram partidos banidos, obscurece por algum tempo o fato de que o ANC na realidade era uma mera sigla, criado pela circunstância da necessidade de mobilização da população para rejeitar o acordo Home-Smith. A realidade do movimento nacionalista era a divisão entre ZAPU e ZANU, que seguia inabalada, e eram esses dois partidos, com seus braços armados, Zimbabwe People's Revolutionary Army (ZIPRA) e Zimbabwe African National Liberation Army (ZANLA), que detinham o apoio da população.

A escolha de Muzorewa para líder do ANC, se imposta pela necessidade de encontrar uma figura aceitável para o Governo rodesiano e ao mesmo tempo neutra em termos de filiação partidária, revelou-se, a longo prazo, desastrosa. A liderança de Muzorewa, em vez de possibilitar uma coalizão entre ZANU e ZAPU, termina por redundar na formação de uma terceira linha no movimento nacionalista. Por outro lado, o cargo de Muzorewa dava-lhe uma representatividade que não estava assentada na realidade. Esses equívocos e contradições vão marcar o período seguinte da história rodesiana que terminará com o acordo interno entre Smith e Muzorewa.

Paralelamente aos esquemas de cooptação de políticos nacionalistas que vão sendo tentados, prossegue a preparação para a luta armada e têm início as primeiras operações guerrilheiras. De 72 a 78, o objetivo principal da ZANU, através do ZANLA, será realizar um trabalho de mobilização de apoio na população[54]. Assim, até 1978, quando se inicia uma nova fase na campanha guerrilheira, a preocupação central do ZANLA será defensiva. Um fator determinante no sucesso do Zanla será o acordo com a Frente de Libertação do Moçambique (FRELIMO), que permitirá mover as operações do ZANLA de Zâmbia para a província de Tete.

O fato de ter sido o ZANLA quem coordenou suas operações

guerrilheiras com a FRELIMO será determinante para o sucesso posterior da ZANU na campanha militar e política para a independência do Zimbábue[55].

2.2.4 Sanções econômicas contra a Rodésia: uma pequena digressão

Como apontado anteriormente, a atitude do Governo Wilson em matéria de sanções econômicas contra a Rodésia foi dúbia. As sanções inicialmente adotadas foram limitadas, sendo só aos poucos estendidas para cobrir, no final, praticamente todas as áreas do relacionamento econômico entre o Reino Unido e a Rodésia. Paralelamente, a resistência britânica em permitir a imposição de sanções mandatórias pelo Conselho de Segurança da ONU limitou bastante o impacto das sanções.

O Reino Unido tampouco estava interessado em forçar uma implementação rígida das sanções, tanto no plano interno, quanto no plano internacional. No plano interno, a partir de 1968, fica claro que companhias petrolíferas britânicas estão envolvidas na violação do embargo petrolífero à Rodésia. O Governo britânico deixa que tais violações prossigam, em grande medida, impunemente. Tal postura culmina com a aprovação, no contexto da lei sobre a independência do Zimbábue, de uma anistia geral a todas as companhias que haviam violado as sanções impostas à Rodésia. No plano internacional, a principal preocupação britânica é não antagonizar Portugal e, muito menos, a África do Sul. Daí a resistência a sanções mandatórias na ONU, vistas como perigoso precedente, e a insistência em evitar que, no processo de aplicação das sanções, estas se estendam, mesmo que indiretamente, à África do Sul. Essa política torna inócuas medidas como o bloqueio naval do porto de Beira para evitar o desembarque de petróleo para o oleoduto Beira-Umtali, uma vez que o petróleo para a Rodésia será desviado para outros portos em Moçambique e para a África do Sul. O impacto limitado do embargo petrolífero, na ausência de medidas efetivas de implementação, fica patente com a abolição pela Rodésia, em 1971, do racionamento de combustível.

Se se considera a situação econômica e geográfica da Rodésia, as sanções econômicas pareciam destinadas a surtir efeito rapidamente no país, levando, conforme a expectativa de Wilson, o Governo de Smith a pôr um fim à sua rebelião. A Rodésia era um país dependente do exterior para sua sobrevivência: as exportações, em 1964, respondiam por 38% da renda nacional, enquanto que 34% dessa renda eram gastos em importações. A pauta de exportações era concentrada em um pequeno número de produtos primários (os cinco primeiros produtos correspondiam a 50% do total), e as importações estavam concentradas em bens de capital e insumos industriais, sendo, portanto, de difícil compressão. Em termo de mercados e supridores, também era grande

a concentração: o Reino Unido e Zâmbia adquiriam mais de 50% das exportações rodesianas, e o Reino Unido, Zâmbia e os Estados Unidos eram responsáveis por mais de 40% das importações. A posição britânica era dominante nos dois casos: 25,5% das exportações rodesianas e 30,4% das importações[56].

Uma cronologia das sanções mostra o gradualismo adotado. Em 16 de novembro de 1965, o Reino Unido impõe as primeiras sanções à Rodésia expulsando-a da área do esterlino, retirando-lhe preferências da Commonwealth, impondo controles cambiais, congelando as reservas rodesianas em Londres e banindo as importações de tabaco e açúcar rodesianos. Esta última medida era a de maior significação, uma vez que o tabaco era o principal produto de exportação da Rodésia (31% do valor total das exportações em 1964) e que o Reino Unido era seu principal importador (mais de 40% do total das importações). Em princípios de dezembro, a cobertura das sanções foi aumentada nas áreas financeira e comercial (nesta, o embargo passou a cobrir 95% das exportações), e a 17 de dezembro, foram banidas as importações de óleo pela Rodésia. Ao final de janeiro de 1966, novas medidas foram adotadas para completar o embargo financeiro e comercial da Rodésia[57].

Ao gradualismo no plano interno, o Reino Unido juntou sua oposição a deixar que as Nações Unidas desempenhassem um papel ativo na questão, no plano internacional. Essa oposição datava do início da questão rodesiana. Embora não pudesse evitar debates no Conselho de Segurança sobre a DUI (no período imediatamente anterior à declaração e depois dela), o Reino Unido seguiu evitando a qualificação do problema como uma ameaça à paz e à segurança internacionais e a imposição de sanções mandatórias pelo Conselho[58]. Assim, o Conselho de Segurança aprova primeiro uma condenação da DUI, com a recomendação de não reconhecimento do regime. A seguir, a 20 de novembro, passa uma resolução recomendando o rompimento de relações econômicas com a Rodésia e o embargo econômico. Durante essa fase, a posição britânica é, segundo as palavras do próprio Wilson, a de evitar uma "excessive action" por parte da ONU[59]. Em dezembro de 1966, o Conselho de Segurança aprovará sanções mandatórias seletivas, e somente em maio de 1968 é que serão impostas sanções mandatórias completas e estabelecida a maquinaria para fiscalizar a implementação das sanções[60].

Dentro do quadro acima exposto, não é, portanto, de estranhar que as sanções econômicas não tenham cumprido o papel de levar a Rodésia a capitular como pretendiam os defensores da idéia, ou como temiam os homens de negócio rodesianos ou alguns políticos conservadores britânicos. A economia rodesiana, após uma queda em 1966, ano em que o impacto das sanções foi absorvido, cresceu a taxas médias anuais de 8% entre 1967 e 1974[61]. Muito mais que as sanções, é a extensão da luta armada na Rodésia que tem um verdadeiro impacto sobre a atividade econômica do país.

O impacto das sanções sobre a economia rodesiana foi, assim, limitado. Seu gradualismo permitiu que fossem sendo feitas adaptações necessárias para fazer frente à nova situação. O apoio da África do Sul e de Portugal, especialmente da primeira, permitiu burlar mais facilmente, tanto o embargo às importações, em especial petróleo, como o boicote às exportações[62]. Os países importadores tampouco adotaram medidas estritas para fiscalizar as sanções e punir os infratores. Nos EUA, por exemplo, até o Governo Carter, o cromo rodesiano estava excluído do boicote. Nessas condições, o impacto das sanções sobre a economia rodesiana foi mais no sentido de afetar o crescimento potencial da economia do que em criar dificuldades insuperáveis. Juntamente com esse impacto econômico limitado deve ser considerado o impacto político das sanções. A expectativa britânica era a de que as sanções forçariam Smith a ceder. Ao contrário, as sanções unificaram a população branca rodesiana na resistência à intromissão estrangeira e contribuíram para a radicalização do RF e a rejeição das propostas do Tiger e do Fearless[63]. Na realidade, a política britânica durante o período tem resultado inverso do esperado: Smith, ao invés de fazer concessões, obtém, a cada rodada de negociações, melhores condições dos ingleses.

2.3 Da Conferência de Genebra ao acordo interno

A Conferência de Genebra (28 de outubro a 14 de dezembro de 1976) marca a culminação de um processo em que, através do envolvimento dos Estados Unidos e de países da região, se buscou negociar um acordo entre o Governo do RF e os movimentos nacionalistas que permitisse uma transição para um governo majoritário na Rodésia. O fator fundamental que determinou a aceitação da necessidade de instalação, a curto prazo, desse governo majoritário, foi o golpe de estado em Portugal, com a subseqüente liquidação do império colonial português na África e a assunção ao poder em Angola e Moçambique de dois governos socialistas.

Essa modificação profunda no quadro estratégico da região retirou apoio ao Governo de Smith, sinalizando a necessidade de uma acomodação, embora o próprio Smith se mostrasse cético sobre tais iniciativas. O insucesso da Conferência de Genebra traz em si os germes do insucesso da iniciativa anglo-americana e do acordo interno, último gesto de Smith para manter o controle na Rodésia.

2.3.1 O panorama regional e internacional

Poucos meses antes do golpe de estado em Lisboa, que levou à liquidação do império colonial português, o Governo de Marcello Caetano e os

militares portugueses em Moçambique pareciam convencidos da possibilidade de uma vitória militar sobre a FRELIMO[64]. No lado rodesiano, contudo, a apreensão quanto ao futuro da luta em Moçambique era notória, o que motivou inclusive a viagem de Smith a Lisboa[65]. A preocupação rodesiana era justificada, pois, a partir de 1972, haviam-se reiniciado as operações guerrilheiras na Rodésia e, em 1974, já era claro que tais operações haviam passado a ser conduzidas, em sua maior parte, desde território moçambicano.

A preocupação rodesiana com o futuro do colonialismo português na África não era, porém, determinada, exclusivamente, pelo aspecto militar. Moçambique era o escoadouro de boa parte das exportações rodesianas e, sobretudo, era porto de entrada para uma parte significativa das importações da Rodésia. Embora os rodesianos, na expectativa de uma mudança na situação em Moçambique, tivessem reforçado suas ligações ferroviárias com a África do Sul, tais ligações não estavam em condições de arcar com todo o tráfego de carga da Rodésia[66]. A instalação de um Governo da FRELIMO em Moçambique teria como conseqüência tornar a Rodésia totalmente dependente da África do Sul, num momento em que sua sobrevivência se via ameaçada.

Na África do Sul, o Governo de Verwoerd, a princípio, e o de Vorster, a seguir, tomam rapidamente consciência do significado, para a África do Sul e a preservação de seu regime racista, da liquidação do colonialismo português[67]. A África do Sul havia desde o início apoiado o regime de Salisbury, mas tal apoio sempre fora qualificado. Os sul-africanos haviam, a princípio, desaconselhado o gesto de Smith de rompimento com o Reino Unido. Tal postura não passara, entretanto, do campo da retórica. Na prática, a África do Sul fora essencial para o insucesso das sanções contra a Rodésia, em especial no campo petrolífero e financeiro, e para a manutenção da superioridade militar das forças brancas, através do fornecimento de material bélico e do estacionamento, em território rodesiano, de unidades militares sul-africanas, em particular helicópteros de transporte de tropas, essenciais na luta anti-guerrilhas.

Nas duas áreas acima, contudo, a posição sul-africana nada tinha de altruísta e visava tanto atender a interesses rodesianos, como a sul-africanos. Além do óbvio desejo de manter a Rodésia como um estado-tampão para evitar o avanço da luta nacionalista em direção ao sul, função que também exerciam Angola e Moçambique, a África do Sul tinha razões específicas para tentar burlar as sanções e auxiliar militarmente a Rodésia. No caso das sanções, não só os sul-africanos tinham lucros excepcionais com as operações de intermediação como, o que é mais relevante, interessava à África do Sul que as sanções não tivessem êxito. Com isso, os sul-africanos pretendiam desacreditar o instrumento das sanções econômicas e, em particular, das sanções mandatórias impostas pelo Conselho de Segurança. Como possível objeto da imposição de sanções, à África do Sul interessava provar a ineficácia do instrumento[68].

No campo militar, a presença de contingentes sul-africanos na Rodésia se justificava por várias razões. A luta em território rodesiano impedia a extensão do conflito à África do Sul e representava bom treinamento para os contingentes sul-africanos. Como se viu anteriormente, a presença militar sul-africana na Rodésia data do momento em que fica clara uma ligação entre a ZAPU e a SAANC e em que o território rodesiano passa a servir de trânsito para guerrilheiros que se dirigiam para a África do Sul. Mesmo depois de derrotados os guerrilheiros da ZAPU e da SAANC e de "pacificada" a região fronteiriça, a África do Sul segue mantendo seus contingentes na Rodésia. A presença de tais contingentes dava à África do Sul um importante elemento de pressão sobre Smith, como, aliás, fica patente quando os sul-africanos mudam de posição em relação à sustentação do regime de Salisbury.

Com a queda das colônias portuguesas na África, os sul-africanos rapidamente percebem que a sustentação de um regime branco em Salisbury torna-se um ônus por demais pesado, uma vez que as possibilidades de sobrevivência de tal regime a longo prazo são praticamente inexistentes. Ganha força na África do Sul a concepção de que a segurança sul-africana estará mais bem assegurada pela formação no sul da África de uma constelação de países com governos de maioria negra, na medida do possível conservadores, e dependentes economicamente da África do Sul[69]. Interessa, outrossim, à África do Sul tentar recompor suas relações com os países da OUA, em geral.

Nos dois casos, a Rodésia funcionará como importante instrumento da política sul-africana. Vorster abandonará a política de sustentação do poder branco na Rodésia em favor de uma política de instalação de um governo conservador de maioria negra, forçando Smith a uma composição com certas correntes do movimento nacionalista. Com isso, Vorster pretende garantir uma transição aceitável do poder na Rodésia, alijando correntes mais radicais do movimento nacionalista. A busca dessa composição, por outro lado, redunda numa retomada de contatos com países africanos, especialmente Zâmbia. A pressão que é efetivamente exercida pela África do Sul sobre Smith serve para fazer com que a África do Sul reapareça no cenário africano como um interlocutor aceitável. Até mesmo a oposição inicial da OUA aos contatos com o regime de Pretória é finalmente superada[70].

A diplomacia de Kaunda e Vorster, que ficou conhecida como diplomacia de *détente* no sul da África, redunda no encontro entre Smith e os líderes nacionalistas na fronteira entre Zâmbia e a Rodésia. Tal reunião torna patente a Smith que não pode mais contar com um apoio sul-africano incondicional e que, daí para a frente, sua sobrevivência dependerá de negociações com as forças nacionalistas na Rodésia[71].

A urgência de uma solução para a Rodésia é enfatizada pela aceleração da luta armada e pela crescente arregimentação de forças por parte

dos exércitos guerrilheiros, em especial, a ZANLA. Essa intensificação da luta na Rodésia se fará sentir mais pelas exigências impostas à vida do país que propriamente em termos de baixas em combates. Não só a proporção entre militares rodesianos mortos em relação à população africana se manterá em torno de dez para um, como também a ZANLA, que é o exército mais atuante, estará mais interessada, nessa fase, em defender áreas de recrutamento e no trabalho de politização da população, do que em atacar forças rodesianas.

Quando fica claro que, toda a fronteira com Moçambique passa a ser território aberto para a luta armada e para infiltrações de guerrilheiros da ZANLA, e que o Governo moçambicano dará apoio ao movimento guerrilheiro na Rodésia, passa a ser necessária uma mobilização muito maior de recursos materiais e humanos por parte do Governo de Salisbury para tentar manter o controle sobre o território. Paulatinamente, novas regiões no país vão sendo designadas como zonas de operação militar, o que dá uma idéia de penetração guerrilheira(72). O impacto da guerra de guerrilhas na economia do país cresce lenta mas constantemente, e se faz sentir, sobretudo, através do mercado de trabalho. Por um lado, as exigências de recrutamento e convocação para o serviço militar atingem a cada vez maiores setores da população branca, desorganizando a produção agrícola e levando à falência pequenos empreendimentos industriais e comerciais. Por outro, a intensificação da luta leva a que cada vez maiores contingentes de brancos abandonem o país, apesar das medidas governamentais adotadas para evitar o êxodo da população branca(73).

Um outro fator vem juntar-se aos de mudança da balança regional de poder e intensificação da luta armada, para tornar clara a impossibilidade da sobrevivência do regime do RF na Rodésia: o crescente envolvimento das superpotências na região.

Para melhor examinar a questão do envolvimento das superpotências no sul da África é necessária uma rápida regressão no tempo. A posição norte-americana em relação à região e aos regimes brancos da Rodésia e da África do Sul havia sido fixada na administração Nixon, em 1970, de acordo com o famoso *memorandum 39* preparado pelo então assessor para segurança nacional, Henry Kissinger. O referido documento levantava várias hipóteses em relação à postura americana na África Austral, e dentre estas, a favorecida por Kissinger e que acabou sendo endossada, foi a que preconizava um relaxamento das medidas contrárias aos regimes racistas, acompanhado de um aumento da ajuda aos países sob governo majoritário, com vistas a reduzir as tensões na região(74).

Na realidade, a política americana moveu-se, sob a orientação de Kissinger, numa clara direção de apoio ao regime rodesiano (foi aprovada a Emenda Byrd permitindo a importação de cromo da Rodésia) e ao regime de Pretória (relaxamento do embargo à exportação de armas). O golpe em Lisboa

e a subseqüente ascensão de correntes, no exército português, contrárias à preservação de um império colonial retiram as bases do esquema kissingeriano. Kissinger, porém, a esta altura já Secretário de Estado, tenta salvar algo do que percebia como uma derrota para os interesses americanos na região. É montada, em colaboração com a África do Sul, a invasão de Angola para tentar evitar a ascensão do MPLA ao poder. Kissinger, contudo, calcula mal a reação do Congresso americano a uma nova aventura externa, pouco após a derrota do Vietnã. Sem o apoio americano, os sul-africanos batem em retirada, deixando em Luanda um governo do MPLA apoiado por tropas cubanas.

Os seguidos equívocos de Kissinger comprometem seriamente a política americana na África, sobretudo quando fica clara a intervenção americana em Angola através de seus agentes sul-africanos. Do esforço de Kissinger para recuperar tal política nasce a Conferência de Genebra.

A política da URSS e do bloco socialista em geral sempre foi a de apoio aos chamados movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo. No caso da Rodésia, tal política se expressou através do apoio à ZAPU por parte da URSS, enquanto a China e certos países do leste europeu apoiavam a ZANU. Em conferência realizada em Cartum, em 1969, sob inspiração soviética, foram estabelecidos laços de cooperação entre movimentos de libertação em vários países africanos, todos com conexões e recebendo auxílio da URSS. Tais movimentos ficaram sendo conhecidos como "autênticos"[75]. Em vários casos, existiam movimentos que competiam com os "autênticos" pela liderança do processo de libertação em seus respectivos países. Tais movimentos tiveram que buscar apoio em outras áreas, dado o comprometimento soviético com os "autênticos". Em alguns casos, a China mostrou-se disposta a prestar apoio, assumindo as diferenças entre "autênticos" e os outros movimentos ligados ao conflito sino-soviético. No caso da Rodésia, o apoio soviético ao partido de Nkomo levanta interessantes questões sobre o alinhamento do país e sobre a preferência ocidental por um ou outro movimento, durante a luta pela independência e na fase de Lancaster House[76].

O auxílio dos países socialistas aos movimentos de guerrilha nos países africanos consistia basicamente em treinamento para guerrilheiros e em fornecimento de equipamento militar. O treinamento era fornecido em campos nos próprios países socialistas, ou em países africanos (Tanzânia, Zâmbia, Egito, Moçambique), para os quais eram enviados instrutores[77]. O equipamento militar e o restante da ajuda eram transferidos diretamente para os movimentos guerrilheiros ou por intermédio do Comitê de Libertação da OUA. Conforme dito acima, a URSS concentrou sua ajuda na ZAPU, que ao final da campanha detinha, na Zâmbia, grande quantidade de equipamento militar, enquanto a China era o principal apoio da ZANU. Esse estado de coisas perdurou até o final do conflito, apesar dos esforços de certos países da linha de frente por obter

maior ajuda da URSS e de Cuba para a ZANU, vista como o partido com mais possibilidades de vitória no Zimbábue. Tais esforços não produziram maiores resultados e a aliança entre a URSS e a ZAPU explica a frieza de Mugabe em relação aos soviéticos e algumas das características da política externa do Zimbábue[78].

A presença soviética no sul da África sofreu uma transformação radical com a ponte aérea de equipamento e pessoal militar cubano para Angola, montada para repelir a invasão sul-africana de Angola. A presença de milhares de tropas cubanas em Angola a partir desse momento não só serviu para garantir o MPLA no poder contra os ataques da FNLA (com apoio do Zaire) e, mais importante, da UNITA (com apoio sul-africano), como representou, ante o recuo sul-africano e norte-americano, a possibilidade de que os soviéticos interviessem diretamente no Zimbábue. Essa possibilidade, Smith procurou utilizá-la a seu favor, acenando com o perigo soviético e apontando a dominação branca na Rodésia como um baluarte contra o comunismo. Kissinger e Vorster, contudo, mais realistas, perceberam que Smith se convertera num obstáculo, descartável, a um arranjo para a Rodésia que garantisse a transição para um governo moderado e dependente economicamente da África do Sul.

2.3.2 A Conferência de Genebra

A idéia de realizar uma conferência de todos os partidos rodesianos era uma alternativa natural para o encaminhamento da questão rodesiana, e como tal estivera presente, por exemplo, em resoluções das Nações Unidas sobre a questão. Para que tal possibilidade se tornasse politicamente viável, contudo, era necessário que o movimento nacionalista adquirisse poder suficiente para impor-se como uma alternativa de governo na Rodésia. Enquanto tal não ocorria, as negociações eram realizadas entre o Reino Unido e o RF, na expectativa de que o acordado entre ambos fosse aceito pelos líderes negros. A rejeição do acordo Smith-Home destrói tal expectativa.

As modificações havidas no quadro internacional, analisadas na seção anterior, combinadas com um crescimento do movimento nacionalista internamente na Rodésia, são os elementos que vão levar Smith à mesa de negociação com os nacionalistas, líderes com os quais Smith jurara jamais negociar. Embora a Conferência organizada por Vorster e Kaunda tenha fracassado, o documento de Pretória que assentou as bases para o encontro deixava claro que Smith teria que fazer importantes concessões e que sua capacidade de ditar condições havia terminado[79]. A Conferência de Genebra representará um novo passo no sentido da redução do raio de manobra de Smith e da ascensão do movimento nacionalista.

Lusaca foi uma das escalas de Kissinger em sua visita ao

continente africano em 1976, com o objetivo de tentar recuperar a imagem dos EUA na África. O discurso pronunciado por Kissinger na ocasião não deixava dúvidas sobre a reorientação que os EUA pretendiam impor a sua política, em particular na questão rodesiana. Kissinger comprometeu os EUA com a causa da instalação de um regime majoritário na Rodésia e indicou que os EUA se oporiam sistematicamente ao governo de Smith até que uma solução negociada para o conflito fosse encontrada. Indicou também como pensava que tal solução poderia ser obtida: através de pressão sul-africana sobre Smith para negociar.

Durante o período que se seguiu, assistiu-se a uma repetição, em escala ampliada, do movimento duplo que havia levado ao encontro de Vitória: de um lado, os sul-africanos e, em última instância, os EUA, exerciam pressão sobre Smith, enquanto que, do outro lado, os países da linha de frente procuravam manobrar os nacionalistas para que chegassem a um acordo entre si e para que negociassem com o Governo rodesiano.

Dada a dependência rodesiana da África do Sul, tanto econômica, quanto militarmente, a capacidade de pressão de Pretória sobre Smith era enorme. E tal pressão é utilizada de forma gradual e contínua. A necessidade de um acordo é tornada patente pela primeira grande incursão rodesiana fora das fronteiras do país: um ataque maciço a campos guerrilheiros em Moçambique. O ataque é objeto de condenação universal e salienta os riscos de internacionalização do conflito. Os sul-africanos, em combinação com Kissinger, retiram parte de seu pessoal militar na Rodésia e iniciam um período de restrições à movimentação de carga rodesiana por território sul-africano e de redução nos suprimentos militares para o exército rodesiano.

O golpe final é desfechado por Kissinger, que entrega a Smith, em Pretória, um ultimato para que aceite um governo de maioria na Rodésia num prazo de dois anos[80]. As propostas apresentadas por Kissinger a Smith refletiam a posição britânica, conforme anunciada por Callagham ao Parlamento em março de 1976, e eram resultado de coordenação entre o Reino Unido e os EUA. A liderança do processo negociador, todavia, era assumida por Kissinger, com os britânicos cooperando nos bastidores.

As propostas impostas por Kissinger a Smith pareciam comprometer o Governo rodesiano com a transição para um regime majoritário. Na realidade, as propostas previam um período de transição de dois anos, durante o qual grande parte do poder continuaria a ser exercido pela minoria branca. Smith, consciente desse fato, procurou justamente reforçar seu controle sobre o período de transição, o que eventualmente lhe garantiria a transição para um "governo responsável" composto de brancos e líderes africanos moderados. Note-se que tais desígnios não eram contrários aos interesses americanos e sul-africanos, que certamente prefeririam ver afastadas do poder na Rodésia as correntes mais radicais do movimento nacionalista.

O anúncio de Smith da aceitação das propostas de Kissinger não deixava dúvidas sobre suas reais intenções: "It will be a majority ... responsible rule"[81].

À tradicional disposição de Smith de tergiversar em suas tratativas sobre a Rodésia juntou-se, no caso da Conferência em Genebra, a disposição de Kissinger de enganar ambos os lados. Acreditando que uma solução para a questão rodesiana seria alcançada uma vez que Smith tivesse feito a concessão final ao aceitar o princípio de um governo de maioria, Kissinger concordou com as posições de Smith sobre o governo de transição, em particular a manutenção nas mãos do RF das pastas da Defesa e do Interior (Law and Order), e deu a entender que tais concessões eram aceitas pelos países da linha de frente. Paralelamente, Kissinger manteve os países da linha de frente na ilusão de que o que se estava negociando era simplesmente a aceitação do princípio de um governo de maioria por Smith.

Esse clima não era evidentemente conducente a um acordo. Os esquemas de Kissinger vieram à tona quando Smith pronunciou seu discurso de aceitação das propostas, com as modificações que ele, Smith, havia sugerido e que haviam sido endossadas por Kissinger. Imediatamente, os países da linha de frente e os líderes nacionalistas protestaram, alegando que a questão do governo de transição era para ser decidida na Conferência Constitucional.

A Conferência de Genebra, na realidade, fracassou antes mesmo de ter começado. Enquanto Smith pretendia que o objetivo da Conferência era simplesmente endossar as propostas de Kissinger, com as emendas sugeridas por ele, os nacionalistas defendiam a posição de que a Conferência teria total liberdade de discussão na implementação do princípio de um governo de maioria. Os debates durante a Conferência serviram simplesmente para revelar o total desacordo em torno das propostas de Kissinger. Ao final de sete semanas de debates, "the only point on which all parties concurred was that no agreement had been possible"[82].

A experiência de Genebra não foi, contudo, perdida. O próprio fato de a Conferência ter-se realizado demonstrou uma vez mais as limitações do poder de Smith, agora comprometido com a aceitação do princípio de um governo de maioria, apesar das qualificações por ele adicionadas a tal princípio. Nesse sentido, Kissinger tinha razão: o anúncio público por Smith à população rodesiana de que teria que haver uma transição para um governo de maioria representava uma modificação qualitativa na negociação sobre a Rodésia[83]. A sobrevivência de um governo do RF estava condenada. A última cartada que poderia ser jogada, e que efetivamente o foi, seria a tentativa de compor, com uma facção do movimento nacionalista, um governo dócil de maioria. Tendo extraído de Kissinger as concessões que julgava necessárias para controlar o processo de transição para um governo majoritário, Smith pôde, comparecendo

a Genebra e insistindo por um cumprimento estrito das propostas de Kissinger, jogar com as ambigüidades de tais propostas e, com o suposto acordo em torno delas, prévio à Conferência, apresentar-se como um líder interessado no sucesso da conferência[84].

Do lado nacionalista, a Conferência também revelou fatores significativos. Ela serviu, por um lado, para enfatizar que tentativas de acordo que passassem por cima dos nacionalistas não eram mais viáveis e, por outro, para revelar as cisões no movimento e as distintas posições de cada um de seus líderes. Quanto ao primeiro aspecto, a fase preparatória de Genebra e a Conferência em si revelaram que, se era possível aos países da linha de frente, em especial aos dois mais diretamente afetados, Zâmbia e Moçambique, exercerem pressão sobre o movimento nacionalista, tal pressão tinha óbvios limites. A rejeição pelos nacionalistas do "acordo" sobre o período de transição e o fato de que seu comparecimento a Genebra foi com o objetivo de negociar livremente as condições de transição para um governo de maioria revelam que o movimento nacionalista, ou mais claramente a ZANU e a ZAPU, tinham adquirido uma nova personalidade política. As pressões podiam levar Mugabe e Nkomo a Genebra (no caso de Mugabe, nitidamente a contragosto) e mantê-los na Conferência, mas não tinham condições de obter a cessação de hostilidades na Rodésia, ou que fossem feitas concessões que os dois líderes consideravam contrárias aos seus interesses. Note-se que, como ocorria com Smith, tampouco interessava aos nacionalistas serem responsabilizados pelo fracasso da Conferência.

A Conferência de Genebra marcou a separação definitiva entre duas alas do movimento nacionalista: de um lado, ZANU e ZAPU, agora unidas sob a designação de Frente Patriótica, e, do outro, o ANC de Muzorewa, e a ZANU de Sithole. Durante todo o processo de independência do Zimbábue, pressões tinham sido exercidas pelos países da linha de frente para tentar unificar o movimento nacionalista, em particular aquelas alas do movimento que estavam conduzindo a luta armada: ZANU e ZAPU. As divergências entre os dois partidos, contudo, eram reais e não poderiam ser submergidas numa aliança que não passaria, nessas circunstâncias, de um acordo no papel. Na realidade, várias vezes foi anunciada a formação de um comando guerrilheiro único ou até mesmo de um exército unificado, o Zimbabwe People's Army - ZIPA - composto de forças do ZANLA e ZIPRA e articulado por Machel. Tais iniciativas, entretanto, fracassaram, ressurgindo sempre as divergências entre ZAPU e ZANU, e entre ZANLA e ZIPRA.

Tais divergências eram profundas e difíceis de serem superadas e tinham a ver com várias ordens de fatores. Em primeiro lugar, estava a questão da contribuição para a luta armada. Embora os dois movimentos vissem a luta armada como a única alternativa para obter um governo de maioria no

Zimbábue, a posição da ZANU era muito mais clara nesse sentido: era a ZANU que realizava a maior parte das operações na Rodésia e que tinha o maior número de guerrilheiros em território rodesiano. Enquanto Nkomo era um líder "pragmático", e como tal, preferido por Smith e pelo Reino Unido para liderar um governo de maioria no Zimbábue, Mugabe era visto como um líder mais ideológico, para quem a luta pela libertação nacional da Rodésia era apenas um passo no caminho da transformação sócio-política e da instauração do socialismo no país. Enquanto Nkomo parece mais disposto a explorar soluções negociadas, inclusive via entendimentos com Smith que acabarão por prejudicar seu apoio popular no Zimbábue, Mugabe aparece como o defensor de uma "pureza" ideológica e revolucionária. Os alinhamentos internacionais dos dois movimentos eram também distintos, como já se viu, a ZANU tendo a China como sua principal fonte de suprimentos, e a ZAPU, a URSS[85].

As divergências entre ZANU e ZAPU não podiam tampouco ser superadas enquanto dentro de cada um desses movimentos não houvesse unidade e não surgisse uma liderança capaz de impor-se e contar com o apoio da ala armada do movimento. Não era obviamente possível a negociação externa se, internamente, em cada um dos partidos, a liderança se sentia ameaçada. Esse processo de busca de uma liderança para ZAPU e ZANU e para seus exércitos ZANLA e ZIPRA é marcado por episódios sangrentos e por um doloroso processo de eliminação, na maioria dos casos, física, de grande número de líderes negros rodesianos. Além das divergências de personalidade e de linha política, tal processo assume muitas vezes conotações tribais. Tais querelas intrapartidos impedem, não só uma unificação do movimento nacionalista, como também dificultam as negociações internacionais. Muitas vezes não fica claro, nem mesmo aos países da linha de frente, quem conta com respaldo interno num partido[86].

A resultante das lutas internas dentro de ZAPU e ZANU foi a consolidação de Nkomo na liderança da ZAPU e a ascensão de Mugabe, com o conseqüente afastamento do Reverendo Ndabaningi Sithole, à liderança da ZANU. A consolidação de Nkomo como um dos líderes centrais do movimento nacionalista se fez, em grande medida, às expensas do Bispo Abel Muzorewa. Em episódios cuja significação só mais tarde pôde ser aquilatada e que não cabe aqui relatar[87], Nkomo firmou-se, não só como líder da facção política, mas como líder dos guerrilheiros do ZIPRA. A perda por Muzorewa de qualquer apoio no movimento guerrilheiro acabou por deixá-lo sem alternativa senão tentar um acordo interno com Smith. Sithole também chegou a conclusão semelhante ao ver-se alijado da liderança da ZANU por Mugabe, único líder político no movimento que tinha apoio de sua ala armada. Embora Sithole siga insistindo em apresentar-se como o líder da ZANU, tal afirmação não encontra respaldo no movimento, e a presença de Sithole na Conferência de Genebra só

é assegurada após seus apelos aos países da linha de frente. Sithole, na realidade, não tem mais seguidores no Zimbábue.

Os acontecimentos acima permitem que, após negociações internas, seja lançada, em 9 de outubro de 1976, a Frente Patriótica, uma aliança política entre Nkomo e Mugabe. Note-se que a aliança vai permitir aos dois líderes confrontarem-se com Muzorewa e Sithole, também convidados para Genebra, como os líderes autênticos do movimento nacionalista africano. A formação da Frente Patriótica permite aos países da linha de frente, pela primeira vez, identificarem tal movimento como a real oposição ao regime do RF. A diferença central entre os dois grupos será a presença, ao lado de Mugabe e Nkomo, das forças guerrilheiras.

Tendo presente que uma postura favorável à luta armada era mais clara do lado de Mugabe que de Nkomo, percebe-se que o acordo para a formação da Frente Patriótica leva Nkomo a uma postura mais radical e ideológica. O fato de que é a ZANLA que conduz a maior parte da campanha na Rodésia dará a Mugabe maior autoridade como líder dentro da Frente Patriótica. Mugabe, durante a Conferência de Genebra, não cessará de explorar sua posição através de pronunciamentos e reivindicações radicais. Os demais líderes, inclusive Muzorewa, são forçados a seguir o tom de Mugabe, sob pena de serem vistos como transigindo na defesa das posições nacionalistas.

A aliança entre Mugabe e Nkomo leva a uma radicalização nas posições de Nkomo, comprometendo-o claramente com uma estratégia de luta armada, o que dificultará a manutenção, por Nkomo, de uma postura flexível na questão rodesiana, postura essa que o recomendava aos olhos do Reino Unido. Tal resultado é fruto da própria radicalização do processo, em virtude do imobilismo de Smith. A luta armada aparece como a única alternativa. Por outro lado, a formação da Frente Patriótica não elimina as divergências entre Nkomo e Mugabe, e entre ZAPU e ZANU. A radicalização de Nkomo, sendo, em grande medida, imposta de fora e uma necessidade para sua sobrevivência como líder no Zimbábue, não o impedirá de seguir explorando, via suas ligações internacionais, a possibilidade de um arranjo com Smith. Mugabe, por seu turno, não tem interesse em fazer a ZANU, que sabe majoritária, perder sua individualidade, desaparecendo sob o manto da Frente Patriótica. Além disso, pairam suspeitas sobre a real posição de Nkomo em relação à possibilidade de um acordo isolado com Smith[88].

Quanto aos países envolvidos na busca de uma solução para a questão rodesiana, a Conferência de Genebra torna claro o esquema que vinha sendo há algum tempo utilizado: a África do Sul exercendo pressões sobre Smith e os países da linha de frente sobre os nacionalistas. O Reino Unido deixa o papel de coordenação aos Estados Unidos e só o reassume com a presidência da Conferência de Genebra.

A Conferência de Genebra iniciou seus trabalhos na tarde do dia 28 de outubro, sob a presidência do Embaixador britânico nas Nações Unidas, Ivor Richard. O fato de que o Ministro de Estado britânico competente, Anthony Grosland, decidiu não presidir a Conferência é uma indicação das reticências britânicas quanto à possibilidade de sucesso do encontro[89]. As divergências entre as posições de Smith, de um lado, e dos líderes negros, do outro, irreconciliáveis ante a insistência de Smith de que o único objetivo da Conferência era implementar as propostas de Kissinger, tornam ilusórias as perspectivas de êxito durante as sete semanas de debates da Conferência. Não podendo atacar questões de substância, as discussões se concentraram na data para a independência do Zimbábue. Richard procurou desesperadamente obter acordo simplesmente mantendo as discussões em aberto. Após as sete semanas, contudo, ficou patente que não havia possibilidade de avanço e a Conferência suspendeu, em 14 de dezembro, suas sessões, para retomar os trabalhos em 17 de janeiro. A Conferência, porém, não voltou a reunir-se.

2.3.3 O interregno entre Genebra e Lancaster House: a iniciativa anglo-americana e o acordo interno.

À primeira vista, pareceria contraditório tratar conjuntamente da iniciativa anglo-americana e do acordo interno. Esses dois momentos no processo de negociação sobre a questão rodesiana têm a ver, no entanto, com a dinâmica criada pela Conferência de Genebra. Por um lado, Smith se comprometera com a transição para um governo majoritário, alternativa favorecida pela África do Sul e única possibilidade de recuperação para a Rodésia de uma aceitabilidade internacional. Por outro lado, Smith resistira em fazer concessões em Genebra, em circunstâncias que lhe eram propícias, o que demonstrava sua disposição de manter em suas mãos as rédeas do processo de transição para um governo majoritário. Na ausência de concessões, não havia qualquer possibilidade de negociação com a Frente Patriótica, cuja campanha militar na Rodésia seguia se estendendo, apesar dos contínuos revezes sofridos, em particular através das incursões das forças rodesianas aos campos de treinamento de guerrilheiros em Moçambique e depois na Zâmbia.

O quadro acima exposto tem como conseqüência, de um lado, tornar inúteis os esforços negociadores, a princípio britânicos e depois conjuntos anglo-americanos, posteriores a Genebra. Sem uma modificação substantiva no quadro de forças políticas que forçasse Smith ou a Frente Patriótica a fazer concessões substanciais, não havia futuro para a negociação. De outro, abrir o caminho para o acordo interno, única saída para uma transferência, sob controle, do poder para um governo de maioria negra. Como se viu na sessão anterior, os parceiros de Smith nessa jogada haviam ficado claramente identificados

quando Muzorewa e Sithole perderam apoio no movimento guerrilheiro. Sem forças armadas que os respaldassem, a única alternativa para tais políticos era um acordo com Smith.

Interrompida a Conferência de Genebra, Ivor Richard tentou salvar o encontro realizando intenso programa de visitas a países da OUA, à África do Sul e à Rodésia. O esquema de forças que havia levado à Conferência de Genebra, porém, já não mais existia. A África do Sul considerava que Smith havia cumprido sua parte do acordo ao aceitar as propostas de Kissinger. Vorster, além disso, estava claramente interessado na transferência de poder na Rodésia para um governo moderado, o que exigia um papel dominante dos brancos no período de transição. Nos EUA, Carter havia vencido as eleições e a expectativa era de mudanças profundas na política externa norte-americana, o que retirava da administração republicana qualquer possibilidade de interferir na questão rodesiana em apoio a Richard. Nos países da linha de frente Richard encontrou maior receptividade, mas a Frente Patriótica, após o insucesso de Genebra, exigia propostas concretas para tomar uma posição.

As propostas elaboradas por Richard após sua rodada de consultas atacavam o problema central do plano Kissinger: o período de transição. A essência das novas propostas britânicas era reduzir o grau de controle dos brancos rodesianos no governo transitório, que, no novo plano, seria chefiado por um Comissário britânico[90]. As últimas esperanças de Richard num acordo desapareceram quando, em 24 de janeiro de 1977, em encontro com Smith, este deixou perfeitamente claro a Richard que as propostas eram inaceitáveis.

Em seu pronunciamento à nação sobre a rejeição das propostas britânicas, Smith deixou patente o motivo de tal rejeição e indicou o caminho que pretendia seguir: as propostas eram totalmente diferentes do plano Kissinger, envolviam o controle por parte dos nacionalistas do governo transitório e, em última instância, levariam à instalação de um governo marxista na Rodésia, alienando brancos e negros moderados[91].

Smith, em seu discurso, criticou especialmente a figura do Comissário britânico que presidiria o governo de transição. Algumas de suas observações, em especial as referentes à falta de respaldo para sua atuação por parte do Governo britânico, serão repetidas em relação à indicação de um Governador britânico em Lancaster House[92].

A posse da Administração Carter nos Estados Unidos abriu caminho para uma nova iniciativa na questão rodesiana. A preocupação de Carter com os direitos humanos e seu desejo de recuperar as relações entre os Estados Unidos e os países africanos, ficam claros com a indicação de Andrew Young para Embaixador junto às Nações Unidas e com as declarações do Secretário de Estado Vance enfaticamente a favor de um governo de maioria na Rodésia[93]. Do lado britânico, o Governo trabalhista de Callaghan também

mostrava-se disposto a uma nova tentativa na questão rodesiana.

A iniciativa anglo-americana tornada pública formalmente em 01 de setembro de 1977 estava baseada nos seguintes elementos:

> "1. The surrender of power by the illegal regime and a return to legality;
> 2. An orderly and peaceful transition to independence in the course of 1978;
> 3. Free and impartial elections on the basis of universal adult suffrage;
> 4. The establishment by the British Government of a transitional administration, with the task of conducting the elections for an independent government;
> 5. A United Nations presence, including a United Nations force, during the transition period;
> 6. An Independence Constitution providing for a democratically elected government, the abolition of discrimination, the protection of individual human rights and the independence of the judiciary;
> 7. A development fund to revive the economy of the country which the United Kingdom and the United States view as predicated upon the implementation of the settlement as a whole."

Tais propostas, ao mesmo tempo em que retinham certas características de propostas anteriores, inovavam em vários aspectos importantes. As principais inovações referiam-se ao período de transição, área que constituíra o principal obstáculo às negociações na Conferência de Genebra e nos contatos posteriores de Richard. A iniciativa anglo-americana combinava uma aceitação pelo Reino Unido dos poderes na Rodésia durante o período de transição, com uma divisão de responsabilidades com as Nações Unidas, pela primeira vez chamada a desempenhar um papel direto na independência do Zimbábue. A assunção de poderes pelo Reino Unido era vista como a forma de superar as intermináveis dificuldades dos esquemas até então tentados de repartição de poderes entre os partidos negros e o governo do RF. A presença da ONU e, em particular, de uma força de paz, tinham por objetivo garantir respaldo internacional para a iniciativa e tentar equacionar o aspecto mais delicado do período de transição: a questão de que forças garantiriam a segurança do país e o cessar-fogo. As propostas previam também a formação, durante o período de transição, de um exército nacional no Zimbábue pela fusão de certos "elementos aceitáveis" das forças rodesianas com contingentes de guerrilheiros.

Do ponto de vista constitucional, as propostas previam o estabelecimento de um regime presidencialista, embora tal opção fosse considerada negociável, caso houvesse preferência por um regime parlamentar. Garantia-se uma representação especial para os brancos no Parlamento (vinte cadeiras num total de cem) por um período de oito anos, mas não era aceita a tese de Smith de que os brancos deveriam ter o poder de bloquear emendas constitucionais em certas cláusulas consideradas mais relevantes. Retomavam-se dispositivos sobre Direitos do Homem de propostas anteriores e a idéia, contida no plano Kissinger, de um Fundo para o Desenvolvimento do Zimbábue.

O fato de que as propostas anglo-americanas refletiam grande parte das ponderações dos países da linha de frente e, em parte, da Frente Patriótica, embora esta a princípio se mostrasse contrária a certos aspectos do esquema, ao mesmo tempo que revelava a ascensão da causa nacionalista, que não mais podia ser ignorada, condenava as propostas a serem rejeitadas por Smith. Nesse contexto, a não ser que os proponentes estivessem em condições de impor suas propostas a Smith, não haveria possibilidade de que elas produzissem um acordo.

Não tendo condições de sustentar mais um governo de minoria branca na Rodésia, pressionado internacionalmente para negociar e enfrentando cada vez maiores dificuldades internas ante o aumento da luta na Rodésia, Smith articula o chamado acordo interno como uma alternativa à iniciativa anglo-americana.

O respaldo internacional para a Frente Patriótica, em particular seu reconhecimento pela OUA, e o fato de que a iniciativa anglo-americana envolve diretamente as forças guerrilheiras no processo de transição, deixam patente a marginalização dos políticos negros rodesianos que não integram a Frente Patriótica. Esse fato permite a Smith, após uma resistência inicial por parte de Muzorewa e Sithole, cooptá-los para seu "acordo interno". Com o "Zimbabwe United People's Organization" (ZUPO), do Chefe Chirau, Smith completa o quadro político para o "acordo interno" criando uma força política negra inteiramente dócil a seus propósitos, composta pelos chefes tribais que Smith sempre considerara os autênticos representantes da população negra[94].

Smith obtém o acordo do eleitorado branco convocando eleições gerais, que têm o duplo objetivo de afastar a ameaça de uma dissidência no RF, inconformada com a possibilidade de um governo de maioria[95], e de ganhar tempo ante a pressão da iniciativa anglo-americana, a fim de que suas articulações para o "acordo interno" pudessem completar-se.

O acordo interno liquidou definitivamente com a iniciativa anglo-americana. Note-se que, tanto nos Estados Unidos quanto no Reino Unido, importantes forças se articularam para defender a opção de Smith, o que dificultou ainda mais o prosseguimento de qualquer iniciativa tendente a manter

vivo o esquema das propostas de 1977. No Reino Unido, o Partido Conservador, com Thatcher à frente, que já vinha criticando a atuação de Owen na questão rodesiana, adota uma postura nitidamente favorável ao acordo interno. Nos Estados Unidos, o movimento favorável ao "acordo interno" não se restringe ao Partido Republicano, como o revelará o voto no Senado americano sobre o levantamento de sanções e o reconhecimento do Governo Muzorewa[96]

Os fatores que levaram Smith, Muzorewa e Sithole a negociar e implantar um "acordo interno" são ao mesmo tempo os fatores que levarão ao fracasso dessa última tentativa de evitar o nascimento do Zimbábue. Essa contradição está expressa no próprio nome acordado para o país na nova Constituição: Zimbábue/Rodésia.

O "acordo interno" visava, através da cooptação de políticos negros moderados, garantir a transição para um governo de maioria que fosse aceitável e onde os brancos seguissem detendo as rédeas do poder. Nessas condições, não só a Constituição adotada favorecia claramente os interesses da minoria[97], como a opção por um "Governo de União Nacional", após as eleições, era mais uma forma de garantir o controle pelos brancos do aparato governamental, tornando ainda mais qualificada a alegação de que o resultado das urnas correspondia à vontade da população. A combinação desses elementos contribuiu para que o Governo Muzorewa, não só não obtivesse reconhecimento internacional, como também fosse desacreditado internamente junto à população negra.

O fato de que, nem Muzorewa, nem Sithole, contavam com qualquer apoio no movimento guerrilheiro fez com que o "acordo interno" não tivesse senão o impacto de intensificar a guerra na Rodésia. Nesse sentido, a principal promessa de Muzorewa de que seu Governo traria a paz para o país (o que deve ter sido responsável por sua votação expressiva nas eleições de 1979) torna-se irrealizável.

Em vez de assistir-se a uma redução nas hostilidades, houve um marcado aumento nos combates, com a luta ingressando, a partir de 1978, numa nova fase, em que os guerrilheiros passaram claramente à ofensiva em todo o território rodesiano[98]. Apesar do número crescente de baixas nas forças do ZANLA e ZIPRA, o volume de recrutamento atingiu tais proporções que, em meados de 1979, as forças da ZANLA na Rodésia alcançavam vinte mil recrutas. Durante os anos de 78 e 79, aumentou bastante a proporção do país submetida à lei marcial. Ao final de 1979, 95% do território rodesiano estava sujeito a esse regime de exceção. Outra indicação da extensão da guerra pode ser vista no número de baixas: enquanto que entre dezembro de 1972 (ataque à fazenda Altena) e o final de 1978 as baixas na guerra somavam 12.169 pessoas, no ano de 1979, as baixas alcançaram 7.729 pessoas. Além disso, o custo da guerra, em termos financeiros, tornara-se insuportável para o Governo

rodesiano, absorvendo 37% do orçamento, ou seja, 600 mil libras esterlinas por dia[99]. O efeito da intensificação da guerra sobre a população branca pode ser visto nas cifras de emigração. Entre 76 e 78, 50 mil brancos (1/5 da população branca) abandonaram o país. Em termos líquidos, a perda foi de 32 mil pessoas[100].

Finalmente, há que salientar o crescente perigo de maior internacionalização do conflito. Como forma de impedir a crescente infiltração de guerrilheiros na Rodésia e ao mesmo tempo infligir grandes perdas aos guerrilheiros e aos países vizinhos que os apoiavam, o exército rodesiano, com crescente apoio da África do Sul, executa cada vez maiores e mais freqüentes ataques fora das fronteiras da Rodésia. Tal estratégia alarga-se em 1979 para englobar, não só objetivos militares, mas também alvos econômicos. Esses ataques criam a possibilidade de um envolvimento cubano-soviético em apoio a Moçambique e Zâmbia[101].

3. A transição da Rodésia para o Zimbábue

O fracasso do "acordo interno" na Rodésia e sua rejeição no plano internacional, a intensificação da luta armada e o crescente risco de sua internacionalização, e a importância atribuída pelos conservadores à questão rodesiana, abrem as portas para uma nova iniciativa internacional de negociação.

Precedida de consultas internacionais e do consenso da Commonwealth em Lusaca, a Conferência de Lancaster House inicia-se em Londres no dia 10 de setembro de 1979. O discurso de abertura de Lord Carrington não esconde a dificuldade das questões a serem tratadas, mas salienta que o preço do fracasso será o prolongamento da guerra. Após 47 sessões plenárias, a Conferência concluiu seus trabalhos em 15 de dezembro, tendo chegado a acordos sobre uma Constituição para o Zimbábue, arranjos para o período de transição e disposições sobre o cessar-fogo. Os acordos foram assinados pelos participantes no dia 21 de dezembro, superadas as últimas dificuldades.

Após tantos insucessos ao longo de vinte anos de negociações, poucos acreditavam, mesmo nos últimos dias da Conferência, que suas deliberações fossem bem sucedidas. Mesmo após o término da Conferência, a maioria dos observadores seguia pessimista acreditando que os acordos se romperiam quando aplicados na Rodésia. O relato a seguir traçará a evolução da questão rodesiana desde a posse do Partido Conservador até a independência do Zimbábue. Na última parte do trabalho se tentará explicar as causas do sucesso de Lancaster House.

3.1 A posição do Partido Conservador: da oposição ao Governo

Conforme se viu anteriormente, o Partido Conservador não tinha uma atitude monolítica em relação à Rodésia. Como regra geral, o partido tinha uma posição contrária a sanções (o que não impede que não deixe de renová-las quando no poder) e de certa simpatia pelo Governo rodesiano. As simpatias conservadoras eram, contudo, mitigadas pelo realismo político no plano interno (a necessidade de preservar um certo bipartidarismo na condução da política externa, o qual encontra expressão, no caso rodesiano, na observância dos seis princípios) e no plano externo (a necessidade de um acordo que fosse internacionalmente aceitável). No plano externo, o realismo político britânico tinha sobretudo, como um de seus motivadores, a pressão exercida pela Commonwealth e, dentro dela, pelos países africanos. Os interesses britânicos na África negra eram muito superiores aos seus interesses na Rodésia.

Essa atitude de realismo político não impedia que a ala direita do partido se manifestasse de forma constante por uma atitude pró-Smith. Dois acontecimentos vão fortalecer tal ala: a substituição de Heath por Thatcher, indicando uma clara guinada do Partido Conservador para a direita, e o acordo interno na Rodésia, com a ascensão, após a realização de eleições, do Governo Muzorewa.

Essa modificação na postura do Partido Conservador fica patente quando o partido abandona as propostas anglo-americanas e passa a apoiar um acordo interno "if it complies with the principles to which we have previously agreed"[102]. Dentro dessa linha, Thatcher resolve enviar um grupo de observadores para preparar um relatório sobre as eleições rodesianas, em abril de 1979. Tal postura contrasta com a recusa dos Governo britânico e norte-americano em enviar observadores às eleições na Rodésia.

Note-se que, tanto o Governo de Carter, quanto o de Callaghan, estavam enfrentando crescentes dificuldades internas para manter sua oposição ao Governo Muzorewa. De início, os dois países haviam reagido de forma cautelosa, mas não totalmente negativa, em relação ao "acordo interno", com Owen qualificando-o como "an important first step" em direção a um acordo envolvendo todos os partidos[103], linha seguida pelos americanos. Quando a condenação internacional ao "acordo interno" ganhava força, os dois países se mantinham na defensiva, abstendo-se nas votações de resoluções condenatórias no Conselho de Segurança e deixando, assim, aberta a possibilidade de um eventual reconhecimento e levantamento de sanções[104].

O Manifesto do Partido Conservador para as eleições de 1979 continha o seguinte parágrafo sobre a Rodésia: "The Conservative Party will aim to achieve a lasting settlement to the Rhodesia problem based on the

democratic wishes of the people of that country. If the six principles, which all British Governments have supported for the last fifteen years, are fully satisfied following the present Rhodesian elections the next Government will have the duty to return Rhodesia to a state of legality, move to lift sanctions, and do its utmost to ensure that the new independent state gains international recognition"[105]. Às vésperas das eleições, Thatcher confirmava as intenções do Partido Conservador: "For the last fifteen years all British Governments supported the six principles. The election holds out hope of the last of those principles being satisfied. If the election takes place in the freest and fairest conditions possible for a country beset by terrorism, that last principle - that Britain must be satisfied that any proposed basis for independence would be acceptable to the Rhodesian population as a whole - would have been met"[106].

A análise de Hudson[107] do texto do Manifesto do Partido Conservador e das declarações de Thatcher e outros membros do "Shadow Cabinet" durante a campanha eleitoral revela que a intenção dos conservadores era clara: recebido um relatório favorável sobre as eleições, o Governo britânico tomaria a iniciativa de, mesmo sem apoio internacional, reconhecer o Governo eleito na Rodésia e levantar as sanções. A mudança de posição do Governo conservador no Reino Unido é reveladora da diferença entre as responsabilidades de um partido na oposição e no Governo, e dos limites de posturas ideológicas quando confrontadas com as exigências da convivência internacional[108].

Já antes das eleições, estava claro a figuras não comprometidas com a direita do Partido Conservador, como Carrington e Francis Pym, os dois candidatos ao Foreign Office em caso de vitória nas eleições, que não era possível cumprir o compromisso do Manifesto, uma vez que um gesto britânico de reconhecimento do Governo Muzorewa não seria acompanhado por nenhum país, e que o Reino Unido não tinha condições de atuar isoladamente. Carrington, em pronunciamento em 25 de abril, indica que a fórmula do Manifesto deve ser qualificada pela exigência do reconhecimento internacional[109].

Logo após a posse do Gabinete conservador, em 5 de maio de 1979, Carrington indica que o Reino Unido pretende atuar na questão rodesiana em consulta com os países amigos[110]. Thatcher, falando um dia após Carrington, ao mesmo tempo que reconhece a importância da eleição de Muzorewa, repete a condição do reconhecimento internacional[111].

Note-se que a posição de Thatcher e Carrington é dificultada pelo fato de que, como líder da oposição, Thatcher havia encomendado um relatório sobre as eleições rodesianas a ser preparado por Lord Boyd. Quando Thatcher e Carrington fazem suas declarações, voltando atrás em relação ao Manifesto, já deveriam ter conhecimento das conclusões do relatório que foi tornado público em 24 de maio. O relatório Boyd, em oposição ao elaborado por Lord Chitnis, político liberal, considerou as eleições rodesianas "livres e justas",

indicando, inclusive, que elas tinham representado "uma espécie de referendo sobre a Constituição"[112]. O relatório foi obviamente utilizado pela direita do Partido Conservador para exigir o pronto reconhecimento do Governo Muzorewa e a sustensão das sanções[113].

Nesse contexto, Carrington tinha que atuar rapidamente para obter respaldo internacional e evitar uma avalanche pró-reconhecimento em seu partido. O problema era mais delicado devido ao sentimento pró-Muzorewa também existente nos Estados Unidos.

3.2 A fase preparatória: as consultas e a reunião de Lusaca

Em 21 de maio é iniciada a fase de consultas que Carrington havia prometido em suas declarações anteriores, com um contato entre o próprio Carrington e o Secretário de Estado Cyrus Vance, ao final do qual foi novamente enfatizada a condição do reconhecimento internacional[114]. As consultas prosseguiram com a visita a vários países africanos de Lord Harlech, ex-Embaixador britânico em Washington e que havia sido vice-presidente da Comissão Pearce, o que lhe dava credenciais de imparcialidade.

As gestões britânicas na África eram particularmente importantes, tendo em vista o clima de antagonismo em relação ao novo Governo conservador[115] e o fato de que a próxima reunião de Chefes de Governo da Commonwealth se realizaria em Lusaca. Lord Harlech recolheu nos países africanos sérias críticas à Constituição do Zimbábue/Rodésia e o apoio a uma nova tentativa de resolver a crise rodesiana, envolvendo todas as partes na disputa. A mensagem era clara: não havia possibilidade de reconhecimento internacional do Governo Muzorewa e um gesto britânico nesse sentido isolaria o Reino Unido na África.

As Conferências de Chefes de Governo da Commonwealth haviam exercido, durante todo o processo de negociação da questão rodesiana, o papel de manter sob constante pressão o Governo britânico. Tal pressão havia, em algumas instâncias, sido importante para evitar uma capitulação total ante as exigências de Smith. Nesse contexto, o fato de que o Governo conservador recém-eleito deveria confrontar-se com uma Conferência de Cúpula da Commonwealth deve ter exercido um efeito moderador sobre os ímpetos do Gabinete no sentido de um reconhecimento do Governo Muzorewa. Por feliz coincidência, a conferência estava marcada para Lusaca e conseqüentemente seria presidida por Kaunda. Nesse contexto, não é de estranhar que a questão rodesiana fosse o tema central da reunião.

A fase preparatória da Conferência de Lusaca revela o temor de que o novo Governo conservador compareça à Conferência com o propósito de anunciar sua intenção de reconhecer o Governo Muzorewa. As dúvidas dos

países africanos parecem confirmar-se quando Thatcher, em pronunciamento no curso de visita oficial à Austrália, declara, em 1 de julho, que seria muito difícil renovar as sanções britânicas contra a Rodésia quando de sua expiração em novembro[116].

O antagonismo em relação ao Reino Unido e a importância dos interesses britânicos na África negra que poderiam ser atingidos por uma política de apoio ao Governo Muzorewa são dramaticamente enfatizados um dia antes da abertura da Conferência da Commonwealth, quando o Governo nigeriano anuncia, em 31 de julho, a nacionalização da British Petroleum, com a compensação a ser acordada posteriormente. Embora a decisão nigeriana tivesse um complexo de razões que não cabe aqui analisar, ela foi apresentada como um gesto de repulsa à política do *apartheid*, sendo a BP acusada de tentar fornecer petróleo nigeriano à África do Sul. Privadamente, os nigerianos apresentaram a decisão *a posteriori* como um sinal para o Reino Unido de que sua linha na Rodésia teria que ser internacionalmente aceitável. Não há dúvida de que, se, substantivamente, a decisão teve motivação interna, ligada ao setor petrolífero na Nigéria, a data de seu anúncio, bem como sua justificação perante a opinião pública nacional e internacional, revelou a intenção do Governo nigeriano de aproveitar tal decisão para favorecer seus objetivos de liderança na África e de avanço do nacionalismo na Rodésia. A violenta reação de Carrington ao gesto nigeriano revela que o Reino Unido percebia claramente as implicações de tal gesto como precedente[117].

O Secretariado da Commonwealth, com Ramphal à frente, havia preparado um relatório para a Conferência que deixava clara a existência de um consenso na Comunidade contrário ao Governo de Muzorewa[118]. O Secretariado da Commonwealth tinha tido um papel importante na desmistificação do acordo interno e na articulação, prévia à Conferência de Lusaca, de uma postura de rejeição de tal acordo. Ramphal trabalhará constantemente na Conferência por um entendimento[119]. O Governo de Muzorewa, que não havia sido convidado a participar da Conferência de Lusaca, tinha esperanças de obter o reconhecimento por parte do Governo britânico. Muzorewa, em declaração de 28 de julho de 1979, fazia um apelo dramático em favor de um Governo majoritário e livremente eleito. Tal apelo era particularmente dirigido à "wonderful great daugther of Britain, Mrs. Thatcher"[120].

O debate sobre a questão rodesiana teve lugar no dia 3 de agosto, e os discursos principais foram os pronunciados por Thatcher e Nyerere. O Presidente Nyerere, em seu discurso, de caráter e tom nitidamente conciliadores, apresentou propostas para o encaminhamento da questão rodesiana que envolviam a redação, pelo Reino Unido, de uma nova Constituição para ser submetida a uma conferência constitucional de todas as partes; a declaração de cessar-fogo, com supervisão internacional; e a realização de eleições livres com

fiscalização internacional. Thatcher, falando a seguir, reconheceu as imperfeições da atual Constituição no Zimbábue/Rodésia, mas defendeu garantias de representação para a minoria branca. Aceitou a responsabilidade que cabia ao Governo britânico na matéria e indicou que apresentaria propostas, tão pronto quanto possível, a todas as partes envolvidas na questão.

Os dois discursos eram obviamente complementares e assentaram as bases para o consenso, negociado em reuniões privadas e expresso nos nove pontos sobre a Rodésia contidos na declaração final da Conferência[121]. O consenso obtido reconhecia, em toda linha, a responsabilidade britânica (rejeitando, por exemplo, o envolvimento da ONU, inaceitável para os conservadores britânicos) e aceitava a convocação pelo Reino Unido de uma conferência constitucional para a Rodésia. Como incentivo à participação de Muzorewa e uma concessão à ala direita dos conservadores, o último ponto falava na suspensão de sanções no contexto da implementação do acordo.

Como assinalou Lord Soames, o objetivo britânico em Lusaca era obter um acordo que não deixasse o Reino Unido de mãos atadas na conferência constitucional, ou que envolvesse matéria conflitiva, como as questões do período de transição e das forças armadas, que já haviam liquidado tantas propostas[122].

3.3 A Conferência de Lancaster House

Imediatamente após o término da Conferência de Lusaca, o Foreign Office expediu convites para participação na Conferência Constitucional sobre a Rodésia, a ter início no dia 10 de setembro. Os convites foram dirigidos ao Governo rodesiano do Bispo Muzorewa, a Mugabe e a Nkomo[123]. Juntamente com os convites, o Governo britânico publicou o esboço das propostas sobre a Constituição.

As reações iniciais ao acordo de Lusaca por parte dos dois lados tinham sido negativas. Enquanto Muzorewa expressava indignação ante o não reconhecimento de seu Governo, Mugabe exigia propostas sobre a transição do poder para a Frente Patriótica e sobre a formação do exército do Zimbábue, e Nkomo duvidava da capacidade britânica de conduzir de forma isenta o processo de transição. Gestões britânicas em Pretória e Salisbury levaram Muzorewa a comunicar sua disposição de participar da Conferência. No caso da Frente Patriótica, a aceitação demorou um pouco, mas terminaram por se fazer sentir de forma irresistível as pressões dos países da linha de frente, em particular durante a Conferência dos Não-Alinhados, em Havana. As pressões que levaram os dois lados a aceitarem participar da Conferência prosseguirão durante toda a reunião, no sentido de impedir uma ruptura nas negociações.

Note-se também que, se, por um lado, a aceitação do convite por Muzorewa implicava em reconhecimento da ilegitimidade de seu mandato, por outro, o fato de que o Governo conservador britânico teria ampla liberdade na condução da Conferência poderia funcionar como uma garantia de que o resultado final seria satisfatório. A Frente Patriótica tinha um sentimento oposto, justificável ante declarações de políticos conservadores[124] e ante a postura do partido na matéria quando na oposição, e mesmo depois de assumir o Governo. Além disso, tinha que embarcar às cegas no exercício de negociação: a questão central para a FP era a do período de transição e, sobre esta matéria, não só o Governo britânico não havia feito propostas, como nada constava do acordo de Lusaca, o que deixava Carrington com as mãos livres na Conferência[125].

Carrington abriu os trabalhos da Conferência no dia 10 de setembro, como previsto, com discurso no qual revia os antecedentes da reunião, as principais caraterísticas das propostas britânicas e a tática que pretendia seguir no encaminhamento dos trabalhos. Enfatizando a importância do acordo de Lusaca, Carrington comprometia a Commonwealth com a Conferência e deixava claro que o Governo britânico tinha o respaldo internacional para sua iniciativa. Partindo das propostas constitucionais, Carrington salientava seu enfoque gradual dos problemas e manifestava sua intenção de obter acordo sobre aquelas propostas antes de passar a outras questões. A aceitação de tais propostas, que continham mero esboço dos princípios centrais, não tinha sido apresentada como pré-condição, mas Carrington deixava claro que o Reino Unido pretendia exercer suas prerrogativas constitucionais e que as propostas, como apresentadas, eram comparáveis a outras constituições de ex-colônias britânicas e refletiam a posição britânica. Carrington termina ressaltando que o preço do insucesso seria o prolongamento das hostilidades. O fecho é apropriado. Carrington tinha consciência de que nenhum dos dois lados tinha condições de suportar, por muito mais tempo, os custos da guerra e que esse era o principal incentivo para que se buscasse uma solução negociada para o conflito. Terminando seu discurso, Carrington levantou a sessão: o Reino Unido era a potência colonial e a autoridade na Conferência. Ao mesmo tempo, evitava-se uma discussão imediata das propostas e do discurso.

A sessão plenária seguinte foi dedicada aos discursos iniciais da FP e de Muzorewa. Note-se que em seu discurso Carrington não fizera qualquer referência à Frente Patriótica, que, aliás, não fora convidada como tal, mas sim através de seus líderes Nkomo e Mugabe[126]. Carrington provavelmente não desejava envolver-se na delicada questão do reconhecimento do movimento, ou possivelmente preferisse ignorar a união de ZANU e ZAPU, o que lhe abria possibilidades de dividir a oposição. Em decisão política importante, não só falou um único representante em nome da Frente Patriótica, como tal representante foi Nkomo e não Mugabe. Note-se que, em Genebra, Mugabe havia sido em

parte responsabilizado, em certos meios, pelo fracasso da Conferência por suas posições radicais. Ao escolher Nkomo como seu porta-voz, a FP o comprometia claramente desde o início com a Frente. Por outro lado, Nkomo, ao começar seu discurso com a frase "The Patriotic Front is going to give a statement that represents the Front", estabelece a FP como interlocutor válido na Conferência e evita a possibilidade de discrepâncias de posições entre os dois líderes, caso houvesse dois pronunciamentos, o que seria a porta aberta para manobras que buscassem dividir a FP. Segundo consta, tal atitude se manteve, em grande medida, por toda a Conferência, com Nkomo assumindo o papel de porta-voz da FP e Mugabe atuando nos bastidores, na formação do consenso, e fazendo raras declarações de posição nas reuniões.

Substantivamente, o discurso de Nkomo representou o questionamento direto da visão de Carrington das negociações em Lancaster House. Ao invés de um processo de acordo gradual começando pela Constituição, a peça fundamental, Nkomo propôs como pré-condição a instauração do cessar-fogo e a negociação de "um acordo global e indivisível que garantisse a transferência do poder para o povo do Zimbábue"[127]. Nkomo rejeitou igualmente o papel do Reino Unido como potência descolonizadora declarando que: "The Patriotic Front representing the people of Zimbabwe are here as the effective decolonising factor, while Britain is here asserting her diminished legal authority"[128]. Quanto às propostas em si, Nkomo declarou que elas eram "too vague for us to judge whether they are adequate to our comprehensive task"[129]. Em alguns aspectos, tais propostas representavam mesmo um retrocesso em relação a propostas anteriores, como as propostas anglo-americanas[130]. Nkomo termina seu discurso colocando em nove pontos as tarefas da Conferência, numa visão inteiramente oposta à de Carrington.

O discurso de Muzorewa representa um apelo para o reconhecimento pelo Reino Unido de seu Governo, uma vez que haviam sido observadas as condições, fixadas por sucessivos Governos britânicos e incorporadas nos seis princípios, para a concessão da independência. Tal gesto, aliás, representaria nada mais que o cumprimento de promessas eleitorais do Partido Conservador. Tendo concordado em comparecer à Conferência, Muzorewa sabia, contudo, que teria que fazer concessões. Nesse sentido, após seu apelo inicial, ele indica que deseja saber "what more your government requires from us before you will remove sanctions and grant recognition to our government"[131], uma vez que a constituição do Zimbábue/Rodésia já atendia às considerações britânicas e não devia sofrer modificações[132].

Muzorewa enfatiza em seu discurso que nenhuma das partes deveria ter o direito de veto sobre "the stated scope and focus of this conference"[133], ou sobre as decisões acordadas. Antecipando uma aproximação mais fácil de posições com o Reino Unido, Muzorewa procura colocar a FP

na posição de ter de aceitar acordos alcançados, ou, o que está implícito, confrontar-se com acordos em separado entre o Reino Unido e seu Governo.

Essa revisão, com certo cuidado, dos discursos iniciais das três partes da Conferência parece justificada porque tais discursos revelam a posição básica de cada um dos lados e levantam as questões centrais, tanto em termos de tática, como em termos de substância, que vão dominar os debates da Conferência pelos três meses de sua duração.

3.3.1 As questões táticas

Carrington deixa indicado em seu discurso como pretendia conduzir os trabalhos da Conferência: tratar as questões uma a uma, começando pela discussão da Constituição. A tática empregada por Carrington durante toda a Conferência será, em linhas gerais, a seguinte:

1. iniciar a discussão pelas propostas constitucionais, em relação às quais Carrington sabia ser muito mais fácil obter acordo, deixando para um segundo momento os temas, muito mais complexos, da transição e do cessar-fogo;

2. levar à consideração das partes propostas esboçadas em forma genérica, enfatizando princípios gerais e deixando a redação das propostas específicas para um segundo momento;

3. encaminhar a discussão das propostas tentando obter um acordo sobre os princípios, antes de passar à negociação dos textos, e procurando esgotar os argumentos contrários às propostas;

4. considerada esgotada a discussão, Carrington buscava a aceitação por Muzorewa das propostas, deixando a Frente Patriótica em isolamento e com o ônus de ter de provocar o impasse;

5. estabelecer um prazo para aceitação pela FP das propostas, sob ameaça de prosseguimento das negociações só com Muzorewa.

A tática de Carrington envolvia um alto elemento de risco, pois chamava para o Reino Unido a responsabilidade de apresentar propostas e mostrar-se determinado a implementá-las, mesmo sem acordo total. Note-se que as propostas apresentadas por Carrington sofreram muito poucas modificações durante a Conferência. Algumas dessas modificações foram, inclusive, introduzidas simplesmente para dar uma saída para a FP quando esta se recusava a aceitar o acordo[134].

A princípio, implícita, mas depois claramente declarada, na tática de Carrington estava a possibilidade de optar entre dois resultados para a Conferência: as opções de primeira e segunda classe, como ficaram conhecidas. A opção de primeira classe era um acordo envolvendo a FP e Muzorewa sobre os três temas da Conferência. A opção de segunda classe era, ocorrendo

um impasse, provocado pela FP, em qualquer estágio da Conferência, partir para um acordo isolado com Muzorewa, atribuindo o fracasso da Conferência à Frente Patriótica. À medida, portanto, em que os acordos iam sendo obtidos, ficava cada vez mais difícil à FP rejeitar propostas sem parecer inflexível. Inversamente, tornava-se mais fácil um acordo isolado com Muzorewa, pois tal acordo incluiria cada vez uma área menor de desacordo.

Nos artigos e livros que foram escritos sobre Lancaster House há uma clara divisão entre aqueles que acreditam que existia realmente uma opção de segunda classe e aqueles que rejeitam tal possibilidade[135]. Que tal ameaça foi utilizada por Carrington com o objetivo de levar a FP a aceitar propostas que dissolvessem, em pelo menos três ocasiões-chave, o impasse, parece não haver dúvidas. As dúvidas se colocam sobre se o Reino Unido teria condições de arcar com o ônus de um acordo bilateral com Muzorewa. Não resta dúvida de que a implementação de tal acordo seria praticamente impossível, dado que não haveria uma interrupção das hostilidades na Rodésia. O que parece, porém, é que, à uma opção de segunda classe correspondia uma implementação de segunda classe. Muzorewa faria ajustes na Constituição reduzindo os poderes da minoria branca, de acordo com as propostas britânicas, e processar-se-ia a algum tipo de arranjo eleitoral que, na ausência da FP, produziria o mesmo resultado da votação de abril de 1979. O que é mais importante, contudo, é que tal opção permitiria ao Reino Unido desvencilhar-se de sua responsabilidade na Rodésia, reconhecendo Muzorewa e suspendendo as sanções.

Internamente, Thatcher obteria, com sua ampla maioria, os votos no Parlamento para levar avante tal opção. Externamente, as repercussões seriam dramáticas na África e na Commonwealth. Note-se, entretanto, que alguns países poderiam acompanhar o gesto britânico (Estados Unidos, por exemplo), e que uma opção de segunda classe identificaria claramente a FP como a causadora do fracasso da Conferência.

O que parece inegável é que a FP acreditou na existência da possibilidade de um acordo isolado entre os britânicos e Muzorewa. Em Lancaster House, a FP foi confrontada com propostas que não lhe eram favoráveis, desde o primeiro momento, e que exigiam dela substanciais concessões. Mais que a substância das propostas, porém, a FP se viu forçada a embarcar num exercício de negociação no qual o elemento central de seu ponto de vista, o cessar-fogo, só seria discutido ao final.

A tática de negociação em bloco proposta por Nkomo no início dos trabalhos, precedida do estabelecimento do cessar-fogo, foi inteiramente rejeitada. Da mesma forma, foram afastadas a quase totalidade das reivindicações da FP quanto à substância das propostas nas três áreas da Conferência. O objetivo da FP era evitar uma cilada na Conferência, através da adoção do enfoque gradual de Carrington, que poderia levar à aceitação por partes de um

pacote negociador desastroso em seu conjunto. Além disso, a FP tinha consciência de que começar pela Constituição, como pretendido por Carrington, era, do seu ponto de vista, a pior tática: seria difícil provocar um impasse, e sustentá-lo, sobre questões constitucionais, e se resolvidas estas, criar-se-ia um movimento praticamente impossível de paralisar em favor de um acordo nas duas outras áreas onde estavam as questões decisivas para a Frente Patriótica.

A FP estava sob pressões fortíssimas. De um lado, os países da linha de frente, especialmente Zâmbia e Moçambique, estavam sofrendo cada vez mais o impacto da guerra na Rodésia[136] e não estavam dispostos a permitir que a Conferência fracassasse, a não ser por questões vitais. O acordo de tais países em Lusaca, quanto às propostas britânicas, dava uma indicação de que aceitavam a tática britânica de começar as negociações pela Constituição e de que, com relação a esta, já haviam cedido no ponto central da representação da minoria branca. Não se esperava, portanto, que a Conferência chegasse a um impasse por questões constitucionais. As propostas iniciais de Nkomo não tinham, assim, respaldo. Mas a FP estava também submetida a outro tipo de pressão: a de seus combatentes, e da ala militar do movimento, da qual havia representantes em Londres. Tratava-se, sobretudo para Mugabe, de evitar que os acordos em Londres representassem uma negação do que se havia conquistado em anos de luta. Uma vez vencida a batalha das propostas constitucionais, e garantidas, apesar das imperfeições, as reivindicações principais, principalmente a redução do poder da minoria branca, houve um movimento de apoio às negociações. Todos reconhecem que o comandante das forças da ZANLA, Josiah Tongogara, foi uma das figuras centrais nas negociações, mostrando-se sempre disposto a levá-las a bom termo.

Muzorewa era uma peça importante no esquema britânico. Para manter viva a ameaça da opção de segunda classe, Carrington necessitava contar sempre com o assentimento de Muzorewa a suas propostas, isolando a Frente Patriótica. No caso das propostas constitucionais, isso não era difícil de obter. As propostas de Carrington diferiam em apenas alguns aspectos da Constituição vigente no Zimbábue/Rodésia e havia acordo na delegação de Muzorewa de que, se o preço a ser pago pelo reconhecimento e a suspensão das sanções era uma redução nos poderes da minoria branca, esse preço era compensador.

A delegação de Muzorewa tinha representantes não só do ANC, como também do RF, da ZANU de Sithole, e do Partido Federal (UNFP) do Chefe Ndiweni. A única figura discordante era Ian Smith. Arvorando-se em defensor dos brancos rodesianos, Smith adotou durante toda a Conferência uma postura totalmente intransigente, rejeitando sempre os entendimentos e jogando obviamente no fracasso da Conferência ou na ruptura dos acordos, quando de sua implementação na Rodésia. Smith terminou a Conferência inteiramente

isolado, melancólico representante de uma visão de mundo condenada. Dentro do próprio RF, forças mais realistas, como as representadas por David Smith, e que favoreciam uma acomodação, acabaram por impor-se.

3.3.2 A Constituição

O Reino Unido apresentou um esboço de suas propostas constitucionais aos participantes da Conferência aproximadamente um mês antes de que se iniciasse a reunião. Tal esboço alinhava princípios gerais que eram, em grande medida, compatíveis com a Constituição vigente no Zimbábue/Rodésia. Em duas áreas, no entanto, se introduziam modificações importantes, nos mecanismos de controle branco das emendas constitucionais e da administração rodesiana[137]. Essas duas áreas haviam sido objeto de violentas críticas e eram essenciais para qualificar a Constituição em vigor como um instrumento racista.

No caso do Parlamento, a Constituição previa 28 cadeiras para os brancos, num total de 100, e estabelecia que emendas a dispositivos constitucionais sob salvaguarda especial (123, de um total de 170 artigos na Constituição) só poderiam ser realizadas com o voto afirmativo de mais de 3/4 dos membros eleitos do Parlamento (78). Com isso, os brancos tinham o direito de veto a emendas a tais dispositivos constitucionais[138].

No caso do controle da administração rodesiana pelos brancos, este era garantido através de uma série de dispositivos constitucionais que na realidade deixavam claro que não havia real transferência de poder no Zimbábue/Rodésia. Tais dispositivos, não só mantinham em seus cargos os atuais ocupantes brancos, como também criavam tais condições para a indicação de futuros ocupantes que efetivamente mantinham sob controle da minoria branca a administração rodesiana, inclusive as forças armadas, a polícia, e o judiciário[139].

Enquanto a delegação de Muzorewa, após uma hesitação inicial, aceita (à exceção de Smith) sem emendas as propostas britânicas, a FP submete emendas às propostas britânicas e circula um texto constitucional alternativo que, não obstante, repete, em muitas áreas, as propostas inglesas.

As discussões sobre a Constituição[140] centram-se nas seguintes grandes áreas:

a) a questão do sistema de Governo;
b) a questão da representação branca no Parlamento;
c) a questão da nacionalidade;
d) o problema das pensões; e
e) a questão da propriedade da terra.

Quanto ao sistema de Governo, a FP, seguindo as propostas anglo-

americanas, favorecia um sistema presidencialista, com os poderes executivos enfeixados nas mãos de um Presidente forte. As propostas britânicas favoreciam um sistema parlamentar, com um Chefe de Estado constitucional. A posição da FP era defendida com base na necessidade de, em condições instáveis e num país politicamente atrasado, contar-se com um executivo forte. Note-se que as propostas britânicas para um regime parlamentar, quando vistas no contexto de suas propostas sobre cadeiras reservadas para a minoria branca, poderiam levar, caso não houvesse a clara obtenção de maioria por um dos partidos, à tradicional instabilidade e fragilidade dos regimes parlamentares, especialmente grave no caso de um país como o Zimbábue[141]. Todavia, a FP cedeu na questão do sistema de governo, propondo, como compensação, que se aumentassem os poderes do Primeiro-Ministro, o que foi aceito em alguns casos.

Quanto ao tema da representação da minoria, essa era a principal concessão a ser obtida da Frente Patriótica. Entretanto, em Lusaca, os países da Commonwealth já tinham aceitado o princípio de uma representação especial para a minoria. Nesse contexto, a FP, embora inicialmente resistindo a essa idéia, acabou aceitando-a, o que reduziu de muito seu poder de barganha na área constitucional[142]. A proposta final envolvia a manutenção de um número de vinte cadeiras nas mãos da população branca, o que representava uma redução em relação à constituição do Zimbábue/Rodésia e uma eliminação da capacidade dos brancos de bloquearem emendas constitucionais.

Quanto à nacionalidade, a FP defendia que, no caso de imigrantes brancos que tivessem adquirido a nacionalidade rodesiana após a DUI, deveria haver um reexame da matéria. O ponto poderia ter sérias implicações, pois levantava a possibilidade de punições por conduta no período pós-DUI. Prevaleceu a visão britânica de confirmação automática da nacionalidade.

O problema das pensões era delicado e, da mesma forma que o anterior, importante para evitar um clima de pânico na população. As propostas britânicas garantiam as pensões, no caso de aposentadoria, sob a Declaração de Direitos, e estipulavam, em especial, que as pensões de funcionários públicos não podiam ser reduzidas, e no caso de pessoas residentes no exterior seriam integralmente transferíveis em divisas. A FP defendia um reexame dos casos com aparente objetivo punitivo. O pagamento de pensões em divisas era também visto como podendo representar um compromisso excessivo para um futuro governo.

Finalmente, a questão que provocou o impasse final na área constitucional foi o problema da propriedade da terra[143]. A conceituação britânica, como nos casos anteriores, era essencialmente de defesa dos interesses da população branca. A desapropriação deveria envolver o "pronto pagamento de uma compensação adequada" e tal compensação poderia ser

remetida integralmente para o exterior "durante um período de tempo razoável". O problema da terra era uma das questões centrais para o futuro desenvolvimento do Zimbábue. Nkomo, em seu discurso inicial, havia alinhado tal questão entre os nove pontos fundamentais que a Conferência deveria abordar. Com a propriedade de grande parte das terras na Rodésia, especialmente nas zonas mais férteis, em mãos da minoria branca, e com uma superpopulação, em relação aos recursos disponíveis, nas zonas de agricultura da população negra, sem falar nos milhares de refugiados e desalojados de suas terras pela guerra, era evidente que um dos problemas centrais do novo Governo no Zimbábue seria desenvolver um enorme programa de recolonização agrícola. Para tanto, teriam que ser empregadas extensas áreas de agricultura européia. Nesse contexto, as propostas britânicas eram vistas como representando uma ingerência excessiva na liberdade de atuação do futuro Governo, que, no caso de uma vitória da FP nas eleições, teria que satisfazer, a curto prazo, aspirações, represadas por longo tempo, da população, entre as quais o acesso à terra vinha em primeiro lugar.

A questão era tão fundamental para a FP que foi sobre ela que se deu o impasse na área constitucional[144]. O Reino Unido, porém, não estava disposto a ceder. Carrington, feita pela FP a concessão que ela considerava central, em relação à representação branca, considerava que os pontos levantados pela Frente eram secundários e não justificavam a intransigência da FP. Carrington tinha dois problemas: aceitar muitas emendas significaria abrir à discussão muitas áreas da Constituição e tornar precária a possibilidade de acordo; por outro lado, Carrington tinha que manter a concordância de Muzorewa, para o que era fundamental o apoio do RF, o que implicava em evitar antagonizar, em muitas áreas, o direito dos brancos. Além disso, Carrington estava comprometido com a preservação de um clima que evitasse o êxodo da população branca[145].

Carrington, após o anúncio de prazos para a obtenção de um acordo, e tendo realizado gestões junto à África do Sul e aos países da linha de frente para garantir-se na hipótese de um fracasso da Conferência, confronta Mugabe e Nkomo, no dia 15 de outubro, com um ultimato: ou a FP cedia e aceitava a Constituição como um todo, ou o Reino Unido iniciaria com Muzorewa a negociação da segunda área da Conferência, o período de transição.

O acordo foi finalmente obtido com a formulação, pelo Reino Unido, de uma declaração na qual reconhecia a importância do problema da terra para o Zimbábue e indicava disposição para cooperar, inclusive financeiramente, para sua solução[146]. Paralelamente, os EUA deixavam saber que também contribuiriam para esquemas multilaterais de ajuda ao Zimbábue. Apesar dos termos vagos da declaração britânica que, ao contrário das

propostas anglo-americanas, não mencionava qualquer soma, e do fato de o compromisso americano não ter sido tornado público, a FP aceitou o acordo e retirou suas objeções à constituição no dia 19 de outubro. Como última linha de defesa, a FP subordinava sua aceitação definitiva das propostas constitucionais ao resultado das negociações sobre o período de transição[147].

3.3.3 O período de transição

Vencida a batalha da Constituição, a Conferência ingressava em sua fase decisiva: as negociações dos acordos sobre o período de transição, área que havia, em grande medida, sido responsável pelo fracasso de tentativas anteriores. Os problemas eram tão graves e complexos que a expectativa geral era de que a Conferência fracassasse. As propostas submetidas por Carrington envolviam tais riscos para o Reino Unido que muitos consideravam que, do ponto de vista britânico, seria preferível que a Conferência não chegasse a acordo sobre tais propostas.

As propostas de Carrington visavam, em grande parte, a evitar os problemas que haviam sido detectados como de mais difícil solução nas propostas anteriores: a questão de quem exerceria a autoridade no período de transição, o problema da consolidação das forças armadas, a questão da presença de uma força de paz e a supervisão das eleições. Em todas essas áreas, as propostas de Carrington diferiam radicalmente dos esquemas anteriores, substituindo as fórmulas complexas anteriormente propostas por soluções tão simples que pareciam ignorar os problemas. Se se fosse buscar um denominador comum para as propostas de Carrington, este seria uma volta, em grande estilo, ao tradicional dilema do Reino Unido na Rodésia, ou seja, a responsabilidade sem poder.

Carrington, audaciosamente, e na linha de Lusaca, propunha uma restauração da autoridade britânica na Rodésia através da figura de um Governador britânico que deteria, teoricamente, poderes amplíssimos, enfeixando em suas mãos os poderes executivo e legislativo. Tal Governador seria assessorado por um pequeno número de funcionários britânicos. Na prática, o Governador dependeria integralmente da administração existente na Rodésia, inclusive de seus dispositivos de segurança. Por outro lado, o Governador não teria à sua disposição uma força neutra com capacidade de intervir, caso houvesse uma ruptura do cessar-fogo. O problema da formação de um exército nacional era deixado para o período posterior às eleições. Durante o período de transição, as forças armadas estariam sob as ordens do Governador e seria com as forças rodesianas que ele contaria para cumprir seu mandato. A supervisão das eleições ficava também a cargo do Reino Unido, pois eram o Governador e o Comissário Eleitoral os que detinham todos os poderes decisórios. Um

conselho Eleitoral, integrado por representantes dos partidos, tinha apenas capacidade consultiva. As propostas contemplavam ainda liberação de todos os presos políticos de qualquer partido, inclusive fora da Rodésia[148].

Para que tais propostas fossem minimamente viáveis, era necessário que o lapso de tempo entre a chegada do Governador britânico e a realização de eleições fosse o menor possível. Carrington propunha dois meses durante os quais tinha que ser instaurado o cessar-fogo, organizadas as eleições e conduzida a campanha eleitoral. Da previsão desse lapso mínimo de tempo decorriam, inclusive, conseqüências importantes para a organização do processo eleitoral, uma vez que se tornava impossível, por exemplo, organizar um registro de eleitores.

Como com relação às propostas constitucionais, Muzorewa, após alguma resistência, passou a apoiar as propostas britânicas. A posição inicial de Muzorewa era no sentido de que seu governo deveria continuar no poder durante o período de transição, cabendo aos britânicos apenas organizar e supervisionar as eleições. O acordo com Muzorewa permite novamente a Carrington isolar a Frente Patriótica.

A FP partia, ainda mais que no caso das propostas constitucionais, de uma posição de desconfiança em relação às reais intenções britânicas. Se a observadores britânicos as fórmulas de Carrington pareciam desastrosas, à FP elas deveriam parecer, ao colocar no poder na Rodésia um Governador com autoridade ilimitada, mas dependente, para o exercício desta autoridade, dos dispositivos administrativos de Muzorewa e da minoria branca, como uma fórmula para evitar a vitória da FP nas eleições através da manipulação do aparato estatal para favorecer Muzorewa.

Da desconfiança da FP em relação ao Reino Unido surgiram propostas que, em grandes linhas, representavam um retorno a propostas anteriores, especialmente as anglo-americanas. Ao invés da restauração do poder britânico, a FP defendia um complexo sistema de divisão de poder entre as diferentes forças políticas na Rodésia. Para manter a ordem durante o período de transição, contar-se-ia com uma força de paz multilateral. Paralelamente, se iniciaria o processo da formação de um exército nacional. A supervisão das eleições seria feita pelas Nações Unidas, uma vez que o Partido Conservador já havia demonstrado sua parcialidade por Muzorewa. Finalmente, a FP desejava um período de transição de seis meses, considerado indispensável para que, não só um cessar-fogo efetivo pudesse ser posto em vigor, como a FP, com seus partidos ZANU e ZAPU, banidos na Rodésia, pudessem minimamente se organizar para disputarem as eleições.

As propostas da FP têm que ser vistas não só em relação a sua desconfiança quanto aos desígnios ingleses, mas também à luz dos problemas de implantação do período de transição. A guerra se havia estendido a todo o

território rodesiano, com o colapso, em muitas áreas, da administração. Após anos de luta, nem as forças armadas rodesianas, nem a administração pública, ou até mesmo o judiciário, poderiam ser considerados isentos ou neutros. No caso das forças armadas, por exemplo, além das forças regulares, havia grupos de mercenários, forças sul-africanas, forças irregulares ligadas a Muzorewa e a Sithole (as chamadas forças auxiliares). Do lado da FP, ZANLA e ZIPRA continuavam amplamente autônomas e com graus diversos de disciplina.

Com relação ao processo eleitoral, não havia registro de eleitores e nem mesmo uma real estimativa do número de habitantes por região, em virtude dos deslocamentos provocados pela guerra e do retorno antecipado de milhares de refugiados nos países vizinhos. Ao lado desses problemas, havia a necessidade de educar a população sobre o real significado do processo eleitoral (tendo presente que a imprensa tinha visão grandemente distorcida) e evitar ao máximo a intimidação dos eleitores.

Nessas circunstâncias, e criado o impasse pela FP, que se recusava a ceder em suas propostas, Carrington optou por fazer pequenas concessões e novamente ameaçou com um acordo com Muzorewa. Carrington admitiu que, além dos observadores da Commonwealth para o processo eleitoral, também haveria uma contribuição da Comunidade para a força militar que fiscalizaria o cessar-fogo. Por outro lado, inseriu em suas propostas uma frase indicando que tanto as forças armadas quanto os guerrilheiros estariam sob a autoridade do Governador. Isso supostamente garantiria a igualdade das duas forças. Nos dois casos, tratava-se de fórmulas para dar alguma satisfação à FP e salvar sua face.

A FP seguia, contudo, resistindo. Tampouco havia acordo sobre a questão do prazo de duração do período de transição. Em 7 de novembro, Carrington indica a Mugabe e Nkomo sua disposição de não solicitar ao Parlamento, em 15 de novembro, a renovação da legislação sobre sanções. No dia seguinte, o Governo introduz no Parlamento a "Southern Rhodesia Bill", que previa a concessão da independência à Rodésia, dentro do plano Carrington. O cerco se completa com a entrega por Carrington, a Mugabe e Nkomo, de um ultimato, a 12 de novembro: a FP tinha 48 horas para chegar a um acordo.

Carrington preveniu-se contra a possibilidade de um apelo da FP aos países da linha de frente, que realmente ocorreu, realizando gestões prévias que explicavam a posição britânica. Paralelamente, o Zimbábue/Rodésia aumentava, com seus ataques, a pressão sobre Zâmbia e Moçambique. No caso da Zâmbia, foi, inclusive, sustado o embarque de milho para o país, imprescindível para o abastecimento da população. Kaunda veio a Londres e, de forma dramática, foi obtido um acordo, quando já se estava expirando o prazo dado por Carrington. Às concessões acima citadas adiciona-se uma pequena extensão do prazo para a realização de eleições, que passa a ser de dois meses a partir

do cessar-fogo, o que equivale a quase três meses a partir da chegada do Governador britânico.

3.3.4 O cessar-fogo

Concluídas as negociações sobre a constituição (garantido portanto o princípio do governo de maioria através de eleições justas e livres com a participação de todos os partidos) e o período de transição (com a restauração do poder britânico e a supervisão das eleições), a expectativa era de que um acordo sobre o cessar-fogo, apesar de matéria delicada, pudesse ser obtido rapidamente.

As propostas apresentadas por Carrington novamente optavam por uma simplicidade que parecia irrealizável. Partindo do princípio de que seria impossível a sustentação de um cessar-fogo caso não houvesse um desejo dos dois lados de observá-lo, Carrington abandonava a idéia do posicionamento de uma substancial força multilateral para manter o cessar-fogo e adotava como orientação o princípio de que, tendo em vista a realidade político-militar de um esgotamento das forças em conflito e de uma impossibilidade de vitória militar, haveria uma vontade mútua de cooperar com o cessar-fogo.

As propostas de Carrington previam uma cessação das atividades na fronteira rodesiana a ser seguida, uma semana após, por um cessar-fogo na Rodésia, que seria obtido através do desengajamento das forças rodesianas que ficariam aquarteladas e num segundo momento, da concentração das forças da FP em pontos de encontro ("Rendez-vous Positions" - RPs) e, posteriormente, em áreas de concentração ("Assembly Places" - APs)[149]. Previa-se um período de apenas 3 dias entre o estabelecimento do cessar-fogo e a concentração de todas as forças da FP nos APs. A partir desse momento todas as forças fora das APs seriam consideradas ilegais.

A fiscalização do cessar-fogo seria realizada por uma força monitora da Commonwealth (Reino-Unido, Austrália, Fiji, Quênia e Nova Zelândia) que estaria posicionada nos quartéis das forças rodesianas e nos RPs e APs e em contato permanente com as estruturas de comando das duas forças. As propostas britânicas deixavam claro que a função da força era simplesmente monitorar a observância do cessar-fogo[150]. No caso de violações sistemáticas do cessar-fogo o Governador teria à sua disposição as forças que haviam aceito sua autoridade. Na prática, o Governador tenderia a se apoiar nas forças rodesianas.

Criava-se igualmente uma Comissão de Cessar-Fogo presidida por um militar britânico e integrada por representantes das duas forças. A Comissão teria por objetivo principal examinar os casos de violação do cessar-fogo e fazer recomendações ao Governador sobre sua manutenção.

A FP via tais propostas como representando, sob a capa de um tratamento igualitário, uma séria ameaça à integridade de suas forças. Em primeiro lugar, não havia segurança de que as forças rodesianas manteriam o desengajamento ou que sua força aérea estaria no chão, o que era essencial para evitar um ataque de surpresa às forças da FP. Além disso, a FP acreditava ser necessária uma demarcação de áreas dominadas por cada lado, o desarme das populações civis e a dispensa de certas unidades das forças rodesianas notórias por sua violência (Selous Scouts, por exemplo). Além da possibilidade de uma represália por parte das forças rodesianas, o FP temia que a África do Sul interviesse na Rodésia e exigia, assim, a retirada das forças sul-africanas. Embora se recusasse a revelar sua força na Rodésia, a FP afirmava necessitar de mais APs a fim de que pudesse reunir suas forças e de que estas não ficassem demasiadamente concentradas à mercê das forças rodesianas(151). Finalmente, a FP defendia como indispensável um período de dois meses para a efetivação do cessar-fogo, uma vez que suas forças estavam dispersas e que havia sérias dificuldades de comunicação(152).

Além dessas condições ligadas diretamente às disposições das duas forças em conflito, a FP defendia a presença de uma força multilateral convencional com capacidade de manter o cessar-fogo e de evitar uma intervenção sul-africana, percebida como um perigo, não só no período de transição como após as eleições, para impedir a posse de um governo da FP. A FP advogava também a presença de uma comissão da Commonwealth para supervisionar o cessar-fogo.

Carrington procurou afastar os temores da FP dando garantias da retirada sul-africana e concordando com um aumento no tamanho da força monitora. Perdurando, contudo, a resistência a um acordo final, Carrington tomou a decisão, a 7 de dezembro, de informar o Parlamento de que o Governador britânico e seus assessores estavam sendo enviados para a Rodésia mesmo na ausência de um acordo final. Lord Soames, o Governador britânico, partiu para a Rodésia a 11 de dezembro. Nesse dia, Carrington, numa última tentativa de quebrar o impasse, submeteu uma declaração esclarecendo vários pontos do cessar-fogo e apresentando os pormenores finais de sua implementação. Com a chegada de Soames a Salisbury, a legalidade estava restabelecida, do ponto de vista britânico, e as sanções eram suspensas. Somente a 17 de dezembro, contudo, com a concessão de uma área de concentração adicional à FP, esta concordou em rubricar os acordos que foram finalmente assinados a 21 de dezembro.

3.4 Os acordos de Lancaster House em execução

O Reino Unido havia assumido enorme risco ao enviar o Governador britânico Lord Soames e sua equipe para a Rodésia antes de que os acordos de Lancaster House fossem aceitos por todas as partes. Concluídas as negociações e firmados os documentos em 21 de dezembro de 1979, iniciava-se uma fase tão ou mais difícil que a de negociação: os acordos teriam que enfrentar o teste de sua aplicação à realidade rodesiana. As expectativas eram claramente pessimistas e durante todo o período de transição espera-se a cada momento um reinício das hostilidades. A profunda desconfiança existente na FP, em especial por parte da ZANU, em relação aos desígnios britânicos prossegue mesmo após o cessar-fogo. Medidas adotadas por Soames parecem confirmar as especulações de que o objetivo britânico era evitar, a qualquer preço, uma vitória de Mugabe nas urnas, ou montar, mesmo no caso de tal vitória, uma coalizão alternativa envolvendo Nkomo, Muzorewa e a minoria branca.

Que os acordos tenham resistido a todas as pressões do período de transição diz muito do enorme peso de uma decisão que pudesse levar a um reinício da guerra. Indica também que, pelo menos até o princípio da campanha eleitoral, os dois lados mantinham aberta a perspectiva de uma vitória nas urnas.

É inegável, contudo, que o fator decisivo para a consolidação da transição da Rodésia para o Zimbábue foi a esmagadora vitória eleitoral da ZANU, que tornou ridícula qualquer tentativa de questionar o resultado das urnas, quer através de uma manobra de isolamento de Mugabe, quer através de um golpe militar branco, com apoio sul-africano.

3.4.1 O estabelecimento do cessar-fogo

A partir das 24:00 horas do dia 28 de dezembro de 1979 todas as hostilidades deveriam cessar na Rodésia, seguindo-se o desengajamento das forças com o posicionamento das unidades rodesianas nas imediações de suas bases e o início do processo de agrupamento das forças do ZANLA e ZIPRA nos RPs e depois nos APs, que deveria terminar às 24:00 horas do dia 4 de janeiro de 1980. A resposta inicial das forças guerrilheiras ao cessar-fogo foi lenta. Embora houvesse uma marcada redução no nível da atividade militar, choques armados prosseguiam e o processo de concentração das forças do ZANLA e ZIPRA era lento. Nos primeiros cinco dias após o estabelecimento do cessar-fogo apenas 5.000 guerrilheiros se apresentaram nos RPs. Ao final do período do cessar-fogo somente 12.000 guerrilheiros tinham-se concentrado. A 6 de janeiro tal número havia subido para 17.000 e finalmente os APs

chegaram a abrigar 22.000 guerrilheiros (16.500 do ZANLA e 5.500 do ZIPRA). Estima-se que 7.000 guerrilheiros do ZANLA tenham se infiltrado na população em pequenos grupos após terem escondido suas armas.

A estratégia do ZANLA era clara. A FP, mas mais especificamente a ZANU que era quem tinha conduzido grande parte da campanha militar, tinha sido forçada a aceitar as condições britânicas para o cessar-fogo e o período de transição. As hesitações da FP e o fato de que ela resistiu até o último momento para aceitar os resultados de Lancaster House revelam que a Frente percebia em tais acordos um enorme risco para suas forças. A única garantia que a FP poderia ter, caso houvesse uma tentativa por parte das forças rodesianas (com ou sem conivência britânica) de atacar os APs, seria manter uma parte de suas forças fora de tais áreas de concentração. Temia-se, sobretudo, a possibilidade de um ataque aéreo com apoio sul-africano. Por outro lado, era também intenção da ZANLA utilizar tais forças, mantidas fora dos APs, na campanha eleitoral. Finalmente deve-se dizer que a FP sempre indicou que teria muita dificuldade em reunir suas forças num prazo tão curto como o pretendido pelos ingleses. Aos problemas de comunicação, que eram por todos antecipados, junta-se a morte, num acidente de automóvel, do Comandante do ZANLA, Tongogara, reconhecidamente uma das figuras centrais na obtenção dos acordos de Lancaster House. Nessas condições, a ZANLA teve que se haver com o problema adicional de substituir Tongogara durante o período de preparação para o cessar-fogo.

Os problemas do cessar-fogo complicaram-se ainda mais devido a duas decisões de Soames que foram objeto de violentas críticas, tanto por parte da FP, como por parte da maioria dos observadores e da opinião pública mundial. Em 6 de janeiro, ante os relatórios sobre violação do cessar-fogo que recebia e sobre a permanência de guerrilheiros fora dos APs, Soames autoriza o reposicionamento das forças rodesianas para fazer frente a tais violações. Essa decisão, se por um lado serviu para tranqüilizar Muzorewa e os brancos, por outro reforçou em Mugabe a impressão de que se armava uma cilada contra suas forças. Em particular era questionável a decisão de Soames de permitir o reposicionamento das chamadas forças auxiliares, cerca de 16.000 homens ligados ao Bispo Muzorewa e que eram conhecidos por sua brutalidade e falta de disciplina. Tal gesto parecia indicar uma intenção britânica de permitir que Muzorewa utilizasse essas forças a seu favor na campanha eleitoral[153].

Além disso, ao recorrer exclusivamente às tropas rodesianas para garantir a manutenção do cessar-fogo, Soames expunha-se à acusação de que estava infringindo o princípio da igualdade das forças em conflito estabelecido em Lancaster House[154]. O dilema de Soames, que se refletiria em outras áreas de sua atuação, é que ele unia uma enorme autoridade teórica com a ausência de meios para implementá-la, na prática. A decisão de manter intacta a

administração e as forças rodesianas fazia com que Soames dependesse, em grande medida, dos conselhos e da capacidade de atuação de tais setores.

A outra decisão de Soames referia-se a sua autorização, em clara violação de compromissos assumidos em Lancaster House, de permitir a permanência de tropas sul-africanas em território rodesiano na região fronteiriça de Beit Bridge. Tais tropas eram vistas pelos brancos como o último recurso no caso de uma ruptura no cessar-fogo, ou talvez de uma vitória da FP nas eleições. É possível que o Reino Unido também desejasse garantir a retirada de seus funcionários e das forças da Commonwealth. Para a FP, contudo, a presença das tropas sul-africanas era mais uma ameaça e mais uma indicação de que Soames estava, pelo menos, mantendo suas opções abertas na eventualidade de uma vitória da Frente[155].

As decisões de Soames, em especial sua retenção das tropas sul-africanas, provocaram iradas manifestações dos países da linha de frente e da Commonwealth e levaram, inclusive, a um debate no Conselho de Segurança da ONU após o qual foi aprovada uma resolução, com a única abstenção do Reino Unido, criticando a atuação britânica na aplicação dos acordos de Lancaster House[156].

Uma outra área de atuação britânica que recebeu freqüentes críticas, vindo a constituir-se em um dos pontos focais do conflito entre Soames e Mugabe, foi a Comissão do Cessar-Fogo. A Comissão, presidida pelo assessor militar de Soames, General Ackland, e integrada por representantes de todas as forças, aprovava relatórios periódicos sobre violações do cessar-fogo que atribuíam a maior parte das ocorrências à ZANLA. Tais relatórios eram imediatamente utilizados por Soames como munição para seus ataques a Mugabe, que se defendia chamando atenção para a proporção de 3 para 1 entre tropas do ZANLA e do ZIPRA e para a dificuldade em fazer cumprir, em tão pouco tempo, o cessar-fogo[157].

Apesar da enorme tensão que perdura até o momento das eleições, o cessar-fogo foi um enorme sucesso. As violações que ocorreram foram, em sua grande maioria, incidentes isolados e só em poucos casos houve uma ruptura mais grave do acordo com o risco de levar a um reinício das hostilidades. Tendo em vista as medidas adotadas por Soames para tranqüilizar a população branca (posicionamento das forças rodesianas e retenção das tropas sul-africanas), deve-se atribuir à FP um importante papel na implementação do cessar-fogo. Soames, em seu artigo já várias vezes citado, chama atenção para o procedimento utilizado de posicionamento da força monitora, não separando áreas ocupadas pelos dois lados, mas sim junto às duas forças, como uma das razões do sucesso do cessar-fogo[158].

3.4.2 A campanha eleitoral

Enquanto Muzorewa contava com a máquina estatal, um partido organizado, que havia a menos de um ano disputado eleições, e com enormes recursos postos à sua disposição por corporações multinacionais e pela África do Sul, a FP tinha que partir praticamente do nada. Muzorewa se beneficia da vantagem adicional de ter iniciado sua campanha imediatamente após Lancaster House, enquanto que a FP teve que esperar o estabelecimento de condições mínimas de segurança para a volta de seus líderes ao país. Muitos dos políticos e organizadores da Frente, inclusive, aguardavam libertação nas prisões rodesianas.

Muzorewa concentrou desde o início sua campanha na apresentação da FP como um partido comunista que submeteria o Zimbábue aos horrores vividos em outros países africanos[159]. Em contraste, o UANC prometia manter o Zimbábue não-alinhado e livre de "ideologias exóticas". A medida em que a campanha eleitoral prosseguia e que ia ficando claro que o UANC não tinha possibilidade de vitória, os discursos de Muzorewa tornam-se cada vez mais estridentes e passam a acusar insistentemente os partidos da FP de intimidação, preparando o caminho para tentar uma anulação do pleito, ou buscando uma quebra do processo eleitoral[160].

A FP decidiu dividir-se para contestar as eleições. A decisão refletiu uma tomada de posição da ZANU contrariando os desejos de Nkomo. Tal decisão envolvia obviamente um risco, pois abria a possibilidade de uma coalizão com Nkomo para excluir Mugabe. Nkomo, como parceiro mais fraco na aliança, preferia mantê-la e com isso beneficiar-se do prestígio da ZANU. Esta, contudo, tinha consciência de ser o partido majoritário e uma de suas alas defendeu a divisão da FP em dois partidos, para a campanha eleitoral, opinião que acabou por prevalecer. Com isso, alegavam os políticos da ZANU, se verificaria a real força de cada lado da Frente, o que facilitaria a tarefa de formação do novo governo após as eleições, quando a aliança se restabeleceria.

Nkomo rapidamente registra seu partido como "Patriotic Front" (PF) e procura apresentar-se ao eleitorado como o candidato da união e da reconciliação. O principal esforço de Nkomo tinha que estar dirigido a apresentar-se como um líder nacional e não como um líder dos Ndebele. O manifesto eleitoral de Nkomo enfatizava sua capacidade de unir a população do Zimbabwe independentemente de tribo ou raça[161]. A partir do momento em que ficou evidente que Muzorewa deixava de constituir uma clara alternativa de vitória eleitoral, as esperanças dos brancos concentraram-se na capacidade de Nkomo de retirar votos de Mugabe. Smith, inclusive, fez declarações de apoio a Nkomo, indicando: "one might be able to live with Nkomo, but there could be no compromise with Mugabe"[162]. Nkomo reagiu, obviamente rejeitando esse

apoio não solicitado, mas durante toda a campanha vai pesar sobre Nkomo a pecha de colaborador com Smith tendo em vista suas passadas tentativas de um acordo isolado com o líder do RF. À medida em que suas possibilidades de vitória vão ficando mais remotas, Nkomo aparentemente começa a explorar novamente entendimentos com Muzorewa e Smith.

Mugabe e a ZANU enfrentam sérios problemas de organização desde o início. Tendo Nkomo registrado a sigla PF e estando a sigla ZANU registrada por Sithole, o partido de Mugabe resolve apresentar-se às eleições como ZANU(PF). Por outro lado, Mugabe tem sua volta ao Zimbábue retardada por Soames sob o alegado objetivo de forçar a ZANU(PF) a cumprir os acordos de Lancaster House. Além das violações do cessar-fogo imputadas ao ZANLA, Soames acusa a ZANU(PF) de manter presas em Moçambique cerca de 70 pessoas[163]. Mesmo após seu retorno ao Zimbábue, Mugabe se vê assediado por problemas de segurança e termina por só participar de três comícios da ZANU(PF).

O manifesto da ZANU(PF) era moderado. Seu compromisso de estabelecimento do socialismo no Zimbábue era qualificado pelo reconhecimento da realidade atual do país e pela consciência de que a empresa privada deveria seguir subsistindo[164]. O enfoque cauteloso da ZANU(PF) justificava-se não só em termos de tranqüilização do eleitorado rodesiano, tentando dissipar a imagem de um partido radical de esquerda, como também como forma de evitar uma excessiva pressão pós-eleitoral quando, num período de reconstrução nacional, o Governo poderia ver-se atrelado a promessas de transformação rápida da economia totalmente irrealizáveis.

Os demais partidos que contestaram as eleições entre a população negra não tiveram impacto no resultado eleitoral[165]. Do lado branco, a concentração do eleitorado em torno do RF retirou da campanha toda a sua importância.

Avançada a campanha eleitoral, Soames tomou nova decisão que ameaçou seriamente a implementação dos acordos de Lancaster House. Após insistentes alegações de que a ZANU(PF) estava utilizando como arma política a intimidação em larga escala, impedindo seus opositores de realizar campanha em várias áreas do país, alegação que Soames parecia endossar integralmente, Soames assume poderes extraordinários para banir partidos ou candidatos da eleição, em todo o país ou em certas áreas, e para restringir a propaganda eleitoral. Logo em seguida Soames ameaça aplicar tais medidas à ZANU(PF) e efetivamente proíbe um candidato da ZANU(PF) de realizar campanha e toma outras medidas contra o Partido de Mugabe. Mugabe reage violentamente, ameaçando recorrer à luta armada, e é apoiado pelo países da linha de frente e pela Nigéria[166]. Soames é objeto de acusações generalizadas de pretender violentar o resultado das eleições[167]. Ao final, os poderes de Soames não são

mais usados, mas a ameaça de sua utilização parece ter o efeito de reduzir a intimidação do eleitorado.

3.4.3 As eleições

Os arranjos para as eleições adotavam, em grandes linhas, o sistema de votação de abril de 1979. O país era dividido em oito distritos eleitorais, adotando-se em cada um o sistema de votação proporcional. Numa primeira fase votou a população branca. O resultado foi o esperado: o RF obteve todas as cadeiras. Aliás, das vinte vagas, só em seis circunscrições eleitorais o RF enfrentou oposição.

As eleições para as 80 cadeiras restantes duraram três dias e transcorreram em clima de ordem total. O resultado não deixou lugar a dúvidas sobre a posição do eleitorado. De um total estimado de 2.883.000 votantes, deram seu voto 2.702.275, ou seja, 93,6% do eleitorado, num comparecimento às urnas 30% superior ao da eleição de abril[168]. A ZANU(PF) obteve 63% dos votos elegendo 57 parlamentares, a PF recebeu 24% dos votos elegendo 20 representantes e o UANC obteve 8% da votação elegendo apenas 3 representantes. A ZANU(PF) dominou a votação nas províncias Shona, enquanto Nkomo obtinha 15 das 16 cadeiras nas províncias Ndebele[169].

Ainda antes de terem sido publicados os resultados das eleições, começaram a surgir as conclusões dos relatórios sobre as eleições. Destes, os mais importantes eram o da Comissão Eleitoral, presidida por Sir John Boynton, e o da Comissão da Commonwealth. Nos dois casos as conclusões serviram para calar aqueles que pensavam numa solução extra-eleitoral[170]. As conclusões do relatório de Boynton eram no sentido de que "in the country as a whole, the degree of intimidation and pressure was not so great as to invalidate the overall results of the poll"[171].

As conclusões do relatório da Commonwealth também eram no mesmo sentido. Seu relatório final, confirmando as opiniões expressas em documento preliminar, indicava: "Taken as a whole, it is our considered and unanimous view that the election offered an adequate opportunity to the parties to seek the favour of the electorate and sufficient freedom to the voters to exercise their franchise according to their convictions. We therefore reaffirm the conclusion of our interim report (issued before the announcement of results) that the election was a valid and democratic expression of the wishes of the people of Zimbabwe..."[172].

A vitória esmagadora de Mugabe serviu também para inviabilizar esquemas, como os defendidos por certos setores no Reino Unido, e pela África do Sul, de uma coalizão que excluísse a ZANU(PF) do poder. Que tal coalizão estava sendo considerada parece encontrar confirmação nas declarações de

Thatcher no sentido de que Soames não tinha obrigação de convidar o líder do partido majoritário a formar o governo[173]. Os defensores de tal hipótese pareciam ignorar que sua alternativa era a receita para a instabilidade e o retorno à violência. A vitória de Mugabe e seu oferecimento a Nkomo para a formação de um governo de coalizão, que entre os dois partidos representava 87% dos votos e controlava 77 cadeiras no Parlamento, representaram uma garantia de estabilidade e de respeito à vontade popular na transição da Rodésia para o Zimbábue.

Nesse contexto, o final do relatório da Commonwealth merece ser citado, pois o relator fugiu à frieza de um documento oficial e prestou uma homenagem aos reais vencedores no Zimbábue: "We close our Report by paying our own tribute, which we believe will be widely echoed throughout the Commonwealth and beyond, to all those who, in different ways and at different times, contributed to Rhodesia's emergence as an independent Zimbabwe. Countless individuals and many countries have been touched by the tragedy of the past fifteen years. In the end, the essential triumph has been that of the people of Zimbabwe themselves. Transmuting their suffering, their faith in the processes of peace has exceeded their courage in war"[174].

4. Algumas indagações sobre o sucesso de Lancaster House

Contra todas as expectativas, a Conferência de Lancaster House chegou a uma solução negociada para a transição da Rodésia para o Zimbábue e os acordos alcançados resistiram às tensões de sua aplicação, também contra todas as expectativas. O final foi tão mais surpreendente, quanto por vinte anos uma solução para a questão rodesiana havia resistido a todos os esforços de negociação.

Neste capítulo final se tentará desenvolver uma comparação entre Lancaster House e as iniciativas anteriores de negociação, buscando identificar elementos distintivos que pudessem justificar o sucesso da Conferência. Além disso, procurar-se-á determinar se tal sucesso se deveu a fatores internos à própria Conferência, como, por exemplo, a tática e o gênio negociador de Carrington, ou se, contrariamente, os acordos alcançados resultaram de circunstâncias exteriores, tais como a guerra na Rodésia.

4.1 Lições do insucesso das iniciativas anteriores

As negociações anteriores a Lancaster House, desde a discussão da Constituição de 1961 até a iniciativa anglo-americana, em suas várias fases, podem ser separadas em dois momentos: num primeiro momento, procura-se

um acordo entre o Reino Unido e o Governo rodesiano, com envolvimento mínimo da população africana nas negociações; e num segundo, as negociações se tornam claramente tripartites, com o nítido envolvimento dos nacionalistas.

A primeira fase das negociações vai desde a Conferência Constitucional de Salisbury, em 1961, até o acordo Home-Smith, de 1971. Durante essa fase, o Reino Unido tenta de todas as formas manter a questão rodesiana no plano bilateral, procurando chegar a um acordo com o regime rodesiano que permita a concessão da independência à Rodésia. As negociações estarão baseadas na aceitação pelo Reino Unido do princípio de que, na Rodésia, não é possível uma transição para um governo de maioria a curto prazo. Aceita a preservação do poder na Rodésia nas mãos da minoria branca, as discussões se centrarão nos mecanismos de gradual transição para um governo de maioria. A total supremacia branca durante todo o período, aliada ao desejo britânico de ver-se livre da questão rodesiana, garantem que, a cada rodada, o Governo rodesiano obtenha novas concessões dos ingleses. Esse processo culmina com a capitulação de Home.

A tática negociadora britânica será ir fazendo concessões cada vez mais substantivas à minoria branca, como forma de mitigar a intransigência rodesiana. Tais concessões garantem a preservação de um regime segregacionista e afastam, cada vez para um futuro mais remoto, a liquidação do racismo na Rodésia e a ascensão ao poder da maioria negra.

As negociações são bilaterais. O envolvimento internacional é aceito a contragosto. Quanto aos nacionalistas, a suposição é de que, como não têm força para impor-se ao Governo rodesiano e como estão divididos por querelas internas, aceitarão qualquer resultado das negociações entre Londres e Salisbury. No plano internacional, um acordo entre os dois lados terá que ser aceito, não se admitindo uma rejeição, uma vez que a questão é de foro interno britânico e que os demais países não têm condições de influir decisivamente sobre o resultado das negociações.

O que estava em questão não era, portanto, uma solução real e duradoura para a questão rodesiana, mas sim a conclusão de um acordo com Salisbury que levasse a minoria branca a abdicar de alguns de seus privilégios em troca da independência e do reconhecimento internacional. Que tal acordo provavelmente não tivesse condições de apaziguar a Rodésia não estava em questão, presumindo-se a capacidade do Rhodesian Front de controlar a situação do ponto de vista militar. O objetivo era livrar o Reino Unido de uma situação embaraçosa.

A rejeição do acordo Home-Smith pela população negra na Rodésia liquida com as premissas sobre as quais se assentavam as negociações até então e inicia uma nova fase na tentativa de equacionar o problema rodesiano.

Nessa segunda fase, que envolverá os esforços de Kaunda e Vorster por encaminhar uma solução, a tentativa de Kissinger e, finalmente, a iniciativa anglo-americana, a diferença fundamental será a presença, cada vez mais marcante, dos nacionalistas à mesa de negociações. A rejeição do acordo Home-Smith torna patente que, sem o envolvimento da população negra, não mais será possível negociar um acordo para a Rodésia.

De tal conclusão, derivam corolários importantes em termos de coordenação e orientação das negociações. Em primeiro lugar, nota-se uma crescente internacionalização da questão rodesiana, com o papel britânico sendo reduzido do de negociador principal ao de co-partícipe importante, ou, às vezes, até mesmo secundário, nas negociações. Tal internacionalização se exprime através de um esquema complexo de pressões cujos elementos centrais são a pressão sul-africana sobre Smith e a dos países da linha de frente, em especial, Zâmbia e Moçambique, sobre o movimento nacionalista. Em segundo lugar, assiste-se a uma perda gradual, mas continuada, de poder pelo Governo rodesiano, confrontado com cada vez maiores problemas, sobretudo a partir do momento em que a luta armada se expande. Tal perda de poder se traduzirá na redução do raio de manobra de Smith nas negociações, forçado que é a aceitar o princípio de um governo de maioria.

A partir desse momento, as negociações sobre o futuro rodesiano não mais se centrarão sobre as propostas constitucionais, uma vez que o ponto mais importante nessa área (a questão do governo de maioria) havia sido aceito, pelo menos em princípio, pelo lado rodesiano. Assim sendo, as questões do cessar-fogo e, sobretudo, a do período de transição são as que dominarão os debates. De tais questões dependerá o sucesso ou fracasso das iniciativas. O fato de que os temas da transição e do cessar-fogo sejam discutidos já diz muito da nova dimensão do movimento nacionalista. Este não mais estará à espera do que lhe sobrará das negociações entre os donos do poder, mas estará disposto a tomar pela força os direitos que não lhe querem reconhecer.

As negociações são, contudo, impostas aos dois lados. No caso do Governo rodesiano, Smith ainda sonha com a preservação da supremacia branca, agora vista não mais como a continuação de um governo de minoria, mas sim como a instalação no poder, na Rodésia, de um governo negro sob tutela dos brancos, após a cisão no movimento nacionalista. Do lado da FP, existe a clara perspectiva de uma vitória militar a curto prazo. O esgotamento das opções do RF parece indicar que o tempo joga a favor da Frente Patriótica.

Sob a pressão sul-africana e norte-americana, Smith fará concessões só para não aparecer como responsável pelo insucesso das negociações. Na realidade, Smith estará interessado na busca de uma alternativa interna, um acordo com a facção moderada do movimento nacionalista. A FP, empurrada pelos países da linha de frente, também se senta à mesa de negociações. Suas

posições maximalistas, contudo, reduzem o espaço negociador. Não há um terreno intermediário para as negociações.

As pressões sobre os dois lados não serão irresistíveis. Do lado do RF, a África do Sul não tem porque ser contrária a um acordo interno que atenda claramente a seus desígnios de evitar a subida ao poder na Rodésia de um governo autenticamente nacionalista. Além disso, o ativismo a favor dos direitos humanos de Carter e as posturas antiaparteísmo de Young não combinam com o realismo sul-africano. Os sacrifícios feitos pelos países da linha de frente na sustentação da causa nacionalista não são insuportáveis, uma vez que seus territórios só ao final do período começam a ser objeto de ataques pelas forças armadas rodesianas, nem são em vão, já que existe a nítida perspectiva de uma vitória militar pela FP. Quando se reduzem as pressões sobre um ou outro lado ruem as iniciativas de negociação, como aconteceu com a iniciativa anglo-americana.

4.2 O contraste com Lancaster House

Uma comparação entre iniciativas anteriores e a Conferência de Lancaster House na busca das causas do insucesso das primeiras e do sucesso da última pode ser facilitada por uma pequena esquematização. De um lado, se colocariam os elementos internos ao exercício de negociação, que poderiam ser divididos em questões táticas e questões de substância. De outro, estariam os fatores externos ao processo negociador, mas com uma influência determinante sobre o mesmo. Dentre estes, dois assumem particular relevância: a configuração de forças internamente na Rodésia e a forma de inserção da questão rodesiana no plano regional e internacional.

4.2.1 Dos elementos internos: a tática e a substância

As iniciativas anteriores a Lancaster House revelaram a existência de duas áreas bem demarcadas de negociação: de um lado, as questões constitucionais, que giravam em torno do reconhecimento do princípio de um governo representativo, no primeiro momento, e, uma vez aceito tal princípio, sobre a forma de implementá-lo, particularmente a questão da defesa da minoria branca. Do outro lado, as questões relativas à transição entre o regime ilegal e um governo constitucional, às quais se poderia somar a questão do cessar-fogo.

No início, as negociações se centralizaram na parte constitucional e, dentro dela, evoluíram no sentido de passar da consideração dos direitos da maioria da população como o aspecto residual, cuja fragilidade havia que proteger, à concessão de garantias restritas à minoria branca, considerados os interesses desta agora como residuais.

Essa evolução fez com que a questão constitucional fosse deixando de ser a área das negociações onde uma aproximação de posições entre os dois lados era mais difícil. A própria evolução acima esboçada é um sinal da vitalidade do movimento negro.

À medida em que a questão da constituição se tornava menos polêmica, a outra área, a do período de transição, se tornava central, como reflexo do questionamento do poder na Rodésia, através de um movimento guerrilheiro que, ao final, controla extensas áreas do país. São as negociações sobre o período de transição que levam ao fracasso da Conferência de Genebra, sem que os temas constitucionais sejam sequer discutidos, e são as propostas anglo-americanas sobre como enfocar esse período que vão levar à paralisação dos esforços de negociação. Nessa área, a questão mais delicada é definir quem deterá o poder durante a transição: as fórmulas que se apresentam de repartição do poder entre as forças atuantes no cenário rodesiano combinam complexidade com inexeqüibilidade.

Do ponto de vista tático, os fatores que valeriam ser ressaltados seriam a evolução do plano bilateral para o multilateral, a questão do inadequado trabalho de consulta prévia antes da negociação e o fato de que, tanto em Genebra, quanto na iniciativa anglo-americana, a negociação se inicia pela questão da transição.

No exame da Conferência de Lancaster House, a tática será tratada em primeiro lugar, já que esta, dentre os fatores internos, talvez mais que a substância, é mais representativa para o sucesso da Conferência.

Ao assumir o poder, o Partido Conservador inicia prontamente um processo de consultas internacionais sobre a viabilidade do lançamento de uma iniciativa para tentar solucionar a questão rodesiana. As consultas vão, na realidade, estender-se por todo o período prévio à Conferência, culminando na reunião de Lusaca, e por toda a duração da própria Conferência. O objetivo do processo de consultas é duplo: na fase anterior à Conferência, ele visa comprometer o maior número possível de países com a iniciativa britânica e, durante a Conferência, ele busca manter vivo o grau de consenso alcançado, a fim de que siga a pressão sobre as duas partes para negociar.

Fica patente ao Reino Unido que, não só ele não tem poder para levar avante, em isolamento, uma negociação sobre a Rodésia, como o comprometimento dos países em desenvolvimento, especialmente na Commonwealth e na África (países da linha de frente), é essencial para evitar uma ruptura das negociações. Alcançado tal comprometimento no consenso de Lusaca, culminação do processo de consultas prévias, resta garantir, através de contatos permanentes de bastidores, durante a Conferência, que a versão britânica dos acontecimentos em Lancaster House chegue a países significativos, em especial, a África do Sul e os países da linha de frente, a fim de que

o consenso não se rompa e que as pressões a favor de uma solução negociada não esmoreçam.

A realização de um intenso processo de consultas pelo Reino Unido, antes e durante a Conferência, é simplesmente um reconhecimento da internacionalização da questão rodesiana e do fato de que não são mais possíveis soluções que excluam as posições dos países da linha de frente.

Durante a Conferência, dois elementos táticos jogam um papel importante em contraste com as iniciativas anteriores: a inversão na ordem de tratamento dos temas e a opção entre uma solução de primeira ou segunda classe. No primeiro caso, Carrigton, tendo presentes as experiências anteriores, resolve iniciar a Conferência, em oposição à FP, pela discussão das propostas constitucionais. Os britânicos tinham consciência de que, aceitos os princípios do governo de maioria e o da garantia especial para a minoria branca (este constante do consenso de Lusaca), a área constitucional se afigurava como aquela onde seria possível obter acordo mais facilmente. Além disso, como as propostas de Carrigton eram muito semelhantes à Constituição em vigor no Zimbábue/Rodésia, seria fácil obter o acordo da delegação de Muzorewa, deixando isolada a FP. Obtido acordo sobre a Constituição, que no fundo era a questão substantiva, as outras matérias poderiam ser apresentadas como meras questões adjetivas que não justificariam um impasse. Com efeito, a FP havia lutado pela aceitação do princípio de um governo de maioria realmente representativo da população do Zimbábue e que tivesse condições de corrigir as desigualdades do passado. As propostas constitucionais de Carrington garantiam isso.

O outro elemento tático que teve um papel importante na determinação do curso dos trabalhos foi a opção, que Carrington manejou com grande maestria, de assinar um acordo em separado com a Muzorewa. Note-se que essa opção dava a Carrington poder de barganha com os dois lados: com relação a Muzorewa, Carrington a utilizava como um incentivo à obtenção de um rápido acordo. Com relação à FP, a possibilidade de um acordo em separado com Muzorewa se tornava poderosa ameaça, tornada ainda mais crível por tratar-se do Partido Conservador. Tampouco era necessário que a opção de segunda classe fosse realmente possível. O preço a ser pago para ver as cartas de Carrington era tamanho, tanto para a FP, quanto para os países da linha de frente, que bastava uma razoável credibilidade para que a ameaça de um acordo com Muzorewa se tornasse irresistível.

Dois outros elementos também tiveram importância, no plano tático, para o sucesso de Lancaster House: a adoção por Carrington de um enfoque gradual no tratamento das questões e a apresentação das propostas, em cada uma das áreas da Conferência, primeiro sob uma forma genérica e, uma vez obtido o acordo sobre os princípios, mas só então, sob uma forma mais

pormenorizada. No primeiro caso, os britânicos se recusaram a apresentar em bloco suas propostas. Um ano antes do início da Conferência, as partes receberam um esboço das propostas constitucionais. Carrington se recusou, até o final, a apresentar as propostas sobre temas seguintes sem que tivesse havido acordo, ainda que condicional, sobre a questão anterior. Com isso, houve um comprometimento gradual com as propostas e cada vez foi ficando mais difícil romper o acordo. Por outro lado, a apresentação das propostas sob a forma genérica deixava para uma segunda fase as discussões sobre textos propriamente ditos e permitia que os argumentos se esgotassem na discussão de princípios. Isso, inclusive, dava aos ingleses a possibilidade de tentar incorporar, por via redacional, em suas propostas mais acabadas, sugestões feitas durante os debates.

No aspecto de substância, as propostas de Lancaster House apresentavam grande semelhança com propostas anteriores, especialmente as anglo-americanas. Em alguns aspectos, contudo, elas inovavam significativamente. Algumas dessas inovações têm a ver com a parte constitucional, e outras, com o período de transição e o cessar-fogo. Nessas duas últimas áreas, as inovações foram possíveis, sobretudo, dada a assunção pelo Reino Unido de uma enorme responsabilidade no período de transição e, conseqüentemente, de um enorme risco. A transferência de poder para um governador britânico permitiu fugir aos delicados problemas de um esquema equilibrado e estável de partilha do poder entre as diversas facções políticas; a presença de tropas britânicas (posteriormente transformadas em contingente da Commonwealth) eliminou a necessidade de tropas da ONU; a fiscalização britânica das eleições reduziu a presença de outros observadores a um papel subsidiário. Essas três áreas haviam se mostrado intratáveis anteriormente.

Nessas três áreas, como em muitas outras das propostas britânicas, não se tentava substituir por complicados esquemas o que era visto como essencial no processo de negociação em Lancaster House: um compromisso de ambos os lados de respeitar os acordos alcançados, sem o qual seria impossível, dada a divisão do país pela guerra e a presença de vários exércitos em conflito, instalar o cessar-fogo, realizar eleições e dar posse a um novo governo, as três tarefas do período de transição. A contínua insistência britânica nesse ponto cria o respaldo necessário para o que, no fundo, representava uma temeridade: o fato de que as propostas britânicas envolviam uma enorme responsabilidade, sem nenhum poder efetivo. O Governador dependia, para sua administração, do serviço público rodesiano; a segurança era mantida pela polícia e o exército rodesianos; a força monitora não tinha condições de impor o cessar-fogo.

Quanto a este último ponto, vale notar que o esquema britânico continha uma inovação interessante, fruto, na realidade, do desejo de limitar, ao mínimo indispensável, o tamanho da força monitora. Tal força, ao invés de

assumir o papel clássico de separar as forças em conflito, ocupando uma zona desmilitarizada entre os dois lados, por exemplo, juntava-se às forças dos dois lados como forma de fiscalizar seus movimentos.

Quanto ao aspecto constitucional, a substância das propostas britânicas era semelhante à das propostas anglo-americanas e à da Constituição do Zimbábue/Rodésia. O fato de que o impasse na discussão da Constituição se deu sobre a questão do acesso à terra e foi resolvido por um compromisso exterior ao texto (a declaração sobre ajuda ao Zimbábue independente, com apoio norte-americano), dá uma idéia da importância menor das questões constitucionais.

Duas observações finais: a primeira, de ordem mais restrita, envolvendo tática e substância e a segunda, de ordem mais geral, a mera reiteração de um aspecto. A tática de Carrington de apresentar as propostas, submetê-las a discussão, obter o acordo de Muzorewa e levar a FP a aceitá-las com apenas modificações mínimas compreendia evidentemente uma enorme pressão sobre os dois lados, em especial sobre a Frente, mas envolvia também um trabalho inicial britânico de apresentação de propostas razoáveis. É inegável que os ingleses utilizaram a experiência acumulada ao longo de anos de negociação para apresentar textos aceitáveis. Esse fato, combinado com a tática de apresentar as propostas primeiro sob forma genérica, permitiu evitar abrir os textos a emendas muito numerosas, o que redundaria em discussões intermináveis.

A possibilidade, presente para o Governo conservador, de uma opção de segunda classe não se esgotava em Lancaster House. Soames, na Rodésia, manteve-a em aberto, assegurando com isso que os dois lados mantivessem suas violações dos acordos dentro de limites aceitáveis.

4.2.2 Dos elementos externos: a constelação de forças

Os elementos externos que tiveram uma influência importante sobre a Conferência de Lancaster House têm a ver com duas ordens de fatores, como indicado acima. De um lado, a correlação interna de forças na Rodésia envolvendo a minoria branca e o movimento negro com suas cisões. Do outro, a inserção da Rodésia na região e, em particular, do ponto de vista da problemática Leste-Oeste e Norte-Sul. Dado o papel do Reino Unido na questão, a dimensão externa envolverá a forma de colocação da questão rodesiana no cenário político britânico.

Todos esses temas já foram, de uma forma ou de outra, discutidos ao longo do texto. Trata-se agora apenas de sublinhar algumas interpretações e tirar certas conclusões. A vitória dos conservadores nas eleições britânicas influiu de duas maneiras sobre Lancaster House. A existência de uma

importante ala de direita no Partido Conservador, ala que contava com as simpatias de Thatcher, e que estava comprometida com o reconhecimento do Governo Muzorewa fez com que os conservadores, ao subirem ao poder, não pudessem ignorar a questão rodesiana ou tratá-la com pachorra. Se, por um lado, a questão rodesiana é compulsoriamente colocada na agenda conservadora, por outro, as próprias simpatias conservadoras por Muzorewa e Smith fazem com que estes vejam no Governo de Thatcher a oportunidade para obter o tão almejado reconhecimento internacional. Do lado dos países da linha de frente e da FP, os conservadores eram vistos como uma séria ameaça de reconhecimento do Governo Muzorewa, o que criava a necessidade da busca de uma solução negociada antes que, sob liderança britânica, se iniciasse um movimento internacional pró-reconhecimento de Muzorewa e a favor do levantamento das sanções. Essas percepções contribuíram para que Lord Harlech encontrasse, em sua viagem ao continente africano, um clima favorável a uma iniciativa internacional na questão rodesiana quando poucos meses antes o Governo trabalhista de Callaghan, em sondagem semelhante, não encontrara receptividade para uma tentativa de acordo.

Sobre um outro aspecto, a vitória dos conservadores também influenciará no encaminhamento da questão rodesiana. Trata-se do tema da perda de poder pelo Reino Unido. Um dos elementos da ideologia conservadora é sua expectativa de recuperação de um papel mundial para o Reino Unido. Daí, em parte, a decisão de Carrington de abandonar a associação com os Estados Unidos e transferir para o Reino Unido a responsabilidade sobre a Rodésia. Para os conservadores, muito mais que para os trabalhistas, a Rodésia nunca deixou de ser uma colônia rebelada. E essa rebeldia tinha que ser superada pela restauração do poder colonial inglês, ao mesmo tempo último gesto de descolonização na África e reafirmação da vocação imperial britânica. Que a realidade britânica era a de uma potência de segundo grau, sem capacidade de atuação em escala mundial, fica patente quando os ingleses descobrem que, para transportar a força monitora para o Zimbábue, dependem de transporte aéreo norte-americano.

A Conferência de Lancaster House representa a culminação de um processo de internacionalização do problema rodesiano. Esse processo tinha duas dimensões. Por um lado, a questão se inseria na agenda de um diálogo político Norte-Sul dominada pelos temas do anti-colonialismo e da superação de áreas de tensão no Terceiro Mundo. No caso da Rodésia, os foros mais importantes para a fixação das posições dos países do Terceiro Mundo eram a OUA e as reuniões dos países da linha de frente. Essas posições eram confrontadas com as dos países desenvolvidos, em especial o Reino Unido, na ONU, tanto no Conselho de Segurança, como na Assembléia Geral, e na Commonwealth, em especial na reunião bi-anual de Chefes de Governo[175]. Por

outro lado, o problema rodesiano assume, a partir de um certo momento, uma dimensão Leste-Oeste. Tal dimensão se expressa no apoio dos países socialistas aos movimentos guerrilheiros, na presença de assessores militares de países socialistas em vários países da linha de frente e no envolvimento de tropas cubanas na defesa de Angola. A dimensão Leste-Oeste se torna mais nítida a partir do envolvimento norte-americano, arquitetado por Kissinger, para, com apoio sul-africano, impedir a ascensão do MPLA ao poder em Angola, o que provocou a intervenção cubano-soviética naquele país. Desde então se torna mais sério o risco de um envolvimento direto das superpotências na questão rodesiana.

O processo de internacionalização do problema rodesiano redunda em pressões crescentes sobre as partes diretamente envolvidas para que se chegue a um acordo. O Reino Unido e os Estados Unidos se defrontam com um ambiente hostil no continente africano e têm que se esforçar por recuperar a confiança dos países do Terceiro Mundo. Recorde-se, por exemplo, a guinada na política americana em relação à África tornada pública pelo discurso de Kissinger em Lusaca. As pressões do Terceiro Mundo sobre o Reino Unido vão assumindo proporções e dimensões cada vez mais inquietantes, como o demonstra o episódio da nacionalização da British Petroleum na Nigéria. No caso de Lancaster House, tais pressões levam à aceitação por Thatcher da responsabilidade britânica em lançar uma nova iniciativa sobre a Rodésia, cujas bases são delineadas no consenso de Lusaca. Tais pressões não se extinguirão durante toda a Conferência, na fiscalização da condução britânica dos trabalhos e, ao seu término, na vigilância sobre a implementação dos acordos. Basta lembrar a reunião do Conselho de Segurança da ONU criticando a atuação do Reino Unido.

As pressões do Terceiro Mundo não se dirigem só contra os países desenvolvidos. Elas vão ser instrumentais em levar a FP à mesa de negociação. As pressões sobre Nkomo e Mugabe, em especial pelos países da linha de frente, começam desde o momento em que fica claro que, sem um envolvimento do movimento nacionalista nas negociações, não será possível obter uma solução negociada na Rodésia. Tais pressões atingirão expressão plena na fase da convocatória de Lancaster House (na reunião dos Não-Alinhados em Havana, por exemplo[176], durante a Conferência e no período de transição na Rodésia.

Embora a dimensão Leste-Oeste não chegue nunca a ser determinante, ela também está presente na busca de um desfecho para o conflito rodesiano. Tal presença assume múltiplas formas. Há o temor por parte do Ocidente de que tal desfecho, se permitido um pleno desenvolvimento das forças em conflito, beneficie o bloco socialista. Uma vitória militar da FP, inevitável a médio prazo, representaria um governo radical no Zimbábue

plenamente alinhado com o bloco socialista. O Governo de Smith, e depois o de Muzorewa, utilizarão a ameaça do comunismo como argumento para obter o apoio ocidental e a vitória eleitoral. Na FP, as alianças de Nkomo com a URSS e a de Mugabe com a China introduzem no movimento nacionalista conotações do conflito sino-soviético. Tais conotações não estarão ausentes tampouco do envolvimento dos países da linha de frente com a ZANU e a ZAPU.

Finalmente, há que mencionar que, quando fica patente a Smith e à África do Sul que os EUA, único país com capacidade para intervir na região, não pretendem fazê-lo, nem mesmo sob a ameaça de uma tomada de poder pela FP, não há outra alternativa senão negociar.

Note-se que, durante a fase final do desenvolvimento da questão rodesiana, o relacionamento Leste-Oeste se caracteriza por um clima de *détente*. A *détente*, a despeito de influenciar o clima geral do relacionamento entre as superpotências e permitir uma redução nas tensões entre os blocos, tem na Europa sua área precípua de aplicação. No Terceiro Mundo, subsiste a competição, mas aí os EUA, após o drama do Vietnam, evitam um envolvimento direto. O episódio angolano ilustra bem tais tendências.

Dentre os fatores externos à Conferência que influíram sobre o resultado de Lancaster House, a configuração de forças na Rodésia teve, seguramente, o papel mais importante. Entre tais fatores, um sobressai como o mais relevante: o desenvolvimento da luta armada. Foi a guerra, com o enorme sacrifício humano e material que acarretava para os dois lados, que fez com que valesse a pena tentar uma negociação, que forçou os dois lados a fazerem concessões e que determinou o resultado final do processo eleitoral na Rodésia. Em 1979 estava claro para o exército rodesiano que a perspectiva de uma derrota militar deveria ser seriamente encarada como uma possibilidade. Mais que isso, contudo, os custos da guerra se haviam tornado insuportáveis para Salisbury, sendo possível prever-se uma total desorganização econômica do país. A intensificação do conflito e sua extensão a praticamente todo o território rodesiano tornavam insuportável a vida para a minoria branca na Rodésia. Os números dos emigrantes, apesar de todas as pressões exercidas para reter os brancos na Rodésia, revelavam que a população branca não tinha mais confiança na capacidade do governo de garantir sua segurança e seus privilégios na Rodésia.

Do lado nacionalista, as baixas sofridas por suas forças, tanto na Rodésia como nos acampamentos em países fronteiriços, indicam que a capacidade de resistência das forças rodesianas, embora em declínio, não estava próxima do esgotamento. Nesse sentido, a perspectiva de uma vitória militar, embora praticamente certa, só será assegurada, a médio prazo, após enormes sacrifícios para a população.

Os dois lados vêem, portanto, na possibilidade de prosseguimento

do conflito um dos maiores incentivos, não só para negociar, como para evitar um impasse que leve ao rompimento das negociações. Na fase de implementação dos acordos, é, de novo, o preço a ser pago por um reinício das hostilidades que representa o dissuasor mais eficaz às violações dos acordos ou a uma tentativa rodesiana de um golpe militar.

Mas o impacto da guerra não se reduz aos dois lados em conflito no território rodesiano. Ele se estende a toda a região e é determinante no esquema de pressões sobre os dois lados para que negociem seriamente. No caso da África do Sul, não só os custos de sustentação do regime rodesiano eram elevados, em termos materiais e humanos, mas sobretudo, o risco de uma extensão do conflito a seu território era ponderável. No caso dos países da linha de frente, em particular Zâmbia e Moçambique, a extensão da guerra a seus territórios, pelos continuados ataques das forças rodesianas, inclusive durante a Conferência de Lancaster House, torna o preço de seu apoio à FP quase insuportável.

Além da guerra, contudo, alguns outros fatores também influenciam na criação de circunstâncias propícias para o êxito de Lancaster House.

O fato de que o RF havia transferido a administração no Zimbábue/Rodésia para um governo de maioria negra, mesmo que tal transferência não envolvesse uma entrega real do poder, teve importantes implicações. Do ponto de vista branco, desmistificava-se o terror a um governo negro. O fato, aliás, de tal transição ter-se dado de forma gradual e paulatina retira grande parte de sua dramaticidade. Além disso, os brancos puderam adaptar-se a reduções graduais em suas prerrogativas ao invés de vê-las ameaçadas de chofre de extinção. Tudo isso contribuiu para reduzir o radicalismo branco e apresentar uma eventual vitória da FP como o resultado natural de um processo evolutivo. Aí talvez esteja boa parte da explicação da mudança, de outra forma inexplicável, na opinião pública rodesiana nas horas que se seguiram à vitória de Mugabe quando, do pânico total, passou-se à aceitação resignada, sobretudo após o discurso de Mugabe à nação.

Do ponto de vista de Muzorewa, sua ampla vitória eleitoral e sua assunção ao poder pareciam justificar sua negociação com Smith. Muzorewa é, em Lancaster House, o líder de uma das partes na negociação e não um mero representante de uma facção do movimento nacionalista. Para ele, a Conferência é a oportunidade de, através de pequenas concessões, obter o reconhecimento internacional. Seu domínio da máquina estatal, o apoio dos brancos, inclusive os sul-africanos, e sua vitória nas eleições de 1979, pareciam garantir-lhe um bom resultado nas futuras eleições e pelo menos um papel decisivo num governo de coalizão. Muzorewa e as forças que representava no movimento negro também parecem não estar ameaçados de extinção.

Do ponto de vista da FP, a ascensão de Muzorewa ao poder traz

consigo o risco de um reconhecimento deste governo por pelo menos uma parte da comunidade internacional, com o conseqüente levantamento das sanções. Tal possibilidade torna-se menos remota com um Governo conservador no Reino Unido e com o crescimento das tendências pró-Muzorewa nos EUA. Há, portanto, um incentivo para negociar e não deixar que o governo do UANC ganhe foros de governo legítimo no Zimbábue/Rodésia. Por outro lado, a FP, não testada nas eleições, e tendo uma presença, inclusive militar, em todo o país, tem certeza de que um processo eleitoral livre e justo a conduzirá ao poder no Zimbábue. Mugabe faz a única previsão correta do resultado das eleições ao insistir em que a ZANU(FP) ganhará 56 cadeiras no novo Parlamento.

4.2.3 Elementos externos e internos: a combinação certa

A exposição acima propõe uma classificação e uma interpretação dos principais elementos que influíram sobre as negociações sobre a Rodésia. A discussão retoma alguns temas levantados na introdução metodológica e nesse sentido encerra o presente trabalho, deixando em aberto a questão do peso relativo de cada um dos fatores examinados na determinação do sucesso de Lancaster House.

A seguir se apresenta uma combinação, dentre as muitas possíveis, dos elementos considerados relevantes para tentar explicar o sucesso de Lancaster House.

Que a questão rodesiana esteja madura para que se chegue em Lancaster House a acordos entre as partes e que tais acordos tenham levado à instalação de um Governo da Frente Patriótica no Zimbábue, é, em grande medida, resultado de elementos externos à própria Conferência. Destes, o mais importante é, sem dúvida, o grau de desenvolvimento da luta armada na Rodésia que torna impossível a paz sob Muzorewa e possível a vitória militar da Frente Patriótica. A compreensão de porque a Conferência de Lancaster House em si, como uma instância específica do processo de negociação, foi bem sucedida, não dispensa, contudo, a introdução dos elementos internos à própria Conferência, sobressaindo, dentre estes, a tática utilizada por Carrington.

Dito de outra forma: os elementos externos determinam uma conjuntura favorável para levar a bom termo uma negociação sobre a Rodésia, mas, tomados isoladamente, não são suficientes para explicar porque, dentro dessa conjuntura, Lancaster House foi bem sucedida; os elementos internos iluminam a dinâmica da negociação e acordos específicos, mas sozinhos não são capazes de explicar porque se chegou a um acordo global e porque esse acordo pôde ser implementado.

As conclusões acima têm, pelo menos, dois corolários importantes: primeiro, não é possível extrapolar mecanicamente para situações distintas,

onde a configuração dos elementos externos seja diferente, as técnicas de negociação empregadas em Lancaster House e esperar resultados semelhantes; segundo, da análise de Lancaster House podem se depreender elementos importantes, alguns dos quais foram identificados neste trabalho, que podem auxiliar no encaminhamento de negociações diplomáticas, de forma geral, ou, mais especificamente, na resolução de conflitos.

Post Scriptum: possíveis implicações de Lancaster House sobre a questão da Namíbia

O sucesso da Conferência de Lancaster House e a vitória esmagadora de Mugabe nas eleições que se seguiram repercutiram sobre o encaminhamento da questão da Namíbia. A seguir, se tentará identificar alguns dos efeitos da transição da Rodésia para o Zimbábue sobre a possibilidade de uma solução negociada para a questão da Namíbia. O objetivo da discussão será, apenas, levantar questões e hipóteses aproveitando, para tanto, algumas das categorias analíticas utilizadas no presente trabalho. Não há a intenção de descer a fundo no exame da questão da Namíbia ou de tirar conclusões apressadas sobre os rumos das negociações sobre aquele território.

Retomando os três movimentos identificados como importantes para uma compreensão do fenômeno da transição da Rodésia para o Zimbábue - a internacionalização e o declínio do poder britânico, a correlação de forças, internamente, na Rodésia e a forma de inserção da questão rodesiana na região e no mundo - poderiam, dentro de certos limites, estabelecer-se alguns paralelos com a questão da Namíbia.

Quanto ao primeiro movimento, poderiam ser feitas as seguintes considerações. No caso da Namíbia não existe uma potência descolonizadora que pudesse assumir, como na Rodésia, a tarefa de conduzir o processo de negociação e a transição. Daí não ser possível dispensar-se o envolvimento da ONU, a autoridade legal sobre a Namíbia, e ter-se chegado ao esquema do Grupo de Contato, onde cinco países desenvolvidos repartem entre si a tarefa de condução do processo de negociação.

A liderança do processo tem sido assumida, em sua fase atual, pelos Estados Unidos, por duas razões, basicamente. A administração Reagan passou a adotar uma postura mais favorável à África do Sul, com seus reflexos sobre a questão da Namíbia. Os demais membros do grupo de contato deixaram que o ônus da defesa de tal posição, com seu corolário de introdução de modificações no plano da ONU, recaísse sobre os EUA. Por outro lado, os norte-americanos são os únicos com capacidade de exercer real pressão sobre Pretória ou de oferecer-lhe incentivos e garantias suficientes para envolvê-la numa negociação sobre a Namíbia.

O grau de internacionalização da questão na Namíbia, desde seu início, torna impossível qualquer arranjo a portas fechadas que passe por cima

da SWAPO e de seus apoios internacionais na África e no Terceiro Mundo em geral.

O segundo movimento tinha a ver com a correlação de forças, internamente, na Rodésia, em especial no plano militar. Aí, de novo, a situação da Namíbia apresenta semelhanças e discrepâncias em relação à situação na Rodésia. Do ponto de vista militar, a correlação de forças é bastante desfavorável à SWAPO e nem parece possível que tal situação possa ser modificada a curto prazo. A dispersão e pequena densidade populacional da Namíbia, a configuração física do território, o poderio militar sul-africano, são alguns dos fatores que tornam remota a possibilidade de uma vitória militar pela SWAPO. A longo prazo, contudo, a situação militar tenderia a tornar-se desfavorável para a África do Sul, sobretudo no norte do país, com o aumento do recrutamento de guerrilheiros na população e com a concentração de apoio da OUA e dos países da linha de frente à SWAPO. Do ponto de vista político, a experiência do Zimbábue demonstrou que os partidos que se associam ao poder, em situações desse tipo, como a "Democratic Turnhalle Alliance", no caso da Namíbia, são rejeitados em eleições livres, pela população. Tais partidos são vistos como colaborando com o elemento opressor e como incapazes de estabelecer a paz. A SWAPO, portanto, deverá vencer, caso se realizem eleições na Namíbia. O fato, contudo, de que a SWAPO parece ter seu apoio principal no grupo Ovambo, que representa apenas cerca de metade da população namibiana, poderia fazer com que a vitória da SWAPO não fosse tão determinante quanto a vitória da FP no Zimbábue. Não existe, contudo, na Namíbia uma divisão no movimento nacionalista como no Zimbábue. Só a SWAPO conduz a luta armada na Namíbia. Os demais partidos, ou colaboram com o regime de uma ou outra forma, ou tentam exercer um tipo de oposição muito qualificada.

Finalmente, há que examinar a constelação de forças na região e no mundo. Nos dois casos o fator mais importante é o crescente isolamento sul-africano. Na região, o processo de descolonização da Namíbia pode ser visto já claramente como a última etapa antes da batalha decisiva pela eliminação do racismo no próprio território sul-africano. A opção de Pretória de estabelecimento de uma constelação à sua volta, de Estados economicamente dependentes e incapazes de confrontá-la militarmente, é hoje claramente irrealizável. A África do Sul poderá, portanto, no máximo, retardar o inevitável, e tal retardamento envolverá um custo: o agravamento das tensões e a radicalização das soluções na região.

No mundo, a experiência da Rodésia parece demonstrar que mesmo países com nítidas simpatias pelos regimes de Salisbury e Pretória, quando confrontados com graves riscos a seus interesses na África negra não têm senão a opção de aceitar a impossibilidade da subsistência dos regimes racistas. Nesse contexto, é evidente, contudo, que o raio de manobra sul-

africano é muito superior ao que detinha o poder branco na Rodésia, tanto de um ponto de vista econômico, como de um ponto de vista militar. Os recursos minerais sul-africanos, em especial na área de minerais estratégicos, e o volume dos interesses econômicos dos países desenvolvidos na África do Sul dão-lhe melhores condições de barganha, mas não a eximem da necessidade de negociar.

Observam-se nas negociações sobre a Namíbia algumas marchas e contra-marchas semelhantes ao ocorrido na Rodésia. Não estando sob pressão insuportável para negociar, nem da SWAPO, nem dos países desenvolvidos, a África do Sul pode-se permitir escolher o melhor momento para aceitar uma fórmula para a Namíbia. Enquanto isso, a África do Sul vai obtendo, através da tergiversação e da pressão sobre a SWAPO e os países da linha de frente, concessões importantes.

A história da transição da Rodésia para o Zimbábue, contudo, demonstra que uma intransigência excessiva pode levar a que se perca o melhor momento para negociar. Do ponto de vista sul-africano, tal momento talvez seja agora, quando se combinam uma indiscutível superioridade militar sul-africana na região e uma conjuntura internacional favorável, com o novo Governo norte-americano. Além disso, a África do Sul ainda vive uma relativa tranqüilidade interna, o que lhe permite defender seu sistema fora de suas fronteiras.

O Grupo de Contato e, em especial, os norte-americanos parecem também ter tirado suas lições de Lancaster House. As modificações propostas ao plano da ONU, até onde se tem conhecimento, seguiriam a linha de Lancaster House: tentar obter acordo sobre questões constitucionais antes de ingressar na discussão do período de transição e do cessar-fogo; partir de acordos sobre princípios gerais e não de textos específicos; adotar um enfoque gradual obtendo acordo condicional sobre uma parte antes de passar à seguinte; calçar tal processo com gestões e consultas exaustivas tentando envolver o maior grupo possível de países, em particular os países da linha de frente, em apoio às propostas apresentadas.

Os processos são, contudo, distintos, tendo as analogias entre um e outro claras limitações. No caso da Namíbia, o apoio generalizado ao plano da ONU impede que se fuja demasiado do esquema nele contido, que diverge das propostas de Lancaster House. Mais ainda, as circunstâncias históricas não são as mesmas e, sobretudo, não há uma clara ameaça militar por parte da SWAPO. Nessas circunstâncias, a SWAPO, pressionada pelos países da linha de frente, em especial Angola, cujo território é objeto de ataques pela África do Sul e que enfrenta o problema da UNITA, terá que fazer concessões, e aliás já as vem fazendo. A lição da Rodésia, porém, é clara: nenhum arranjo será duradouro, por mais sofisticado que seja, se não envolver uma real transferência de poder à maioria negra. Quando confrontado com as medidas que Soames adotara

contra a ZANU durante a campanha eleitoral Mugabe declarara: "Nobody will play the fool with us. It does not matter how painful it may be - if forced to, we will return to war. We will not be intimidated by anybody ..."

BIBLIOGRAFIA CITADA

LIVROS

DAVIDSON, Basil — "Africa in Modern History - The Search for a New Society", Pelican Books, 1978.

DAVIDSON, SLOVO e WILKINSON — "Southern Africa - The New Politics of Revolution", Pelican Books, 1977.

HALLIDAY, Fred — "Arabia without Sultans", Pelican Books, 1979.

HUDSON, Miles — "Triumph or Tragedy? Rhodesia to Zimbabwe", Hamish Hamilton, London, 1981.

LOSMAN, Donald L. — "International Economic Sanctions - The Cases of Cuba, Israel and Rodesia", University of New Mexico Press, Albuquerque, 1979.

MARTIN, David e JOHNSON, Phylis — "The Struggle for Zimbabwe", Pelican Books, Faber & Faber, London, 1981.

MEREDITH, Martin — "The Past is Another Country - Rhodesia: UDI to Zimbabwe", Pan Books, London, 1981.

MORRIS-JONES, W.H. e AUSTIN, Dennis Eds. "From Rhodesia to Zimbabwe - Behind and Beyond Lancaster House", Frank Cass, London, 1980.

WINDRICH, Elaine "Britain and the Politics of Rhodesian Independence", Croom Helm, London, 1978.

ZACKLIN, Ralph "The United Nations and Rhodesia - A Study in International Law", Praeger Publishers, New York, 1974.

ARTIGOS

DAVIDSON, Ian — "The Alarming Implications of Success over Rhodesia", Financial Times, 09/11/79.

GREGORY, Martin — "Rhodesia: from Lusaka to Lancaster House", The World Today, vol. 36, nº 1, Janeiro, 1980, p.11 a 18.

"The 1980 Rhodesian Elections: a First-Hand Account and Analysis", The World Today, vol. 36, nº 5, Maio 1980, p. 180 a 188.

HUDSON, Miles — "The Rhodesian Elections: A Basis for the Future", The World Today, vol. 35, nº 8, Agosto, 1979, p. 324 a 331.

LEGUM, Colin — "The African Crisis", Foreign Affairs, vol. 57 nº 3, p. 631 a 651.

OTTAWAY, David — "Africa: U.S. Policy Eclipse" Foreign Affairs, vol. 58, nº 3, p. 637 a 658.

PALLEY, Claire — "Carrington's Recipe for Discord", Guardian, 15/10/79.

SMILEY, Xan — "Zimbabwe: Lancing the Boil", Spectator, 24/10/79.

SOAMES, Lord — "From Rhodesia to Zimbabwe", International Affairs, vol. 56, nº 3, Summer 1980, p. 405 a 419.

WASSERMAN, Gary — "Rhodesia is not Kenya", Foreign Policy, nº 33, Winter 78/79, p. 31 a 44.

WINDRICH, Elaine — "The Anglo-American Initiative in Rhodesia: an Interim Assessment", The World Today, vol. 35, nº 7, Julho, 1979, p. 294 a 305.

RELATÓRIOS E OUTRAS PUBLICAÇÕES

"Rhodesia: Proposals for a Settlement" - Presented to Parliament by the Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs - September, 1977 - HMSO, Cmnd. 6019.

"Southern Rhodesia: Report of the Constitutional Conference" Lancaster House, London, September - December 1979. Presented to the Parliament by the Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs, January, 1980 - HMSO, Cmnd. 7802.

"Memorandum by the Overseas Development Administration (FCO) for the Overseas Development Sub-Committee: Zimbabwe: The British Aid Programme" ODA, 15 January, 1981.

"Rhodesia and the Anglo-American Proposals", Ministry of Information, Immigration and Tourism, Government of Rhodesia, February, 1977.

"The Commonwealth Conference", Statement by the Prime Minister, Ministry of Information, Immigration and Tourism, Government of Zimbabwe Rhodesia, July, 1979.

"An Analysis of the Illegal Regime's 'Constitution for Zimbabwe Rhodesia'", Commonwealth Secretariat, London, 22 March, 1979.

"Report to the Prime Minister on the Election Held in Zimbabwe/Rhodesia in April 1979." (The Boyd Report) mimeo.

"Rhodesia: Some Notes on the Lancaster House Conference on Rhodesia", Catholic Institute for International Relations, mimeo.

PUBLICAÇÕES GERAIS

Jornais : The Times, The Financial Times, The Guardian, The Daily Telegraph.

Revistas: The Economist, Africa Confidential.

Keesing's Contemporary Archives.

SIGLAS UTILIZADAS

A N C	African National Congress
A N C	African National Council
D A R E	Dare re Chimurenga (Council of the Revolution)
D U I	Declaração Unilateral de Independência
E U A	Estados Unidos da América
F C O	Foreign and Commonwealth Office
F N L A	Frente Nacional para a Libertação de Angola
F O	Foreign Office
F P	Frente Patriótica
FRELIMO	Frente para Libertação de Moçambique
FROLIZI	Front for the Liberation of Zimbabwe
H M S	Her Majesty's Ship
MOLINACO	Movimento de Libertação Nacional dos Comoros
M P L A	Movimento Popular de Libertação de Angola
N D P	National Democratic Party
N D U	National Democratic Union
NIBMAR	No Independence Before Majority African Rule
O U A	Organização da Unidade Africana
O N U	Organização das Nações Unidas

P A I G C	Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde
P C C	People's Caretaker Council
P F	Patriotic Front
R A P	Rhodesia Action Party
R F	Rhodesian Front
R P	Rhodesian Party
S A A N C	African National Congress of South Africa
S W A P O	South West Africa People's Organization
U A N C	United African National Council
U D I	Unilateral Declaration of Independence
U N	United Nations
U N F P	United National Federal Party
U N I T A	União Nacional pela Independência Total de Angola
Z A N L A	Zimbabwe African National Liberation Army
Z A N U	Zimbabwe African National Union
Z A P U	Zimbabwe African People's Union
Z D P	Zimbabwe Democratic Party
Z I P A	Zimbabwe People's Army
Z I P R A	Zimbabwe People's Revolutionary Army
Z L A	Zimbabwe Liberation Army

Z N F	Zimbabwe National Front
Z U P O	Zimbabwe United People's Organization.
Z L C	Zimbabwe Liberation Council

(1) Em sua análise do Iêmen do Sul e da Federação da Arábia do Sul, Fred Halliday indica: "British imperialism has often tried to use federations to bolster its residual imperial ambitions and weak local clients; in the West Indies, in the Central African Federation, in the Malaysian Federation these attempts were all defeated by the artificiality of the British administrative creations and their inability to resolve internal splits or defeat nationalist forces". ("Arabia without Sultans", p.173). Halliday aponta duas fraquezas no esquema britânico na Arábia: a artificialidade da criação e as forças nacionalistas. *Mutatis mutandis* a análise de Halliday aplica-se à Federação Centro-Africana.
(2) "The political consequences of federation were also favourable to Rhodesia's whites. They retained, with their own (territorial) government and Prime Minister, complete control over their internal affairs, while Britain further reduced the constitutional powers at its disposal. The Federal government ran the external affairs, defense and economic development of all three territories and was allowed to acquire membership to international organizations and receive diplomatic and consular representatives". (Meredith, "The Past is Another Country", p. 23).
(3) Nkomo foi um dos dois políticos negros rodesianos que compareceram à Conferência de Lancaster House de abril/maio de 52, na qual se iniciou a negociação da constituição federal. A participação de representantes africanos visava atender a uma exigência britânica de que a maioria da população rodesiana estivesse representada. Tais representantes não tiveram, contudo, qualquer possibilidade de influir no resultado dos trabalhos. Nkomo teria declarado ao final da Conferência que a maioria de suas preocupações com a Federação estavam dissipadas, mas que a aceitação da idéia pela população negra na Rodésia requereria mudanças no sentido de uma real parceria entre as raças. Na Rodésia do Norte e na Niassalândia o movimento negro manteve-se em clara oposição à Federação. Nkomo, posteriormente, passou a criticar a Federação, o que não o impediu de candidatar-se a uma das cadeiras na Assembléia Federal. É interessante como as oscilações de Nkomo em relação à Federação prefiguram seu comportamento em ocasiões posteriores, em especial na Conferência Constitucional de 61 (in Hudson, "Triumph or Tragedy? Rhodesia to Zimbabwe", p. 28 e Meredith, obra citada, p. 26).
(4) Huggins, que dominou a política rodesiana por um período de vinte anos, era claro defensor de uma política de "desenvolvimento separado", que ficou conhecida sob o nome de política das "Pirâmides Gêmeas". Sobre o tema de uma parceria entre brancos e negros, Huggins expressou-se assim como Primeiro Ministro da Federação: "as a junior in this case, the native gradually works himself up in the business". Em outra ocasião ele definiu a parceria entre brancos e negros como "uma parceria entre o cavalo e o cavaleiro". Seus ouvintes nunca tiveram qualquer dúvida em identificar quem era quem. (Meredith, obra citada, p. 24).
(5) O Reino Unido detinha na realidade amplos poderes na Rodésia, inclusive os de legislar para o país e de vetar leis que discriminassem contra a população africana. É significativo que, durante o período que vai da transformação da Rodésia em colônia com governo próprio até a declaração unilateral de independência em 65, só nesta oportunidade utilizou o Governo britânico seu poder de veto. Durante todo o período, contudo, foram sendo agregadas leis discriminatórias e segregacionistas, à legislação rodesiana, a principal das quais foi o Land Apportionment Act de 1931 que garantiu para a minoria branca a maior parte das terras na Rodésia, segregando a população negra em áreas menos férteis (ver Hudson, obra citada, p. 21 e Meredith, obra citada, p. 20 a 22).
(6) "The principal aim of the Rhodesians was to acquire virtual autonomy under white minority rule, making as few concessions as possible to avoid alienating the white electorate, but enough to give the British government the impression of liberalization. They specifically wanted Britain to terminate its reserve powers; this would be the final step before full independence. The British government was anxious to disengage from Rhodesia and was prepared to give Rhodesians the degree of autonomy they wanted provided African advancement was recognizably established" (Meredith, obra citada, p. 31).
(7) Em declaração de imprensa após a Conferência, o NDP afirmava: "We feel that the new provisions have given us a certain amount of assurance that the country will not pursue policies which mean that Africans will be perpetually unable to control their country ... Above all, we are to have a new constitution which is an achievement resulting from the pressures of the NDP, a thing never before thought of in this country". (Anthony R. Wilkinson, "From Rhodesia to Zimbabwe", in Davidson, Slovo & Wilkinson, "Southern Africa: The New Politics of Revolution", p. 233).
(8) Hudson, obra citada, p. 36.
(9) Telegrama de Leopold Takawira à Nkomo protestando contra a aceitação da constituição de 1961 pela liderança do NDP. O telegrama de Takawira desencadeou uma reavaliação pelo NDP da Constituição, que terminou com sua rejeição pela executiva do Partido, seguida da decisão de boicotar

o *referendum* sobre a nova constituição (ver Martin & Johnson, obra citada, p. 68).
(10) A legislação discriminatória e restritiva na Rodésia e seus efeitos sobre a população africana estão descritos na obra citada de Martin & Johnson (p. 52 a 63). Como a relação mostra, o Governo rodesiano dispunha de todo um conjunto de leis passadas antes de 1961 que serviriam para seguir impedindo a ascensão da população negra.
(11) Windrich, "Britain and the Politics of Rhodesian Independence", p. 13.
(12) Citação de Ian Smith contida em Meredith (obra citada, p.35). Os pronunciamentos de Smith e dos outros políticos da RF (por exemplo Winston Field, Clifford Duppont), em 1962, não deixam dúvidas sobre suas intenções de defesa da supremacia branca.
(13) Uma descrição pormenorizada dos sucessivos encontros entre diplomatas e políticos britânicos e entidades do Governo rodesiano com vistas a encontrar uma solução para o impasse criado pela ascensão do RF ao poder encontra-se em Windrich (obra citada, p. 14 a 26).
(14) No manejo da causa da independência na Rodésia nota-se um interessante movimento cumulativo. A independência era a bandeira do RF e, dentro do partido, de Smith, contra os demais partidos brancos. Com tal bandeira o RF radicaliza o eleitorado branco em torno de uma política de supremacia branca com o *slogan* "Rodésia acima de tudo". Nessa perspectiva, os esforços britânicos por negociar algum tipo de modificação na constituição de 61 com vistas a tornar mais provável um Governo de maioria, são vistos como uma ameaça à sobrevivência dos brancos e, portanto, da civilização na Rodésia. Convencidos disso, os rodesianos passam a pressionar em favor de uma DUI que, ao ocorrer em 65, representa, ao mesmo tempo, a culminação da campanha do RF e o atendimento a uma reivindicação impostergável do povo rodesiano.
(15) "The true explanation of UDI was that independence became a test of virility for the majority of the whites in Rhodesia. The fact that Zambia and Malawi, in particular, had obtained their independence and that, unless they were prepared to agree to conditions which to them were impossible, the Rhodesians were to be refused similar treatment, was an insufferable affront to their dignity. Their country had a far higher standard of living for blacks and whites than did either Zambia or Malawi. They had an extremely efficient and incorruptile civil service and a buoyant economy. As they saw it, apart from a few agitators, their Africans were content, living under a civilised and civilising Government which understood and did its best to cater for the needs of Rhodesian society. They believed that Britain, already after Suez on the wane as a world power, did not begin to appreciate the true situation. "Free us from the shackles of Britain", they said, "and we will really take off. Just leave us alone and we will deal with our own problems in our own way. As long as Britain has the responsibility, world interest will continue to focus on us with the Commonwealth, the OAU, the United Nations and every other ignorant busy-body meddling in our affairs and exciting our Africans to ever greater violence and bitterness". (Hudson, obra citada, p. 47 e 48). Para uma opinião diferente sobre o porque da independência ver Windrich (obra citada, p. 57): "But what the Rhodesian Front needed independence for - and this point was not lost on Sir Robert Tredgold, although it was on successive British negotiators - was to control the pace of African advance. It was arguable that they already possessed such powers in the 1961 Constitution - under which the more realistic estimates for African majority rule were about forty years - and that had they been willing to operate under the *status quo* they would have achieved the same objective for which they were claiming independence. But they were convinced that the retention of the British connection provided the Africans with a last remaining hope of intervention on their behalf. Once they had made the final break with Britain, they would be able to render ineffective the safeguards for the Africans which had been included in the 1961 Constitution in exchange for the withdrawal of Britain's reserve powers".
(16) Reproduzo, a seguir, os famosos cinco pontos ideados, segundo uns, pelo Governo de Douglas-Home (Meredith, obra citada, p. 51 e Windrich, obra citada, p. 40) e, segundo outros, desenvolvidos por Wilson e por Arthur Bottomley, seu Secretário da Commonwealth (Hudson, obra citada, p. 45): "(1) the principle and intention of unimpeded progress to majority rule already enshrined in the 1961 Constitution would have to be maintained and guaranteed; (2) there would also have to be guarantees against retrogressive amendment of the Constitution; (3) there would have to be immediate improvement in the political status of the African population; (4) there would have to be progress towards ending racial discrimination; (5) the British Government would need to be satisfied that any basis proposed for independence was acceptable to the people of Rhodesia as a whole". Todos concordam, contudo, em que a adição de um sexto princípio às negociações decorreu de decisão de Wilson. O sexto princípio tinha a seguinte redação: "The need to ensure that, regardless of race, there

is no oppression of the majority by the minority or of the minority by the majority". Como todos os bons princípios, estavam formulados de forma genérica, o que garantia a necessária flexibilidade para o Governo britânico.

(17) Windrich, obra citada, p. 49.

(18) Uma das características da ideologia do RF é uma visão paranóica do mundo em que a Rodésia aparece como a nação incompreendida e perseguida. Nas palavras de Meredith (obra citada, p. 48): "Smith believed he was misunderstood by the rest of the world. He saw Rhodesia as a unique case, an oasis of order, which must have been obvious to anyone who took the trouble to find out the facts for himself. The whites had already given the African people the enormous benefits of Western civilization, raised them from a primitive level, endowed them with the ability to develop their own society along modern lines. There was no need to appease world opinion just because the rest of the world was too corrupted, too prejudiced, too subverted to perceive the advantages that white rule gave all the people of Rhodesia". Essa paranóia contém um forte elemento de repulsa a uma realidade vista como hostil e a defesa de um ordenamento "interno" justo. Como tal, parece um tipo de ideologia mais geral, encontrável em casos como o da África do Sul e Israel.

(19) Sobre o tema, ver a seção seguinte do trabalho.

(20) O episódio da "indaba" merece ser descrito por suas características tragicômicas, mas ao mesmo tempo elucidativas, do clima em que se processaram as negociações entre o Reino Unido e a Rodésia entre 62, ano da subida do RF ao poder, e 65, quando houve a DUI. Um dos entraves à concessão da independência pelo Reino Unido à Rodésia era o fato de que os britânicos insistiam em uma demonstração majoritária de opinião favorável à independência, dentro da constituição de 1961. Smith pensou encontrar uma saída para a objeção britânica convocando uma assembléia dos chefes tribais ("indaba", de acordo com o costume Ndebele). Na descrição de Meredith (obra citada, p. 52): "In October, some six hundred chiefs and headmen were assembled at Domboshawa, twenty-five miles from Salisbury, in strict secrecy, to give their views. The meeting was not publicly revealed until it began; the area was surrounded by security forces; and the press was kept away until the last day of the five-day discussion. The chiefs duly gave their opinion unanimously. 'Let the strings be cut today; we, the African chiefs and headmen of Rhodesia, have made our decision', one anonymous chief was quoted by the government as saying". O Governo britânico, contudo, não se impressionou e rejeitou a representatividade dos chefes tribais. Estes tinham sido convertidos em meros funcionários públicos, agentes pagos pelo Governo rodesiano. Sua atuação durante toda a guerra civil na Rodésia será sempre de apoio ao Governo de Salisbury. Smith em várias oportunidades utilizará tal apoio para demonstrar a docilidade dos "nativos".

(21) O episódio da criação da ZANU está descrito em Martin & Johnson (obra citada, p. 70 e 71); em Meredith (obra citada, p. 38 a 40); em Hudson (obra citada, p. 43 e 44); em Wilkinson (obra citada, p. 227 e 228). Os autores concordam em que inicialmente o elemento central na cisão foi a insatisfação com a liderança de Nkomo. A criação da ZANU não eliminará, contudo, o faccionalismo no movimento nacionalista. Os dois partidos seguirão sendo vítimas de lutas internas. No caso da ZANU logo se observa uma dissenção entre a ala dos políticos e a ala militar do Partido, dissenção que só será superada com a substituição de Sithole por Mugabe na liderança do partido.

(22) Logo após a criação da ZANU, o partido é banido na Rodésia e toda sua liderança inicia um período de cerca de 10 anos de detenção. Igual sorte cabe a Nkomo e ao seu People's Caretaker Council (PCC), movimento que havia criado para substituir a banida ZAPU. O fato de que os líderes dos dois partidos estavam presos e que a luta política teve que prosseguir através de uma segunda linha de liderança no exílio contribuiu para as querelas internas e os ataques mútuos que caracterizam a história da ZAPU e da ZANU.

(23) Muito se escreveu sobre os alinhamentos tribais da ZANU e ZAPU. Apesar de os dois partidos rejeitarem abertamente qualquer conotação tribal e de explicitamente condenarem tentativas de introdução de elementos tribais na política do Zimbábue, o resultado da eleição de 1980 indica que o voto nas áreas Shona se concentrou na ZANU e nas áreas Ndebele na ZAPU. Durante a vida dos dois partidos, elementos tribais às vezes também ressurgiam como, por exemplo, na luta interna na ZAPU entre elementos Zezuru liderados por Chikerema e elementos Kalanga/Ndebele liderados por Jason Moyo, ou ainda na luta na ZANU entre Manykas, liderados por Nhari, e Karangas chefiados por Tongogara, que redundou em episódios de extrema violência durante as quais vários comandantes guerrilheiros foram mortos. O primeiro capítulo do livro citado de Hudson contém uma rápida descrição da formação da Rodésia e do papel dos Shona e Ndebele no período inicial da história rodesiana.

(24) Sobre as forças armadas da Rodésia, Meredith (obra citada, p. 55) indica: "Rhodesia's armed forces were small but efficient. They had been bequeathed to the Rhodesian government by Britain at the break-up of the Federation, two years after Welensky had re-equipped them with Hunter jets (ground attack fighters), armoured cars, artillery, helicopters and a Special Air Services (paratroop) unit. The regular army comprised 3,400 men, of whom 1,000 were African. The air force possessed three squadrons of Hunter, Vampire (fighter bombers) and Canberra jets (light tactical bombers) and transport, reconaissance and helicopter squadrons". Sobre a reação internacional à complacência britânica na transferência para a Rodésia da maior parte dos efetivos, ver Windrich, obra citada, p. 16. O assunto foi inclusive objeto de debate no Conselho de Segurança da ONU que aprovou resolução solicitando ao Reino Unido que não transferisse para a Rodésia os efetivos militares da Federação.
(25) O Comitê de Liberação da OUA (Argélia, Egito, Etiópia, Guiné, Congo (Zaire), Nigéria, Senegal, Uganda e Tanzânia) em reunião em Dar-es-Salaam em dezembro de 1963 reconheceu os dois movimentos (ZANU e ZAPU) na Rodésia. (Martin & Johnson, obra citada, p. 71).
(26) Uma indicação interessante da reversão de expectativas produzida na população branca com a ascensão ao poder do RF pode ser encontrada nas estatísticas de imigração. Após um período de saldos negativos no balanço imigratório nos anos de 61, 62, 63 e 64, inicia-se em 65 um período de saldos positivos. No período de 65 a 72, quando a supremacia das forças rodesianas de segurança é total, o fluxo líquido de imigrantes brancos corresponde a 38.050 pessoas. (ver Wilkinson, obra citada, p. 231, para estatísticas de imigração branca na Rodésia entre 1960 e 1975 e sua correlação com violações do Law and Order Maintenance Act, legislação sob a qual eram acusados os nacionalistas na Rodésia).
(27) Meredith, obra citada, p. 56.
(28) O último recurso de Wilson foi um telefonema para Smith na noite de 11 de novembro, momentos antes da DUI durante o qual, segundo Windrich, Wilson "went to the very limits of concession to meet all of the Rhodesian objectives to his original conception of the role of the Royal Commission". A atitude de Wilson neste último esforço de negociação pré-DUI contém, numa pílula, toda a história das negociações até então desenroladas: a impotência britânica leva à busca desesperada de soluções de compromisso que se enredam em questiúnculas legais (no caso o mandato da Royal Commission que examinaria emendas à constituição de 61 e sua aceitabilidade pelo povo da Rodésia) os quais passam a ser vistos como a chave para um acordo numa leitura inteiramente equivocada da situação na Rodésia e da dinâmica gerada pelo domínio do RF na política rodesiana.
(29) As declarações iniciais de Wilson eram de que "sanctions might well bring the rebellion to an end within a matter of weeks rather than months". Além disso a DUI havia eliminado a possibilidade de uma solução negociada: "we cannot negociate with an illegal regime" (Meredith, obra citada, p. 60).
(30) Uma das formulações da cláusula NIBMAR é a contida na carta de Wilson ao político africano E. Mutasa: "The Labour party is totally opposed to granting independence to Southern Rhodesia so long as the government of that country remains under the control of a white minority". Logo, contudo, Wilson estará qualificando tal afirmação com frases indicando que um governo de maioria só poderia ser alcançado "when achievement warranted it". (ver Windrich, obra citada, p. 31 e Meredith, obra citada, p. 55).
(31) Essa frase é um dos *slogans* de Smith e revela o espírito em que o RF encarava as negociações com o Reino Unido sobre os direitos da população africana. No auge do poderio branco, Smith declara: "There will be no majority rule in my life-time or in my children's". (in Meredith, obra citada, p. 62).
(32) As conversações "informais" realizaram-se em Londres e Salisbury entre maio e novembro de 1966 e lançaram as bases para a reunião no HMS Tiger.
(33) Ver nota 16 no capítulo anterior.
(34) O acordo do Tiger e sua correlação com os princípios que demarcavam a postura negociadora britânica são assim apresentados por Windrich, obra citada, p. 102 e 103: "From the text of the White Paper it was evident that the Government's main concern was to establish that the requirements laid down by the Six Pinciples had been met. By far the most doubtful claim related to the First Pinciple - unimpeded progress towards majority rule - for which no convincing evidence was provided. The Second Principle - no retrogression - was allegedly met by establishing a blocking mechanism, in the form of twenty-five elected Africans (a three-quarters majority of both Houses being required to amend the entrenched clauses of the Constitution), and by providing for a right of appeal agains the amendment of these clauses, in the first instance to a Constitutional Commission in Rhodesia and from

there, as of right, to the Judicial Committee of the Privy Council. The Third Principle - immediate improvement in the political status of Africans - was envisaged as an extension of the "B" roll seats from fiftheen to seventeen (the Europeans had fifty) and the creation of fourteen African seats in the new Senate, of which eight would be elected and six chosen by Chiefs. To meet the Fourth Principle, a Royal Commission would "study and make recommendations" on racial discrimination, in particular land apportionment, and a Standing Committee would keep the problem under review. Under the Fifth Principle, the agreed settlement would be submitted to the people of Rhodesia as a whole by a Royal Commission, whose composition and terms of reference would be agreed by the British Government and the 'legal interim administration'. If the settlement were shown to be acceptable, the British Government would introduce legislation to grant independence and the two Governments would negotiate a treaty guaranteeing the independence constitution. Before this stage had been reached, however, with the restoration of 'legal government', the British Government would take action to bring about the immediate discontinuance of sanctions".

(35) O ambiente no RF é assim descrito por Meredith (obra citada, p.61): "Party members demanded an end to negotiations with Britain, the establishment of a republic and a new constitution devised by Rhodesians themselves. Resolutions at the 1967 RF congress called for legislation to prevent Asian and coloured (mixed race) infiltration into white residential areas, a ban on multiracial school sports fixtures and miscegenation".

(36) As novas concessões incorporadas nas propostas do Fearless são enumeradas por Windrich (obra citada, p. 144): "Under the Fearless proposals, Mr. Smith's regime, suitably "broad-based", but still with a majority of Rhodesian Front members, would remain in power while the proposals were submitted to the test of acceptability, thus remaining in control of the security system and the media of communication. Even if the test went against the regime, a second UDI would not be necessary, because Mr. Smith's administration would still be in power, although sanctions would remain in force. Other changes, which represented further British concessions to Rhodesian pressure, involved a weakening of the Tiger provisions for ending racial discrimination and for obtaining the release of detainees".

(37) Em Windrich (obra citada, p. 153). Logo a seguir as modificações introduzidas pela constituição de 1969 são assim descritas: "The proposed scheme established separate voters rolls for the two races (the common roll was regarded as 'distasteful'); it limited African representation by setting income tax contributions as the qualification for increasing membership (fewer than 1,000 Africans paid only 0.5 per cent of the total personal income tax); it ruled out African majority rule by setting parity as the maximum representation obtainable; it enshrined the division of land between the races in the Land Tenure Act; and it provided that the Declaration of Rights would not be enforceable in the courts". (Windrich, obra citada, p. 153 e 154). Cálculos feitos com base nas taxas históricas de crescimento da renda per capita da população africana na Rodésia indicam que a paridade entre a representação branca e a negra ocorreria após 460 anos (ver Hudson, obra citada, p. 78 e 79).

(38) Não sendo a atuação da ONU na Rodésia central para o entendimento da evolução do assunto e não constituindo tal atuação o foco do presente trabalho, não se pretende analisar o desenvolvimento do assunto da Rodésia nas Nações Unidas a não ser de forma incidental. Serão citados, apenas, aqueles momentos em que a ONU teve algum papel mais relevante na questão, bem como as resoluções mais importantes sobre a matéria.

(39) Vale reproduzir o seguinte parágrafo da Declaração de Lusaca: "We would prefer to negotiate rather than destroy, to talk rather than kill. If peaceful progress to emancipation were possible or if changed circumstances were to make it possible in the future, we would urge the resistance movements to use peaceful methods of struggle even at the cost of some compromise on the timing of change. But while peaceful progress is blocked by actions of those at present in power in the states of southern Africa, we have no choice but to give the peoples of those territories all the support of which we are capable". (in Meredith, obra citada, p. 149).

(40) Wilkinson (obra citada, ps. 232 e 246) discute as duas principais estratégias de liberação da África austral: a de uma luta simultânea em todas as áreas e a de um escalonamento na luta com concentração de recursos nas áreas onde as perspectivas de sucesso eram maiores. A OUA termina por endossar a última alternativa e após a liberação das colônias portuguesas decide concentrar recursos na liberação do Zimbábue e da Namíbia (Declaração de Dar-es-Salaam sobre a África Austral, de abril de 1975, in Wilkinson, obra citada, p. 240).

(41) O partido conservador não tinha uma posição monolítica sobre a questão rodesiana. A ala esquerda

do partido aproximava-se da postura trabalhista majoritária, (no trabalhismo também militavam distintas correntes de opinião) ou seja, apoiava uma combinação de sanções e negociação, enquanto que a ala direita do partido era totalmente contrária à imposição de sanções e favorecia uma acomodação com Smith a qualquer preço. Para uma exposição detida dos dilemas dos conservadores no tratamento da questão rodesiana ver Hudson (obra citada, especialmente p. 60 a 72). Hudson conhece o tema, uma vez que é membro do partido conservador e foi secretário político de Sir Alec Douglas-Home.

(42) Windrich, obra citada, p. 166.

(43) Meredith (obra citada, p. 80), resume assim o resultado das negociações entre Home e Smith: "The Anglo-Rhodesian agreement of 1971 was indeed a victory for Smith. Although the proposals were complex and ambiguous, they clearly meant a continuation of white rule until at least the end of the century. One estimate, by Dr. Claire Palley, an expert on Rhodesian constitutional law, put the earliest year when majority rule could be achieved as 2035. Sanctions were to be lifted and Smith's "world-beater" constitution of 1969 was to remain in force with few amendments. There were no external safeguards to prevent Smith from altering the agreement at a later stage; no provision for the repeal of the government's sweeping security laws; no guarantee that racial discriminatory measures would be abandoned; and no assurance that political detainees would be released. Ultimately the full implementation of the deal depended solely on the willingness of the white minority". Para outras visões do acordo ver Windrich, obra citada, capítulo 9, intitulado, significativamente, "The Salisbury Sell-Out" e Hudson, obra citada, capítulo 4, onde se tenta uma defesa do acordo.

(44) Meredith, obra citada, p. 84.

(45) Hudson, obra citada, p. 99.

(46) Para uma comparação entre os princípios britânicos e o acordo Home-Smith ver Windrich (obra citada, p. 176 a 182), que declara: "it was inconceivable that the Home-Smith terms could be regarded as anywhere near approaching the requirements laid down in the Five Principles, however imprecise they migth be".

(47) Meredith, obra citada, p. 99.

(48) Windrich, obra citada, p. 183.

(49) Windrich, obra citada, p. 182.

(50) Até 1970 as baixas dos guerrilheiros foram de 171 mortos e as das forças rodesianas e sul-africanas 14. Essas cifras revelam não só a superioridade das forças brancas mas também a pequena extensão do movimento guerrilheiro onde operações isoladas, sem o apoio da população, redundavam na identificação e liquidação rápida dos guerrilheiros.

(51) As dissenções na liderança da ZAPU impedem, por exemplo, que o movimento se engaje na luta armada ao lado da FRELIMO, seu aliado original. Nas palavras de Silundika, um dos líderes da ZAPU: "our friends approached us when we had real difficulties. Any decision had to be taken by the full executive committee, including Chikerema, and at the time he was not co-operating with J.Z.(Moyo). The war council, which comprised Moyo and Chikerema and a few commanders, was no longer working. So paralysis was starting within ZAPU" ... (in Martin & Johnson, obra citada, p. 18). Chikerema parecia favorecer ataques de estilo mais convencional e é responsabilizado pelo insucesso das operações iniciais do ZAPU. Moyo favorecia uma tática mais nítida de guerra de guerrilhas. Além dessas divergências, Chikerema é atacado por seu autoritarismo.

(52) As operações iniciais da ZAPU foram um total fracasso. As infiltrações de grandes contingentes de guerrilheiros, sem qualquer trabalho de preparação, levavam a sua fácil identificação e liquidação em combates convencionais em que a superioridade das forças rodesianas era completa. Os laços com a SAANC levaram à intervenção militar direta da África do Sul no conflito dificultando ainda mais a luta na Rodésia. As tropas sul-africanas permanecerão na Rodésia até às vésperas da independência do país.

(53) Kaunda se verá constantemente envolvido nos episódios de lutas internas nos dois movimentos e nos ataques de um ao outro. Durante a crise na ZAPU, com o enfrentamento entre Chikerema e Moyo, o Governo de Zâmbia deportou 129 membros do partido para a Rodésia numa tentativa de acabar com os ataques de uma facção à outra. Mais tarde o Governo de Zâmbia prenderá uma parte da liderança da ZANU, inclusive o comandante guerrilheiro Tongogara, no episódio do assassinato de Chitepo. A posição de Zâmbia e de Kaunda durante a luta na Rodésia é difícil: a economia do do país será uma das mais afetadas pelo bloqueio da Rodésia; a presença de bases guerrilheiras em seu território levará a incursões rodesianas contra o país; as querelas internas nos movimentos e as dissenções entre ZAPU

e ZAPU tenderão a se refletir na política interna de Zâmbia e criarão sérios problemas de segurança para Kaunda.

(54) Nas palavras de um dos comandantes da ZANU: "We had to convince the masses why we were fighting so they could not turn and call us bandits or terrorists, as Smith was calling us". (Martin & Johnson, obra citada, pg. 88). Logo a seguir no texto a estratégia da ZANU nesse período é assim definida: "Approaching the masses, in a new area of operation had three aspects, according to Tongogara. The first was to know thoroughly and understand the area and how it functioned. Second, 'you've got to study the characteristics of your people within that area'. The third element was that if word of the process leaked out and the 'enemy pursues you, you must be prepared to fight'. This was the key element of ZANU strategy that their opponents never really understood: that (until the war entered a new and more conventional stage at the beginning of 1978) ZANLA was not on the offensive but was engaged in defending the process of mass mobilization".

(55) Martin & Johnson (obra citada, p. 20) assim se manifestaram sobre a questão: "Soon after, having failed to persuade ZAPU to operate from Tete, FRELIMO finally agreed to allow ZANLA guerrillas and armaments - then all supposedly for FRELIMO - to pass through Tete into north-eastern Rhodesia. All these negotiations had been kept secret. In the case of both ZANU and ZAPU only a handful of people know about them to this day. Yet this series fo meetings contributed to changing the course of Zimbabwe's history. Had ZAPU actively responded to the opportunity that FRELIMO not only offered but implored them to take, then ZIPRA and not ZANLA would have had Mozambique as its vital rear base and the nature and outcome of the struggle for Zimbabwe might have been very different". Note-se, contudo, que a ZIPRA teria sérios problemas para operar a partir de Moçambique. Em primeiro lugar, as ligações da ZIPRA eram com Zâmbia onde estavam suas bases a partir das quais foram lançadas as operações iniciais. Em segundo lugar, as operações através do Zambezi no norte da Rodésia se justificavam pela mais clara filiação Ndebele da ZAPU. Para a ZANU, contudo, as áreas Shona próximas a Moçambique eram um território onde o apoio popular poderia ser mais facilmente obtido.

(56) Para análise da estrutura da economia rodesiana antes e depois da imposição das sanções e uma discussão do impacto potencial e efetivo das sanções na Rodésia ver Losman ("International Economic Sanctions - The Cases of Cuba, Israel and Rhodesia", p. 80 a 123). A conclusão de Losman é a de que: "The sanctions promulgated against Rhodesia have, with de exception of 1966, been unable to stop economic growth in that country, although without a doubt they have reduced growth below its potential".

(57) Uma descrição pormenorizada das medidas adotadas encontra-se em Windrich, obra citada, p. 63 e 64; 69 a 71; 78 e 79; e 84 a 86.

(58) Para um exame do papel da ONU na questão rodesiana, inclusive com a discussão das questões legais envolvidas nos debates, ver Zacklin, "The United Nations and Rhodesia - A Study in International Law".

(59) Windrich, obra citada, p. 64.

(60) Para uma descrição das medidas ver Zacklin, obra citada, p. 51.

(61) Losman, obra citada, p. 115.

(62) As sanções forçam a Rodésia a uma crescente dependência da África do Sul o que criará condições para a efetividade das pressões sul-africanas sobre Smith. Um relatório do "Economist Intelligence Unit" de 1968, citado por Losman, ressalta a dependência rodesiana da África do Sul e Moçambique: "A comparison of the trade figures ... suggests that 80-85 per cent of Rhodesian trade is now with South Africa or Mozambique or through middlemen in those countries". (Losman, obra citada, p. 97).

(63) As sanções não só levaram à radicalização da população branca, como conduziram ao descrédito da oposição branca ao RF ao não produzirem as consequências catastróficas previstas pelos líderes dessa oposição no seu combate à DUI.

(64) O objetivo da viagem de Smith a Lisboa em outubro de 72 era manifestar preocupação ante a situação da campanha militar em Moçambique, em especial na província de Tete, onde as tropas portuguesas pareciam incapazes de controlar a situação. A resposta de Marcello Caetano foi clara: "Some of our neighbours with less experience do not conceal their fears and, in this way, play the enemy's game". "They have been told more than once that there is no reason for this great fright". (Meredith, obra citada, p. 107).

(65) Ainda em março de 74, Smith manifestava sua confiança na capacidade dos portugueses em controlar a situação: "We are concerned, as I think the people in Mozambique and Portugal are, at

the manner in which the terrorists do seem to have gained ground. However, I am satisfied that it is the intention of the Portuguese Government to get on top of this problem and eventually push the terrorists out and we must all work to this end". (Martin & Johnson, obra citada, p. 115).

(66) 80% das exportações rodesianas, principalmente cromo, tabaco, açúcar e carvão, saíam pelos portos de Beira e Lourenço Marques. Quando Machel fechou a fronteira entre Moçambique e a Rodésia em 3 de março de 1976, o tráfego ferroviário entre a Rodésia e Moçambique ainda era de cerca de 2 milhões de toneladas anuais, apesar da redução intencionalmente efetuada pelas autoridades rodesianas após 1974. (Meredith, obra citada, p. 151 e 211).

(67) Verwoerd nunca havia endossado a DUI. Pelo contrário havia, aconselhado Smith a não romper com o Reino Unido. A posição sul-africana em relação à Rodésia após o colapso do império colonial português é assim definida por Meredith (obra citada, p. 150): "Vorster considered that in the long run Smith's position, without an open-ended South African military and economic commitment, was untenable. In his reassesment, white rule was ultimately doomed and Rhodesia's stubborn defiance of change only added an unwelcome element of uncertainty, likely to inspire communist involvement. Smith was no longer merely an embarrassment but a liability. An unstable white government in Rhodesia was less desirable than a stable black government, particularly a moderate one which, Vorster hoped, would have little alternative but to succumb to his designs for a southern African's sphere of co-prosperity". Em importante discurso em Cape Town, em 23 de outubro de 1974, Vorster indicava sua disposição de levar Smith a negociar: "Southern Africa is at the crossroads and should choose now between peace and escalating violence". "I believe that now is the time for all who have an influence to bring it to bear upon all parties concerned to find a durable, just and honourable solution". (Meredith, obra citada, p. 154 e 155).

(68) A Rodésia, como primeiro caso de imposição de sanções mandatórias pela ONU, ao mesmo tempo que criava um precedente tornava-se importante exemplo para determinar a efetividade de tal mecanismo na busca de solução para uma situação de tensão internacional. Nesse sentido, o sucesso ou insucesso das sanções na Rodésia tinha implicações que ultrapassavam as fronteiras da Rodésia. Até hoje, qualquer discussão no Reino Unido sobre imposição de sanções à Israel ou à África do Sul sempre encontrará uma significativa parcela de opinião, em particular, no Partido Conservador, citando o precedente rodesiano para comprovar a ineficácia do mecanismo de sanções.

(69) A estratégia de "boa vizinhança" entre a África do Sul e os países vizinhos iniciada por Vorster, e que teve como uma de suas conseqüências a aproximação entre Vorster e Kaunda na busca de uma solução para a Rodésia, perdura até hoje. Com Botha, tal estratégia ganhou novas dimensões e tranformou-se na tentativa de estabelecer em volta da África do Sul uma constelação de Estados dependentes. Essa estratégia assume dimensões transtlânticas como, por exemplo, tentativas de incentivar relações comerciais com países sul-americanos, inversões por corporações sul-africanas em setores estratégicos em tais países e movimentos emigratórios.

(70) Windrich (obra citada, p. 248 e 249), assim analisa a posição do OUA sobre os contatos com a África do Sul: "The African Presidents were also under fire from the Organisation of African Unity for engaging in diplomatic contacts with South Africa without prior reference to that organisation. Regarding the whole exercise as a South African manoeuvre to split the black African camp, the Council of Ministers' meeting in Addis Ababa on 22 February recalled that OAU policy on the issue of dialogue, established in 1971 in response to the efforts of the Ivory Coast, was that only liberation movements should speak to South Africa. Since OAU support would be required for the liberation struggle it was essential to establish a consensus on the objectives of the détente being pursued by the African Presidents. The result of the effort to reconcile the differences in approach was a compromise agreement - the Dar es Salaam Declaration - adopted by the Foreign Ministers on 10 April 1975, and endorsed by the OAU summit the following July. In effect, it provided that, while the African States would support "genuine negotiations" in order to facilitate the transfer of power to the African majority, they would also "undertake the necessary preparations for the intensification of the armed struggle should peaceful solution to the Rhodesian crisis be blocked". Although there would be no change in the OAU policy of "total isolation of the apartheid regime" in South Africa, the diplomacy of détente would nevertheless pressure on the rebel regime to achieve the "genuine negociations" called for in the Declaration. The African Presidents had thus gained a reprieve to continue their diplomatic efforts".

(71) O fracasso da reunião nas Cataratas de Vitória é atribuído a diversos fatores: a) ... "the Pretoria agreement, which was written, signed and guaranteed, contained the seeds of its own destruction.

Although the formal opening meeting at Victoria Falls would be taking place on neutral territory, the real discussions, on substantive issues, would be held inside Rhodesia, as Mr. Smith had always intended. Consequently, the banned ANC members, who would be able to (and did) attend what Mr. Smith envisaged as a "half-hour ceremony" at Victoria Falls, would be excluded from the subsequent negotiations because of the regime's refusal to grant them immunity to attend. In these circumstances, it was inevitable that the Victoria Falls meeting, which lasted for only twenty-four hours, would collapse in complete disarray." (Windrich, obra citada, p. 253); b) "The ultimate cause of the failure of the Victoria Falls conference was the rivalry among nationalists. For Vorster was prepared to exert the maximum pressure to break Smith's obduracy if he could have been assured that a stable and united black group could have replaced him. Yet all he was offered was the prospect of violent disorder as black rivals fought for power." (Meredith, obra citada, p. 194); c) "The truth is that neither side broke their side of the bargain. The only agreement that existed was the détente "scenario", published here for the first time, and this was between Zambia and South Africa. There was never an agreement between the nationalists and the Rhodesian government, although Zambia and South Africa thought they could push them towards agreement." "The crucial question remaining is, did Smith accept the détente "scenario" - and in particular the six points to be implemented - and then go back on his word? "No," said Kaunda. "We were dealing with Smith, Ian Douglas Smith. In bringing this programme out we were depending on Vorster using his influence over Smith, but Vorster did tell us quite clearly that insofar as he was concerned Ian Smith was running his own show." "Thus the whole weakness of détente was that Zambia assumed that if it forced the nationalist leaders to reach an agreement Vorster would do the same with Smith. And although Vorster was willing to exert some pressure it was never sufficient to force Smith to an agreement." (Martin & Johnson, obra citada, p. 156 e 157).

(72) Um claro exemplo da progressão da campanha guerrilheira na Rodésia pode ser visto na extensão das áreas de operação do exército rodesiano. A partir de operações nas zonas fronteiriças com Zâmbia e Botswana, as atividades do exército rodesiano se estendem por toda a extensão da fronteira com Moçambique e ao final abarcam a região central do país (ver mapa I em Martin & Johnson, obra citada).

(73) Em 1973, a imigração para a Rodésia reduz-se significativamente, ao mesmo tempo em que se expande a emigração. Enquanto em 1972 o ganho líquido no movimento migratório branco na Rodésia havia sido de 8.000 pessoas, tal número cai para 1.680 em 73 e para 580 em 74, apesar da Campanha "Settlers 74" promovida pelo Governo rodesiano com o objetivo de incentivar a imigração. Nos anos seguintes, o movimento de emigração vai representar uma constante preocupação do Governo rodesiano, que adotará medidas cada vez mais rígidas para evitar o êxodo da população branca motivado pela extensão da guerra.

(74) O seguinte parágrafo do "National Security Memorandum 39" exemplifica bem a opção americana: "the whites are here to stay and the only way that constructive change can come about is through them. There is no hope for the blacks to gain the political rights they seek through violence which will lead to chaos and increased opportunities for the communists. We can, by selective relaxation of our stance towards the white régimes, encourage some modification of their current racial and colonial policies and through more substantial economic assistance to the black states help to draw the two groups together and exert some influence on both for peaceful change. Our tangible interests form a basis for our contacts in the region and these can be maintained at an acceptable political cost."

(75) Os movimentos "autênticos" eram: FRELIMO, ZAPU, ZWAPO, MPLA, PAIGC e o MOLINACO (Movimento de Libertação Nacional dos Comoros). (Martin & Johnson, obra citada, p. 14).

(76) Ver a respeito, por exemplo, o interessante artigo de Gary Wasserman "Rhodesia is not Kenya", (in "Foreign Policy", no. 33 Winter 78-79, p. 31 a 44).(77) Para algumas indicações sobre o tipo de ajuda prestada aos movimentos guerrilheiros, ver Martin & Johnson, obra citada, p. 24, 83, 84, 88, 146, 164, entre outras.

(78) Sobre os esforços de Nyerere e Machel para obter auxílio de Moscou e Havana para a ZANU, ver Martin & Johnson, obra citada, p. 316 e 317.

(79) "The Pretoria agreement signed on August 9 by Vorster, Smith and Chona, proposed that the Rhodesian government and the ANC should meet in railway coaches provided by South Africa on the railway bridge spanning the Victoria Falls, which marks the border between Rhodesia and Zambia. There were to be no preconditions. The object of the meeting was to give the parties the opportunity to express publicly their genuine desire to negociate an acceptable settlement. After that the conference would adjourn to enable the parties to discuss proposals for a settlement in committees in Rhodesia

and when enough work had been done, a formal conference would be held anywhere decided on to ratify the committee proposals. (Meredith, obra citada, p. 189 e 190).

(80) Os cinco pontos contidos nas propostas de Kissinger estão assim descritos em Meredith (obra citada, p. 255): "The first point covered his acceptance of majority rule within two years. The second related to a meeting that the Rhodesian government would hold with nationalist leaders to organize an interim government until majority rule was implemented. The third involved the composition of the interim government: it would consist of a Council os State, half of whose members would be white and half black; both sides would nominate their representatives. The function of the Council of State, apart from legislative responsabilities, would be to supervise the drafting of the constitution. The interim government would also consist of a Council of Ministers with a majority of Africans and an African Prime Minister. The fourth point covered British legislation authorizing the agreement. And the fifth point stated that the sanctions would be lifted and the guerrilla war would stop upon the establishment of the interim government."

(81) Meredith, obra citada, p. 261.

(82) Windrich, obra citada, p. 265.

(83) Smith, preocupado com as repercussões que seu discurso de aceitação de um governo de maioria poderia ter sobre o moral das forças armadas rodesianas, organizou exposições para oficiais nas quais deixava claro que o objetivo do Governo era evitar a ascensão dos comunistas instalando no poder um regime moderado. "The cause was no longer white rule but moderate black rule" (Meredith, obra citada, p. 2600)

(84) A posição rodesiana está contida no folheto intitulado "Rhodesia and the Anglo-American Proposals", publicado pelo Ministério de Informação, Imigração e Turismo da Rodésia. O referido folheto tem como subtítulo: "A background analysis of the events which led to the Geneva Conference and its subsequent breakdown" e seu objetivo é nítido: exonerar o Governo rodesiano de qualquer responsabilidade pelo fracasso da Conferência.

(85) Outras divergências entre a ZANU e a ZAPU poderiam ser apontadas: a) a ZANU tinha suas bases em Moçambique e ligações especiais com Machel, enquanto que a ZAPU operava a partir de Zâmbia e estava sob influência mais direta de Kaunda; b) a ZANU tinha maior base Shona, enquanto que a ZAPU estava mais ligada aos Ndebele; c) enquanto Nkomo era o líder tradicional do nacionalismo africano na Rodésia, Mugabe havia ascendido a sua posição de liderança após intenso trabalho interno na ZANU, em especial junto às forças da ZANLA.

(86) Quando das tratativas entre Kaunda e Vorster para preparar a Conferência das Cataratas de Vitória, o emissário de Kaunda foi à prisão de Que Que para buscar o líder da ZANU Sithole para estar presente a uma reunião em Lusaca, descobrindo, na ocasião, que Sithole havia sido apartado da liderança da ZANU por uma reunião da Comissão Executiva do Partido na prisão. Apesar de que não resta dúvidas sobre o apoio a Mugabe na ZANU, Sithole seguirá apresentando-se como líder do Partido.

(87) Para um relato das lutas entre Nkomo, Muzorewa e Sithole pelo controle do ANC, ver Meredith, obra citada, p. 196 a 202.

(88) Nkomo, por várias vezes, explorou a possibilidade de acordos em separado com Smith que lhe garantissem a chefia de um governo de maioria negra na Rodésia. Na maioria dos casos tais negociações contaram com o apoio de Kaunda. Após o fracasso do encontro de Victoria Falls, por exemplo, um acordo entre Smith e Nkomo esteve perto de ser obtido. Mais recentemente, Smith tentou envolver Nkomo no seu "acordo interno". Essas tentativas de Nkomo acabam por desgastá-lo junto à população negra. Não é possível determinar em que medida um acordo com Nkomo, deixando de fora a ZANU, teria condições de se impor. Não resta dúvida, contudo, que essa alternativa sempre foi favorecida pelos britânicos, sul-africanos e norte-americanos. Note-se que tal alternativa seguiu sendo explorada mesmo após Lancaster House.

(89) O fato de o Governo britânico não ter designado um Ministro de Estado para presidir a Conferência de Genebra, embora Richard tivesse sido designado com nível ministerial, foi objeto de prolongados debates com os nacionalistas em Genebra e quase impediu o início da Conferência (ver Meredith, obra citada, p. 276 e 277 e Windrich, obra citada, p. 264).

(90) O teor das propostas com que Ivor Richard pretendia resolver o impasse criado em Genebra é assim apresentado por Meredith (obra citada, p. 289): "These (the proposals) specified that the transitional government would be headed by a British Commissioner and would include a Council of Ministers containing equal number of members from each of the five delegations

represented at Geneva. The Council would thus have a four-fifths African majority. It would be given full executive and legislative authority. The Commissioner would administer defence and internal security; it would consist of senior members from the Council of Ministers, the Chiefs of Staff of the Army and Air Force and the Commissioner of Police. These three officers would be appointed and removable by the Commissioner."

(91) Smith, em sua declaração de 24 de janeiro de 1977, salientava: "The original proposals, in keeping with the concept of a transitional government, involved true power-sharing and ensured an orderly progression to majority rule. The new proposals are radically different. In deference to the demands of the Patriotic Front, they entail immediate black rule, which would be imposed from outside and would in no way represent the views of the majority of black Rhodesians. It would come into being, not in two years' time, or when the agreed constitutional and electoral processes have been completed, but immediately. It would in no sense be an elected government." ("Rhodesia and the Anglo-American Proposals", folheto publicado pelo Ministério da Rodésia, p. 22 e 23). Em Meredith, (obra citada, p. 290), há outra citação do mesmo discurso que indica o desejo de Smith de compor-se com os políticos negros moderados: "Not only would there have been no place for the white Rhodesians (but) moderate black Rhodesians would find themselves an enslaved and persecuted people."

(92) No mesmo discurso citado na nota anterior, Smith assim se refere à figura do Comissário Britânico: "this reluctant British Commissioner would be in an unenviable position, for as I have remarked, outside the security field, he would have no real power and very little authority. I say "reluctant" advisedly, because the British Government have made it clear that they do not wish to get involved. Indeed, they say that if the parties to the agreement do not continue to abide by it, they would withdraw." (idem, p. 24).

(93) Em sua primeira entrevista de imprensa Cyrus Vance declarou, em relação à questão rodesiana, que o regime em Salisbury não poderia contar com "any form of American assistance in their effort to prevent majority rule in Rhodesia or to enter into negotiations which exclude leaders of nationalist movements" (in "The Anglo-American Initiative on Rhodesia: an Interim Assessment", Windrich, "The World Today", vol 35, No. 7, July 1979, p. 295).

(94) A criação da ZUPO por iniciativa de Smith acenava com a possibilidade de um "acordo interno" com esse partido, o que poderia funcionar como um incentivo para que Muzorewa e Sithole se movessem no mesmo sentido. Por outro lado, a figura do Chefe Chirau e seus companheiros ressaltava as credenciais nacionalistas de Muzorewa e Sithole.

(95) A dissidência do Rhodesian Front foi expulsa do Partido e formou o "Rhodesian Action Party". Sua mensagem era a de vitória militar e rejeição a um governo de maioria.

(96) A votação no Congresso americano sobre uma "sense of the Congress resolution" foi, de 75 a 19, favorável à suspensão das sanções e ao reconhecimento de Muzorewa.

(97) Para comentários à Constituição do Zimbábue/Rodésia, além das obras citadas, é interessante o folheto do Secretariado da Commonwealth intitulado "An Analysis of the Illegal Regime's Constitution for Zimbabwe Rhodesia". A conclusão do folheto é a seguinte: "As this brief analysis shows, virtually every level of institutional power has been retained in White hands: those few surrendered have been effectively emasculated. Only the election of the President could be said to meet the claim of being democratic, and it is significant that his role is simply that of a figurehead. Rather, the people at large are bequeathed a government bereft of the power to govern effectively, and a Legislature denuded of all means either to change the status quo, or to advance the legitimate aspirations of the nation as a whole."

(98) Legum ("The African Crisis", in "Foreign Affairs", p. 644 e 645), escreve assim o impacto do "acordo interno" sobre a guerra: "From the beginning, the success of the Internal Settlement depended on the ability of Smith's black partners (derisorily referred to by the Patriotic Front as the "blacksmiths") to rally black Rhodesians to lay down their arms and refuse to shelter the guerrillas. Rather than pushing rapidly for reforms that would integrate the medical, educational and civil service systems, and abolish discriminatory land tenure and residential restrictions, the new government temporized and seemed to place primary emphasis on reassuring whites that little would change. Far from diminishing, the level of fighting increased sharply". "Also significant was the rapidity with which the Salisbury regime lost effective control over the rural areas." "Thus the whole character of the war had changed in Rhodesia in the less than nine months since the signing of the Internal Settlement agreement."

(99) Martin & Johnson, obra citada, p. 309.
(100) Meredith, obra citada, p. 353.
(101) As possibilidades de internacionalização do conflito em sua última fase são assim analisadas por Ottaway ("Africa: US Policy Eclipse", in "Foreign Affairs", p. 644): "South Africa had been quietly increasing its military commitment to the new Muzorewa government. According to reports in the American press, two battalions of South African ground troops and one squadron of Mirage jet fighters were stationed inside Zimbabwe Rhodesia and were being used against Patriotic Front guerrillas. On the other hand, escalating Zimbabwe-Rhodesian military attacks against all the surrounding black-ruled countries supporting the Patriotic Front war effort had heightened fears of increasing Soviet involvement as Presidente Kaunda warned that he would have to turn to the Soviets and Cubans to bolster the defenses of his own country as well as those of the guerrillas if the devastating raids continued. News of the growing South African military engagement in Zimbabwe was indeed matched by reports of increasing numbers of Cuban military advisers and Soviet arms arriving in Mozambique (including possibly Cuban pilots to fly Soviet-produced MiGs). While the direct South African military involvement still far surpassed the direct Soviet and Cuban one in the Rhodesian war as of late 1979, the London agreement may well have forestalled an escalation by Moscow and Havana in response to Zambian and Mozambican requests." Outro cenário para a internacionalização do conflito envolvendo Cuba e a criação de um Governo do Zimbábue Independente em área liberada da Rodésia é descrito em Martin & Johnson, p. 305 a 308.
(102) Hudson, obra citada, p. 147.
(103) Windrich, artigo citado, in "The World Today", July 1979, p. 300.
(104) Lord Soames ("From Rhodesia to Zimbabwe", in "International Affairs", Summer 1980, p. 406), recolhe a explicação da abstenção britânica em votação no Conselho de Segurança: "... the British government did not regard either resolution as binding or as circumscribing the freedom of judgment and action of the British Parliament in the exercise of its responsiblities."
(105) Hudson, obra citada, p. 148.
(106) Hudson, obra citada, p. 149.
(107) Hudson, obra citada, p. 148 a 150.
(109) Carrington salientou: "I think you also have to take account of the fact that if you are going to bring Rhodesia back to legality it will be necessary to get the support and agreement of the international community and so that would have to be done too." (in Hudson, obra citada, p. 150).
(110) Hudson, obra citada, p. 158.
(111) Soames (artigo citado, "International Affairs", p. 407): "It was in this spirit that, on May 15, the new Conservative Prime Minister, Mrs Margaret Thatcher, welcomed the major change which had taken place in Rhodesia as a result of the recent elections and the emergence of an African majority government, and defined the objective of her government as being to build on that change to achieve a return to legality in conditions that secured wide international recognition. She emphasised that the government must and would recognise the realities of the present situation in Rhodesia, but that it must and would also take into account the wider international implications."
(112) O relatório de Lord Boyd, elaborado por equipe da qual participava Miles Hudson, chega às seguintes conclusões: "In our view the elections were "fair" in the sense that the electoral machinery was fairly conducted and above serius reproach." "The question whether the election was "free" is more complex. There is no doubt that the people who actually voted were free to choose which party they wished to support. It is true that in conditions of war, and with the other pressures which we have described, it would have been impossible to hold a fully free election in the sense that everyone qualified to vote could either do so or abstain precisely as he or she wished. However, in our opinion, neither individually nor in conjuction did these pressures amount to such curtailment of freedom or imposition of directions as to invalidate the election. On the contrary the people expressed their own view, in numbers which demonstrate a significant judgement on the constitutional basis of the election itself. They also exercised their right clearly to choose the party which they wished to lead the next Government." ("Report to the Prime Minister on the Election Held in Zimbabwe/Rhodesia in April 1979", documento mimeografado, parágrafo 132, letras b e c). As conclusões do relatório Chitnis são diametralmente opostas: "The recent election in Rhodesia was nothing more than a gigantic confidence trick designed to foist on a cowed and indoctrinated black electorate a settlement and a constitution which were formulated without its consent and which are being implemented without its

approval." ("Free and Fair? The 1979 Rhodesian Election", in Martin & Johnson, obra citada, p. 301).

(113) Ver, por exemplo, Hudson ("The Rhodesian Elections: a Basis for the Future", in "The World Today", vol. 35, no. 8, August 1979), onde ele defende as conclusões do relatório Boyd, no qual havia colaborado, e conclui: "We should show our support for what has been achieved. We should grant independence and drop sanctions." Em seu livro, Hudson, embora defendendo o relatório Boyd, chega a outra conclusão sobre a política britânica na questão: "On balance, and he certainly did not think so at the time, it is the author's opinion that the Government was probably right in the circumstances to do what it did, in spite of its Manifesto commitment." (Hudson, obra citada, p. 156).

(114) Martin & Johnson, obra citada, p. 304. Ottaway, em seu artigo citado ("Foreign Affairs", p. 641), indica que o anúncio de Carrington após a reunião com Vance permitiu a Carter sustentar as sanções americanas contra o sentimento prevalecente no Senado americano.

(115) Martin & Johnson (obra citada, p. 302) dão um exemplo das conseqüências para o Reino Unido de uma política pró-Muzorewa: "Nigeria, Britain's largest trading partner in Africa, on 24 May - the same day the Boyd report was released - rejected all British tenders for a L101,000,000 port project which it had been assumed would go to a British consortium because a British interest-free loan was involved. The Permanent Secretary in the Federal Ministry of Works said bluntly, as the tenders were being opened: "Until the British government clarifies its atitude (on Rhodesia) to black Africa the Nigerian government is not prepared to entertain any new proposals from British Companies."

(116) Martin & Johnson, obra citada, p. 305.

(117) Carrington declarou: "I can think of nothing more counter-productive and nothing less likely to succeed than an attempt of this kind to move the Government's policy on southern Africa. This will have a very serious effect on Anglo-Nigerian relations." (in "Keesing's Contemporary Archives", 26/10/79, p. 29903).

(118) As conclusões do relatório "Seventh Report to Heads of Government by the Commonwealth Secretary-General" estão citadas nos "Keesing's Contemporary Archives", 26/10/79, p. 29902.

(119) Martin & Johnson, obra citada, p. 312 e 314.

(120) O discurso de Muzorewa está reproduzido em folheto do Ministério da Informação do Zimbábue/ Rodésia. Em seu discurso Muzorewa salienta que: "It is absolute insanity for people, whoever or wherever they may be, to continue to denounce or isolate this country for the reasons they did in the past. The white racist minority government, and all the iniquitous racialistic legislation, are things of the past."

(121) São os seguintes os pontos do consenso: "In relation to the situation in Rhodesia, heads of government therefore: (1) confirmed that they were wholly committed to genuine Black majority rule for the people of Zimbabwe; (2) recognized, in this context, that the internal settlement Constitution is defective in certain important respects; (3) fully accepted that it is the constitutional responsibility of the British Government to grant legal independence to Zimbabwe on the basis of majority rule; (4) recognized that the search for a lasting settlement must involve all parties to the conflict; (5) were deeply conscious of the urgent need to achieve such a settlement and bring peace to the people of Zimbabwe; (6) accepted that independence on the basis of majority rule requires the adoption of a democratic constitution including appropriate safeguards for minorities; (7) acknowledged that the government formed under such an independence constitution must be chosen through free and fair elections properly supervized under the British Government authority, and with Commonwealth observers; (8) welcomed the British Government's indication that an appropriate procedure for advancing towards these objectives would be for them to call a constitutional conference to which all the parties would be invited; and (9) consequently accepted that it must be a major objective to bring about a cessation of hostilities and an end to sanctions as part of the process of implementation of a lasting settlement." ("Keesing's Contemporary Archives", 26/10/79, p. 29904).

(122) Soames, artigo citado, p. 407 e 408.

(123) É interessante notar que os convites britânicos foram dirigidos a Muzorewa, Mugabe e Nkomo. Não houve, portanto, um convite à Frente Patriótica como tal. Os aspectos formais foram preservados na absoluta paridade no número de cada delegação (22). No caso da Frente Patriótica, as delegações de Mugabe e Nkomo tinham cada uma onze membros.

(124) Thatcher, por exemplo, havia-se referido, em conversa com o Secretário Geral do Commonwealth, aos membros da FP como "terroristas" (ver Martin & Johnson, obra citada, p. 312).

(125) O discurso de abertura de Carrington bem como os textos dos pronunciamentos iniciais de Nkomo

e Muzorewa constam do relatório da Conferência - "Report of the Constitutional Conference", documento Cmdd. 7802. As citações a seguir referir-se-ão sempre a este documento como o "Relatório".

(126) Ver nota nº. 123.

(127) Nkomo indicou a seguir: "This is one continuous interdependent process. It is complex but does not lead itself to peacemeal treatment. The critical period leading to independence is as vital as the independence constitution itself." (Relatório, p. 10).

(128) Relatório, p. 10.

(129) Relatório, p. 11.

(130) As comparações entre as propostas britânicas e propostas anteriores serão desenvolvidas na última seção deste trabalho. Uma discrepância importante e intencional e que Nkomo enfatiza em seu discurso é o fato de que, enquanto as propostas anglo-americanas começavam com o cessar-fogo, em Lancaster House este era o último ponto a ser tratado, prosseguindo as hostilidades durante toda a Conferência. Sobre o tema ver "Rhodesia: From Lusaka to Lancaster House" (Gregory, in "The World Today", January 1980, p. 14). Gregory indica: "Under the Anglo American plan, a cease-fire could have had to be agreed before negociations concerning the constitution could commence: the Lusaka Agreement reversed this process for very specific reasons. Mrs. Thatcher told the Commonwealth leaders involved in drafting the final agreement that it would be impossible to sell a package requiring a London conference to begin with a consideration of how to dismantle the Zimbabwe Rhodesian forces either to the Conservative Party or to Bishop Muzorewa. The British pleaded with their Commonwealth colleagues not to insist upon including a reference to security matters in the final communiqué. Thus the bland final point of the agreement stated that "it must be a major objective to bring about a cessation of hostilities", and represented an important negotiation triumph for Mrs. Thatcher."

(131) Relatório, p. 15.

(132) "As far as the outline proposals are concerned, the Constitutional Agreement of 3rd March 1978, and our present constitution, substantially meet all the points that are made. We sincerely trust that you will not insist on us making changes to our constitution, which is already working very well, merely for the sake of appeasing other countries who do not appreciate the position in Zimbabwe Rhodesia." (Relatório, p. 15).

(133) Relatório, p. 15.

(134) Tal é o caso, por exemplo, da concessão à FP de um "assembly point" adicional para permitir sua assinatura do cessar-fogo.

(135) Ian Davidson, por exemplo, rejeitava claramente a opção de segunda classe: "This 'second-class solution' has not been spelled out in detail, but it is difficult to believe that it is more than an empty threat. Having advanced a constitutional plan which is significantly different from that of the internal settlement, it is logically impossible for the UK simply to recognise the Muzorewa-Smith regime on the basis of the present constitution. On the other hand, it is inconceivable that the UK could attempt to implement the Carrington plan without the agreement of the Patriotic Front and without, therefore, a ceasefire. (in "The Alarming Implications of Success over Rhodesia", artigo publicado no "Financial Times" de 09/11/79). Igual opinião tinham Martin & Johnson (obra citada, p. 318) onde se lê: "It was an option which was never really on: Britain could not afford to become embroiled in another Northern Ireland situation by committing troops and officials on the ground against the guerrillas, which is what would have been necessary to conduct elections." Opinião diferente é esposada por Xan Smiley em "Zimbabwe: Lancing the Boil" (artigo publicado no "Spectator" de 24/11/79): "But the real reason for Carrington's success has not been fully recognised, for it sends a chill down the spine of any thinking (caring, etc) Guardian reader. Carrington has been vastly aided by mere circumstance, which is far more favourable to a "first-class" settlement (i.e. one that embraces all parties) than ever before. But it has been the threat of a 'second-class' settlement (i.e. a constitutional agreement signed without the guerrillas' consent) that has frightened the Patriotic Front into participating in the first-class plan, without, as before, insisting on its own terms. Carrington's brinkmanship has succeeded because he has been prepared to go over the brink." Meredith também aceita a existência de uma opção de segunda classe: "The risk with the second-class solution was that it would damage Britain's relations with African and Commonwealth states which supported the PF. Certainly, no Labour government would have contemplated it. But Carrington argued that with skilful diplomacy the repercussions would be manageable." (Meredith, obra citada, p. 375 e 376).

(136) Alguns dos mais intensos ataques rodesianos a Zâmbia e Moçambique foram realizados durante

a Conferência.
(137) Ver Soames, artigo citado, "International Affairs", p. 409.
(138) Ver relatório citado do Secretariado da Commonwealth, p 4.
(139) Ver relatório citado do Secretariado da Commonwealth, p. 5 a 9.
(140) Na discussão dos dispositivos constitucionais, em especial na crítica às propostas britânicas , este trabalho seguirá de perto os estudos preparados pelo "Catholic Institute of International Relations", organização que desempenhou um papel importante na luta pela independência do Zimbábue e que segue colaborando com o governo Mugabe e com a Southern Africa Development Coordination Conference (SADCC).
(141) Sobre o ponto, ver o artigo da Professora Claire Palley, especialista em Direito Constitucional, intitulado "Carrington's Recipe for Discord", publicado no "Guardian" de 15/10/79.
(142) A oposição a uma representação branca em separado era compartilhada pelos Bispos Católicos rodesianos que publicaram, em 3 de setembro, uma declaração condenando tal sistema, e por brancos rodesianos liberais como o ex-premier Garfield Todd, que viam nessas propostas a perspectiva de manutenção da representação branca nas mãos do RF.
(143) A questão da terra era o tema econômico central no debate constitucional. Roger Riddell argüi mesmo que, em artigo publicado logo após a Conferência de Lancaster House e incluído no livro "From Rhodesia to Zimbabwe - behind and beyond Lancaster House" que a questão da terra era o problema central para o futuro do Zimbabwe. O título do artigo reflete essa tese: "Zimbabwe's Land Problem: The Central Issue". Neste artigo, Riddell justifica sua tese com os seguintes argumentos: i) propriedade da terra era extremamente mal distribuída na Rodésia como conseqüência da colonização ao longo da qual os europeus foram açambarcando a terra, em particular a de melhor qualidade, e realocando os nativos em reservas. Como resultado desse processo, chega-se à seguinte situação ao final da década de 1970: 165 "Tribal Trust Lands" em que a grande maioria das fazendas africanas ocupam 16.3 milhões de hectares com 675.000 propriedades, uma média de 24 ha. por propriedade. As terras em mãos dos europeus ocupam 15.2 milhões de ha. divididos em 6.682 fazendas, uma média de 2.290 ha. por propriedade; ii) o regime de propriedade da terra produz uma massa de trabalhadores sem terra e uma sobrepopulação rural nas áreas africanas. Estudo do Governo rodesiano de 1979 reconhece a existência de uma população excedente de 2.5 milhões de pessoas nas "Tribal Trust Lands"; iii) o setor agrícola é fundamental para a economia da Rodésia pois responde por 19% do PNB e 37% da receita de exportação e emprega 40% da mão-de-obra. A agricultura desenvolvida pelos europeus é responsável por 90% da produção comercializável (dados de 1978); iv) o problema racial está na base da questão agrária pois, como afirma Robin Palmer em seu livro "Land and Racial Discrimination in Rhodesia": "Europeans...used their control over land to secure for themselves a position of economic and political dominance" (citado no artigo de Riddell). As propostas constitucionais sobre a questão da terra eram assim fundamentais pois, ao dificultarem a desapropriação poderiam impedir a redistribuição, em grande escala, da propriedade rural, essencial para permitir melhorar as condições de vida da população africana.
(144) Outras questões haviam ficado pendentes, como a do tipo de regime a ser adotado no país, mas a questão da terra foi o ponto principal do impasse.
(145) Há indicações de que Machel, após a dramática experiência de Moçambique na matéria, insistentemente aconselhou Mugabe a fazer concessões que evitassem um êxodo da população branca. Vale notar que, como a agricultura branca empregava técnicas mais eficientes e estava concentrada nas terras mais férteis, um aumento rápido da produção agrícola, imprescindível para atender ao aumento da demanda pós-independência, só poderia ser obtido, num primeiro momento, através do crescimento da produção das fazendas brancas.
(146) O texto da declaração britânica é o seguinte: "The British Government recognised the importance of this issue to a future Zimbabwe government and would be prepared, within the limits of their financial resources, to help. The British Government would for instance be ready to provide technical assistance for settlement schemes and capital aid for agricultural projects and infrastructure. If an Agricultural Development Bank or some equivalent institution were set up to promote agricultural development, including land settlement schemes, the British Government would be prepared to contribute to the initial capital. In their view, the costs would be very substantial indeed, well beyond the capacity of any individual donor country, and the British Government could not commit themselves at this stage to a specific share in them." (Anexo A do "Memorandum by the Overseas

Development Administration (FCO) for the Overseas Development Sub-Committee"). Como se nota, não havia um interesse em comprometer de antemão recursos com o desenvolvimento do Zimbábue, o que contrasta com a atitude adotada na proposta anglo-americana.
(147) A declaração da FP usava a fórmula: "if we are satisfied beyond doubt about the vital issues of the transitional arrangements".
(148) Esse dispositivo visava também à FP, à qual estava destinada a referência expressa a prisioneiros fora da Rodésia. Tratava-se da detenção em Maputo de opositores de Mugabe na ZANU. Sobre o episódio ver Meredith, obra citada, p. 401.
(149) Num primeiro momento as forças rodesianas se moveriam para as imediações de suas bases para permitir que as forças da FP se movessem para os RPs e, posteriormente, para os APs. O processo de desengajamento se completaria com todas as forças rodesianas aquarteladas em suas bases e todas as forças da FP acampadas nos APs. As duas forças estariam sob as ordens do Governador.
(150) Este ponto foi tornado perfeitamente claro nos esclarecimentos adicionais apresentados pelo lado britânico em 11/12/79: "It is impossible for any external authority or force to guarantee that a ceasefire will be effective. Only the parties themselves can ensure this. The purpose of the British Government's proposals is to help the forces to initiate and maintain a ceasefire through arrangements by which they can be separated from their present inter-locked positions; infringements can be avoided so far as possible and contained where they have taken place; and there can be effective monitoring of each side's conduct. The task of the monitoring force is not and cannot be to compel either side to maintain a ceasefire, or in any sense to guard the forces of one side or the other. Its task is to observe and report on the manner in which the forces maintain the ceasefire agreement and thus give them an assurance that it will not be possible for any force to conduct activities in breach of the ceasefire in disregard of the Governor's instructions." (Relatório, p. 46 e 47).
(151) A FP recusou-se, até praticamente o final da Conferência, a revelar seus efetivos. Com isso a Frente ganhava tempo para prosseguir com a infiltração de seus combatentes na Rodésia, o que era fundamental, principalmente para Nkomo, que tinha mantido a maioria de suas forças na Zâmbia. A questão do número de APs foi um dos pontos mais difíceis de resolver na negociação do cessar-fogo.
(152) A FP alegava que teria que haver um contato pessoal com suas forças dado o número de mensagens falsas sobre um cessar-fogo periodicamente divulgadas pelas forças rodesianas. Além disso, dada a dispersão das forças e a natureza do terreno, não seria possível completar a tarefa de comunicação do cessar-fogo às forças guerrilheiras, a não ser em prazo maior que o pretendido pelos ingleses. Do ponto de vista britânico, contudo, quanto maior o prazo, maiores as possibilidades de uma retomada dos combates.
(153) Soames (artigo citado, p. 414), apresenta a seguinte defesa de sua decisão: "When the time allotted for the assembly phase of the ceasefire had elapsed, I took the view that, good as the response of much of the Patriotic Front forces had been to the obligations placed on them by the cease-fire agreement, those remaining in breach of the agreement posed a serious threat to law and order, and that this situation was beyond the capacitity of the police to contain. I therefore authorised, as the Lancaster House Agreement permitted me to do, the deployment of the Rhodesian armed forces in support of the police in their task of maintaining law and order. I regretted having to take this decision. But I saw no alternative. I believe it was right."
(154) Soames (artigo citado, p. 414), justifica assim sua decisão de não recorrer às forças da FP: "I must also add, in response to those who criticised me for not deploying the Patriotic Front forces that had accepted my authority, that I did in fact make full use of the network of Patriotic Front liaison officers - who played a most valuable part in helping to lower the temperature. Beyond this employment of Patriotic Front elements it would plainly have been unwise to go."
(155) Em relação à decisão de reter as tropas sul-africanas, Soames apresenta como sua principal motivação "... the need to continue to reassure White opinion in Rhodesia, and in particular the Rhodesian military, that what they considered to be their vital security interests were not being put at risk in the run-up to the election." (Soames, artigo citado, p. 414).
(156) O "Times" de 07/02/80 relata assim as explicações de Carrington na Câmara dos Lordes sobre os debates no conselho de Segurança: "Lord Carrington, the Foreign Secretary, yesterday condemned the United Nations Security Council debate and resolution criticizing the handling of the Rhodesian situation since the Lancaster House agreement. Lord Carrington in the Lords and Sir Ian Gilmour in the Commons, described the debate as "absurdly one sided and selectivē". It was not for him to explain why the United States and France voted for the resolution, but it was considerably toned down from

what was originally put before the Security Council as a result of representations by those two countries. Lord Carrington said that the Governor was having a difficult time and he had the greatest admiration for what Lord Soames was seeking to do. Those who complained that the elections were not free and fair were complaining that they were not certain they were going to win. He told the House that while the supporters of Mr. Nkomo were scrupulously abiding by the terms of the Lancaster House agreement, the supporters of Mr. Mugabe were not."

(157) Gregory, em seu artigo "The 1980 Rhodesian Elections - A First-Hand Account and Analysis", apresenta os seguintes dados sobre violações do cessar-fogo: "The final Cease-fire Commission communiqué attributed the following totals of confirmed breaches: Rhodesian Security Forces 2 and 12 "incitements to breach"; ZANLA 99 and 35 recorded in former ZANLA operational areas; ZIPRA 24 and 12 recorded in former ZIPRA operational areas; bandits 17; unattributable 18". (in "The World Today", May 1980, p. 185).

(158) "But I believe it will be generally agreed that its success depended largely on two factors: on the fact that the neutral troops were located with the opposing forces of either side, not between them; and because the exercise was conducted within a predetermined time limit. There was, therefore, no question of the monitoring force patrolling boundary lines between the Security Forces and the Patriotic Front forces, with all the problems that that would have entailed. Neither was there any question of an open-ended commitment - although this circumstance did not make the operation any less risky from the point of view of the brave men who performed it." (Soames, artigo citado, p. 413).

(159) É ilustrativo o seguinte texto de propaganda eleitoral pelo UANC, o Partido de Muzorewa, em jornal de Salisbury: "In Mozambique the people are literally dying of starvation ... if ZANU(PF) or the PF are allowed to impose the same kind of government upon us you will lose your house, your land, your cattle, goats and chickens ... your children will be taken away ... (and) taught to hate the ways of their parents and their tribe ... to hate both God and the ancestral spirits. Machel ... is now vomiting this kind of government, why do ZANU(PF) and the PF want us to eat other people's vomit?" (in Gregory, "The 1980 Rhodesian Elections", "The World Today", p. 182).

(160) "If the devil should have his way and the Patriotic Front fascists - Nkomo or Mugabe - are successful in the coming election, then any talk of democracy, freedom and independence will be turned into an impossible dream ... Our seven-year old children will be compelled to join the army, all our churches will be turned into army barracks, concentration camps and dance halls. Businessmen and women will not only be deprived of their livelihood through nationalization but will be punished for having engaged in such enterprises." (in Meredith, obra citada, p. 405).

(161) Ver Gregory, "The 1980 Rhodesian Elections", p. 183.

(162) Ver "Times" de 01/02/80.

(163) Ver Nota 148. Os prisioneiros são eventualmente liberados e retornam ao Zimbábue. Grande número deles se filia ao partido de Sithole.

(164) Ver Gregory, "The 1980 Rhodesian Elections", in "The World Today", p. 184.

(165) Além do UANC, do PF e do ZANU(PF), contestaram as eleições a ZANU (Sithole); o Zimbabwe Democratic Party (ZDP), de James Chiquerema; o United National Federal Party (UNFP), do Chefe Ndiweni; o Zimbabwe National Front (ZNF), de Michael Mawema; a Zimbabwe United People's Organization (ZUPO), do Chefe Jeremiah Chirau e a National Democratic Union, de Henry Chihota. Para uma descrição dos partidos e uma análise do eleitorado no Zimbabwe, ver "Africa Confidential" publicação dirigida por Xan Smiley, em especial os números: vol. 20, no. 25 e vol. 21, nos. 2, 4 e 5. A última previsão eleitoral da publicação era a seguinte: ZANU(PF) - 32%; PF - 22%; UANC - 20%; ZANU(Sithole) - 5%; ZDP - 1%.

(166) Mugabe declara: "Nobody will play the fool with us. It does not matter how painful it may be - if forced to, we will return to war. We will not be intimidated by anybody, including Soames". (Meredith, obra citada, p. 403). Sobre a posição dos países africanos Gregory, indica: "Two of the principal architects of the Lusaka Agreement, Tanzania and Zambia, accused Britain of rigging the elections in advance and Nigeria announced it would support continued guerrilla warfare if Britain attempted to exclude Mugabe from power." (Gregory, "The 1980 Rhodesian Elections", in "The World Today", p. 185 e 186).

(167) Soames justifica-se assim: "On the one hand I was blamed for going too far, and on the other for not going far enough. The pressures from both sides were intense. But again I believe in retrospect that the action I took was broadly right. I am satisfied that the pressure of intimidation on the electorate eased in the closing stages of the campaing - let others argue whether this was propter hoc and not

merely post hoc. And - most important of all - in the event no party withdrew from the election on the ground that it had been placed at an unacceptable disadvantage by intimidation by others." (Soames, artigo citado, p. 415).
(168) Não havendo registro de eleitores ou censo acurado da população, os dados se referem a estimativas.
(169) Os dados sobre os resultados eleitorais são tirados de Gregory, "The 1980 Rhodesian Elections", p. 187, e Meredith, obra citada, p. 407.
(170) O General Walls enviou telegrama a Thatcher pedindo a anulação do pleito (ver Martin & Johnson, obra citada, p. 331).
(171) Meredith, obra citada, p. 408.
(172) Martin & Johnson, obra citada, p. 333 e 334.
(173) Ver Gregory, "The 1980 Rhodesian Elections", p. 186 e 187.
(174) Martin & Johnson, obra citada, p. 334. Os dois autores escolheram esse texto para concluir seu livro.

(175) A seguir são indicadas algumas das principais resoluções das Nações Unidas sobre a questão rodesiana:
i) da Assembléia Geral: 1514 (XV); 1760 (XVII); 1883 (XVIII); 2138 e 2151 (XXI); 2379 e 2383 (XXIII); 2508 (XXIV); 2652 (XXV); 2769 e 2877 (XXVI); 2945 e 2946 (XXVIII); 3115 e 3116 (XXVIII); 3297 e 3298 (XXIX); 3396 e 3397 (XXX); 31/154 A e B; 32/116 A e B; 33/38 A e B.
ii) do Conselho de Segurança: 202 e 217 (1965); 221 e 232 (1966); 253 (1968); 277 e 288 (1970); 318 e 320 (1972); 326, 327, 328, 329 e 333 (1973); 386 e 388 (1976); 403, 406, 409, 411 e 415 (1977); 423, 424 e 437 (1978); 445, 448 e 460 (1979).
(176) A Conferência dos Não-Alinhados reunida em Havana, de 3 a 9 de setembro de 1979, tratou, nos parárafos 51 a 60 de sua Declaração, a questão do Zimbabwe. A essência do texto está em: i) reiterar o apoio à FP, única representante do povo da Namíbia; ii) reforçar as sanções contra a Rodésia, em especial o embargo petrolífero; iii) condenar o acordo interno e o Governo Muzorewa. O texto faz menção, no parágrafo 55, à convocatória de Lancaster House e enfatiza que: "...international acceptance and recognition of the results of such a conference would be forthcoming only if established genuine majority rule and independence to the satisfaction of the struggling people of Zimbabwe and was in conformity with OAU, non-aligned and United Nations resolutions.".